



Conab

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA - SUREG/PB

RELATÓRIO DE GESTÃO

do Exercício de 2010



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



FEVEREIRO / 2011

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2010 SUREG Paraíba

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010 de 01 de setembro de 2010, da Decisão Normativa nº 107/2010 de 27 de outubro de 2010 e da Portaria - TCU nº. 277, de 07 de dezembro de 2010 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU n.º 2.546/2010.

João Pessoa-PB, 16/04/2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Wagner Gonçalves Rossi

Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONAD

José Gerardo Fontelles

Presidente

Alexandre Magno Franco de Aguiar - CONAB

Edilson Guimarães - MAPA

Guilherme Costa Delgado - MPOG

Maria das Graças Fontes – MAPA

Milton Elias Ortolan - MAPA

Membros

CONSELHO FISCAL - CONFIS

Pedro Ataíde Cavalcante - MAPA

Presidente

Francisco Wayne Moreira - MAPA

Wesley José Gadelha Beier - MAPA

Membros

DIRETORIA COLEGIADA

Alexandre Magno Franco de Aguiar – CONAB/PRESI

Presidente

Rogério Luiz Zeraik Abdalla

Diretor Administrativo

Amaury Pio Cunha

Diretor Financeiro

Rogério Colombini Moura Duarte

Diretor de Operações e Abastecimento

Sílvio Isopo Porto

Diretor de Política e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA

Ângelo Amaro Veras Viana
Superintendente

Walter Fonseca dos Santos
Gerência de Finanças e Administração

Carlos Renato Bastos Meira
Gerência de Operações e de Suporte Estratégico

Gustavo Guimarães Lima
Procuradoria Regional

Elaboração:

Carlos Renato Bastos Meira
Telma Fernandes Vilar
Gustavo Guimarães Lima
Otto José de Carvalho
Walter Fonseca dos Santos

pb.sureg@conab.gov.br

Fones: (083) 3242-6566

Fax: (083) 3242-5864

Apresentação.

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, no Estado da Paraíba (SUREG-PB), relativo ao exercício de 2010, foi elaborado de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa TCU nº. 63 de 01 de setembro de 2010, na Decisão Normativa nº 107 de 27 de outubro de 2010, na Portaria - TCU nº. 277, de 07 de dezembro de 2010, e na Portaria CGU n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010, que aprovou a Norma de Execução n.º 03, da mesma data.

Tomando-se por base a Parte A-Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN 107, não foram atendidos os itens 3, 6, 14, 15 e 16 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 13, por dispensa, conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg-PB, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As Ações Orçamentárias: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Contribuição à Previdência Privada não constam neste Relatório, pois, a execução orçamentária são realizadas pela Matriz (UG 135100), em Brasília, por meio da folha de pagamentos.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfatizar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg-PB, para cumprir sua missão institucional que é **“contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”**.

Ângelo Amaro Veras Viana
Superintendência Regional da Paraíba
Superintendente

Alexandre Magno Franco de Aguiar
Presidente

Sumário

Item:	Página:
Apresentação.	5
Sumário.	7
Abreviações e Siglas.	9
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.	11
1.2. Criação.	12
2. Responsabilidade, Objetivos, Programação e Execução Orçamentária.	13
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade.	13
2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.	26
2.3 Gestão de Programas e Ações.	30
2.4 Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.	32
2.5 Principais Ações do Programa.	34
2.6 Desempenho Operacional.	95
2.6.1 Programação Orçamentária.	95
2.6.2 Execução Orçamentária.	96
3. Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recursos.	117
4. Pagamento de Restos a Pagar.	117
5. Composição de Recursos Humanos.	118
5.1. Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos Humanos.	124
6. Informações Sobre Transferências.	132
7. Declaração da Área Responsável do SICONV e SIASG.	133
8. Informações Sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº. 8.730.	135
9. Informações Sobre o Sistema de Controle Interno da UJ.	136
10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.	138
11. Informações Sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ, Classificado como Bens de Consumo.	140
12. Gestão da Tecnologia da Informação.	143
13. Informações Sobre a Utilização dos Cartões de Pagamento.	153
14. Informações Sobre Renúncia Tributária.	154
15. Informações Sobre Providência para Atender às Deliberações do TCU e CGU.	154
16. Informações Sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno.	155

Ítem:	Página:
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho na Gestão.	159
18. Demonstrações Contábeis.	165
19. Informação Sobre a Remuneração Paga aos Administradores.	196
20. Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar.	1201

Abreviações e Siglas.

AGF – Aquisições do Governo Federal.

CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar.

CEASA - Centrais de Abastecimento do Ceará S/A.

CEF - Caixa Econômica Federal.

CFP – Companhia de Financiamento da Produção.

CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPR – Cédula de Produto Rural.

DERAL - Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

DOU – Diário Oficial da União.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

GEFOP – Gerência da Folha de Pagamento da CONAB.

GPS – Sigla de “Global Positioning System”, ou, Sistema de Posicionamento Global.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IMNET - Instituto Nacional de Meteorologia.

IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

LOA - Lei Orçamentária Anual.

MI – Ministério da Infraestrutura.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

OAN/MDA – Ouvidor Agrário Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

PEP – Programa de Escoamento de Produto.

PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor.

PGPAF – Preço de Referência para a Agricultura Familiar.

PGPM – Política Geral de Preços Mínimos.

PROHORT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PROP – Prêmio de Risco de Opção Privada.

PPA – Plano Plurianual.

REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos.

SEPPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

SFA-PB - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Paraíba.

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria.

SIGA Brasil - O SIGA BRASIL é um sistema de informações que permite a qualquer indivíduo, por meio da Internet, acesso amplo e facilitado a diversas bases de dados sobre planos e orçamentos públicos federais.

SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento.

SIMEPAR - Entidade de direito privado e interesse público que sucedeu o Sistema Meteorológico do Paraná.

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal.

SIPAG - Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários.

SIPLAN - Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária.

SUREH – Superintendência de Recursos Humanos da CONAB.

SUREG – Superintendência Regional.

TCU - Tribunal de Contas da União.

VEP – Valor de Escoamento de Produto.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UJ – Unidade Jurisdicionada.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

1 – Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação

Poder: Executivo
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
Código SIORG: 00014
Órgão de Vinculação: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Código SIORG: 02114

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa: **Companhia Nacional de Abastecimento - Superintendência Regional da Paraíba**
Denominação Abreviada: **CONAB - SUREG-PB**
Código SIORG: **87199**
Código LOA: -
Código SIAFI: **22211**
Situação: **Ativa**
Natureza jurídica: **Empresa Pública**
Principal Atividade: **Administração Pública em Geral**
Código CNAE: **84.11-6-00**
Telefone e Fax: **(83) 3242-6566**
Endereço Eletrônico: **pb.sureg@conab.gov.br**
Página da Internet: **http://www.conab.gov.br**
Endereço Postal: **R. Cel. Estevão Dávila Lins, s/nr. - Cruz das Armas
João Pessoa - PB
CEP: 58.085-010**

1. Identificação.

1.2. Criação.

A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas:

Quadro I

Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1. ^a Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2. ^a Versão	369	19/12/91	20/12/91
3. ^a Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95
4. ^a Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5. ^a Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6. ^a Versão	2.390	19/11/97	21/11/97
7. ^a Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8. ^a Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9. ^a Versão	6.407	24/03/08	25/03/08

A Superintendência Regional de Paraíba – Sureg-PB é parte integrante da estrutura organizacional da CONAB, tendo sido criada pela Ata da Octuagésima Oitava Reunião Extraordinária da Diretoria da Colegiada da CONAB, de 25 de fevereiro de 2000, e alterada em seu endereço pela Ata da Septuagésima Quarta Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, de 09 de fevereiro de 2007, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social e considerando os Arts. 11, §1º. e 18 do Estatuto Social e os Art. 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia.

Suas atividades tiveram início em 25 de fevereiro de 2000.

Quadro II

Subórgão	UG	Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2241	135476	CONAB Sede – SUREG PB	PB	Executora	ON LINE
2241	135288	UA – João Pessoa	PB	Executora	OFF LINE
2241	135289	UA – Campina Grande	PB	Executora	OFF LINE
2241	135607	UA - Patos	PB	Executora	OFF LINE
2241	135608	UA – Monteiro	PB	Executora	OFF LINE
2234	135464	Mercado de Opções – PB	PB	Executora	OFF LINE

Subórgão	UG	Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2227	135300	Estoque Estratégico – PB	PB	Executora	OFF LINE
2228	135301	Núcleo Estoque Regulador/PB – PGPM	PB	Executora	OFF LINE
2242	135602	Unidade CONAB PAA – PB	PB	Executora	OFF LINE

Fonte: SIAFI

Quadro III

Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento CONAB

Fonte: SIAFI

Quadro IV

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135288	22211
135289	22211
135300	22211
135301	22211
135464	22211
135476	22211
135602	22211
135607	22211
135608	22211

Fonte: SIAFI

2 – Responsabilidades, objetivos, programação e execução orçamentária.

2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade.

A CONAB, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A **Missão** institucional da CONAB é “**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**”

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto nº. 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a CONAB realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A CONAB desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização.

A CONAB responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a CONAB leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2010 foram adquiridas 965.953 toneladas de produtos tais como café, feijão, milho, sisal e trigo, com destaque para o trigo no estado do Rio Grande do Sul com participação de 33,04%. Tais aquisições se justificaram pelos baixos preços vigentes no mercado interno decorrentes dos altos estoques mundiais e da baixa demanda interna devido às facilidades oferecidas aos empresários na importação, tais como: isenção da Tarifa Externa Comum-TEC (10%), do adicional de frete da marinha mercante (25% sobre o valor do frete) e do prazo para pagamento do produto.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2010, as aquisições totalizaram 70.779 toneladas de café em milho em grãos, referentes a contratos comercializados durante o exercício de 2009, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência constantes nos contratos.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2010, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 17.083.600 toneladas de arroz, milho, sisal e trigo; e 213.316 toneladas de derivados de uva.

➤ **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o

produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2010 foram negociadas 66.890 toneladas de milho, armazenados nos Estado da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2010, foram ofertadas 1.190.000 toneladas de milho produzidas no Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Piauí, das quais foram negociadas 875.095 toneladas.

➤ **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2010, resultaram em 709.310 toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 90,11% do total ofertado.

➤ **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2010, o total de vendas em balcão correspondeu a 236.999 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,95%), já que as vendas de arroz em casca, castanha de caju e farelo foram pouco significativas (2,7; 117,6; e 0,2 toneladas

respectivamente). Mediante esse Programa foram realizados 83.243 atendimentos a clientes previamente cadastrados, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas nos Estados de Santa Catarina e do Ceará (65.620 e 58.722 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à CONAB sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela CONAB, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei nº. 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A CONAB exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apóia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela CONAB e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela CONAB, por meio dos seguintes instrumentos:

- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar. Em 2010, as operações movimentaram 32,916 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 10.177 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 124 municípios, em 14 estados do

território nacional.

- Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares com doação simultânea. Atingiu nesse ano o quantitativo de 160.745 toneladas, contemplando 73.026 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.766 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 15.247.554 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e Paraná.

- Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela CONAB, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção. Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 14 estados da federação, ocorreu a aquisição de 32.344 toneladas de diversos produtos, atendendo 11.309 agricultores familiares, localizados em 112 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 7.121 agricultores, distribuídos em 22 municípios do Estado.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2009 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$ 402.032.861,00. Esse resultado demonstra a relevância da CONAB na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional-MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2010, viabilizar a distribuição de 46.065 toneladas de produtos, equivalentes a 2.088.829 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a CONAB recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da CONAB são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à CONAB as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a CONAB participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 175,7 toneladas toneladas de produtos alimentícios a populações vitimadas em situação de risco nutricional no Haiti e no Peru.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da CONAB e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da CONAB, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2001, para o Estado do Amazonas. Em 2010, foram cadastradas 185 unidades novos varejistas, e disponibilizada para venda em 3.395 pontos de venda, 1.448 toneladas de açúcar,

arroz beneficiado, leite em pó, e pêssego em calda, adquiridas no âmbito do PAA.

2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas.

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a CONAB tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela CONAB, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela CONAB desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da CONAB acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas

no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a CONAB realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a CONAB decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2010, destacam-se: a) aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT), previsto no acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast; b) manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo com o INMET; c) Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas; d) mapeamento das áreas de produção de café nos estados da Bahia, Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, de cana de açúcar, milho e soja.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições

públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da CONAB, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela CONAB objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

A CONAB conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2009/10 foi de 149,20 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 10,4%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2010/11, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 48.000,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2009/10) em 1,29% (612,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 149,41 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a CONAB procedeu a elaboração de estimativas da produção de café, laranja, dendê, pinhão manso e da cana de açúcar, e, também, o levantamento dos custos de produção e os estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a CONAB tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela CONAB o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão de obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

2.1.5–Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários.

A CONAB atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 175 armazéns, agrupados em 94 unidades, com capacidade estática para 2.167.197 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32,6%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 21 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UA's-Unidades Armazenadoras da CONAB é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos refrigerados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2009, equivalia a 1.029.364 toneladas, sendo 599.780 t de estoques do governo e 429.584 t de estoques de terceiros. Em 2010, equivale a 1.125.336 toneladas, sendo 927.536 toneladas de estoques do governo e 197.800 toneladas de estoques de terceiros. Esse resultado representa um aumento de 9,32%, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve incremento de 54,65% e redução de 53,96% no quantitativo de estoques de terceiros, provocando, portanto, redução de 39,83% na receita de armazenagem de produtos de terceiros.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de

receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a CONAB responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da CONAB na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2010, a programação previa a realização de cadastramento/recadastramento de 4.500 armazéns, tendo sido realizados 6.115. Além dos censos de armazenagem programados, ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-PROP.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício estavam cadastrados 17.489 armazéns, com capacidade estática para 137.875.605 de toneladas, sendo 25.842.460 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 112.033.145 toneladas para granel. No entanto, apenas 376 destes armazéns, correspondendo a 5.534.665 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela CONAB para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a CONAB também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 610.071 toneladas de milho em grãos, feijão, arroz e trigo, vinculados à PGPM. Foram removidas também 621 toneladas de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 7 toneladas dos estoques do MDA, e 17.826 toneladas de produtos do MDS.

À CONAB também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a CONAB realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das

Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as 9 etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais 7 especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 5.285 armazéns, em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2010 contemplou, cumulativamente, 40.179.122 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela CONAB, correspondendo a 99,46% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e superando a meta operacional estabelecida para o exercício em 14,8%.

Nas operações foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 6.319 toneladas de milho e feijão e perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 40.898 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 3.667 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela CONAB na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2010, correspondeu a 7,1 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a CONAB tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.

Considerando a missão institucional da CONAB que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das

políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos.

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da CONAB, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho, algodão e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da CONAB, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua

operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da CONAB, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a CONAB tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a CONAB promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à CONAB para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recurso do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da CONAB, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos.

Outra estratégia de atuação da CONAB é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a CONAB mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetiva propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a CONAB criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2010 a rede contava com 2.576 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-SINAC - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a CONAB deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da CONAB o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a CONAB criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 - Gestão de Programas e Ações.

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-PB estão inseridas em 23 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011. São realizadas.

São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras, recebidas na Matriz, em Brasília, e repassadas às regionais para execução.

(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

➤ **Tipo de Programa:** Finalístico

➤ **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do

abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.

➤ **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da CONAB

➤ **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo

➤ **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.

➤ **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

a) Produção Nacional de Grãos:

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização = Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma:

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca:

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo:

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho:

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários:

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos – SPA/MAPA
- **Público-Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

2.4 - (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – Proge
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – Sumaj

Quadro V

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001

PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	12.000.000,00	958.000,00	
Suplementação/Cancelamento	19.467.764,00	-	
Dotação Final	31.467.764,00	958.000,00	3,04
Execução Orçamentária	31.412.433,87	956.462,05	3,04
Índice	99,82	99,84	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Suplementações/Cancelamentos

Decreto de 07/07/2010 – R\$ 5.195.246,00

Decreto de 02/08/2010 – R\$10.438,970,00

Decreto de 12/11/2010 – R\$ 931.387,00

Decreto de 06/12/2010 – R\$ 2.372.877,00

Decreto de 16/12/2010 – R\$ 529.284,00

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	4.808,65	268.113,70	-	-	272.922,35
2008	4.993,78	12.547,31	-	1.605.854,80	1.623.395,89
2009	536.676,52	469.532,96	-	-	1.006.209,48
2010	518.681,62	100.357,37	-	337.423,06	956.462,05

Análise:

Na LOA/2010 foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$ 12.000.000,00, tendo recebido ao longo do ano, suplementação de R\$ 19.467.764,00, passando a R\$ 31.467.764,00. Sua execução foi de 99,82% da dotação final, tendo sido realizados R\$ 31.421.433,87 no período.

A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg-PB foi de R\$958.000,00, sendo liquidado no exercício R\$ 956.462,05, cerca de 99,84% da dotação inicialmente proposta.

2.5 - Principais Ações do Programa

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.

➤ **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirab

➤ **Coordenador Nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes

➤ **Coordenador Local:** Otto José de Carvalho - SEADE-PB

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gesas.

Quadro VI

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001

PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	690.000,00	
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	-	-
Dotação Final	22.553.050,00	690.000,00	3,06
Execução Orçamentária	22.375.304,26	687.595,39	3,07
Índice	99,21	99,65	-
Meta Física	14.849	670	4,51
Execução Física	15.104	698	4,62
Índice	101,72	104,18	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Quadro VII

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	600	670	111,67	562.000,00	690.000,00	122,78
Execução	663	698	105,28	560.821,14	687.595,39	122,61
Percentual de Execução	110,5	104,18	-	99,79	99,65	-
Gasto per capita (R\$)				845,88	985,09	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Quadro VIII

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	72.324,70	180.821,86	15.332,48	-	268.479,04
2008	-	147.307,80	273.276,75	32.952,25	-	453.536,80
2009	-	156.960,72	36.6817,82	37.042,60	-	560.821,14
2010	-	158.302,45	491.971,09	37.321,85	-	687.595,39

Fonte: Siafi

Análise:

No âmbito da CONAB foi aprovada na LOA/2010 dotação orçamentária de R\$22.553.050,00 e meta física de 14.849 atendimentos mensais. Durante o período foram executados R\$22.375.304,26 representando o cumprimento de 99,21% do valor aprovado, com o atendimento médio de 15.104 beneficiados.

Na regional paraibana houve superação da meta proposta de 670 pessoas beneficiadas tendo, atendido a 698 pessoas (com o cumprimento de 104,185%). A previsão orçamentária de R\$690.000,00 foi realizada com gastos inferiores ao orçado inicialmente, tendo a regional gasto R\$687.595,39. Ou seja, houve mais atendimentos com a utilização menor dos recursos inicialmente alocados para tal fim.

O aumento das despesas deve-se ao ingresso de anistiados e seus dependentes legais típicos nos quadros da empresa, além da elevação da faixa etária do quadro, dos reajustes nos valores dos honorários médicos, das diárias de hospitais e demais taxas médicas. E por fim, cabe observar que os tratamentos oncológicos e materiais especiais utilizados, são bastante onerosos, elevando os custos dos tratamentos.

Principais Problemas:

Observamos que existe dificuldade em ampliar o número de conveniados ao SAS devido ao fato de que muitas dos profissionais e empresas prestadoras de serviços de saúde encontram-se em dificuldades para fornecer a documentação exigida para sua regularidade fiscal nos âmbitos, federal, estadual e municipal.

20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos.

➤ **Tipo: Atividade**

➤ **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.

➤ **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad.

➤ **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins.

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem.

Quadro IX

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001
PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	467.307,00	13.650,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	467.307,00	13.650,00	2,92
Execução Orçamentária	466.920,20	13.619,04	2,92
Índice	99,92	99,77	-
Meta Física	2.596	40	1,54
Execução Física	2.320	30	1,29
Índice	89,37	75,00	-

Fonte: Geare e Gebem

Análise:

O desenvolvimento da Ação trata do cumprimento de Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2011, onde é solicitado de cada empregado se submeta a uma série de exames de saúde que atestam a aptidão para o desempenho de suas atividades profissionais.

A regional paraibana da CONAB alcançou uma média percentual próxima a máxima com relação ao atingimento do Orçado X Realizado, com indicador de 99,77%, já o número de atendimentos realizados em sua meta física ficou aquém do desejado com o atingimento de 30 beneficiados, sendo que a meta pretendida seria de 40 pessoas.

No segundo semestre de 2010, a área responsável pelos recursos humanos da empresa adotou a sistemática de marcação de consultas médicas antecipadas para os empregados que precisam obter o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), a vinda do médico do trabalho 1 vez por mês ao prédio da Superintendência para atendimento a todos os empregados que já obtiveram previamente seus exames, com a adoção deste procedimento, evitou-se os transtornos da marcação de consultas e de deslocamento, agilizando os atendimentos.

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

➤ **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, do auxílio-alimentação

aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad

➤ Coordenador Nacional da Ação: Andrey de Matos Martins

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem

Quadro X

(2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001
PTRES = 001684

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	1.015.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	-	-
Dotação Final	23.153.755,00	1.015.000,00	4,38
Execução Orçamentária	23.066.478,63	1.012.829,74	4,39
Índice	99,62	99,79	-
Meta Física	4.003	175	4,37
Execução Física	4.329	191	4,41
Índice	108,14	109,14	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Quadro XI

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x 100]			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			99,78
2008			99,47
2009			99,97
2010	Meta:	100,00	Realizado
			99,79

Quadro XII

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			4.479,78
2008			4.902,37
2009			4.685,40
2010	Meta:	4.685,40	Realizado
			5.302,77

Análise:

A CONAB concede o benefício do vale-alimentação aos servidores e empregados ativos conforme a Lei nº. 9.527/97, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição/alimentação), no valor de R\$20,00/dia, conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho para o Biênio 2009/11.

Principais Resultados:

O orçamento aprovado para 2010, no valor inicial de R\$19.092.224,00 teve suplementação orçamentária no valor de R\$4.061.531,00 totalizando R\$23.153.755,00 para o atendimento das despesas da ação. Ação. A meta física prevê a concessão do benefício a 4.003 funcionários/mês, tendo sido atendidos um total de 4.329 no exercício. No estado da Paraíba foram orçados R\$1.015.000,00 e executados R\$1.012.289,74, numa realização de 99,79% da dotação orçamentária. No que se refere ao atendimento de empregados, a previsão inicial era de 175, sendo que, foram efetivamente atendidos 191, com indicador de atendimento de 109,14% da meta original. A diferença em questão deve-se, principalmente ao retorno de anistiados, beneficiados pela Lei 8.878/94 e transferências entre estados.

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de

natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

➤ **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad

➤ **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem.

Quadro XIII

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001

PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	6.823.390,00	251.000,00	
Suplementação/Cancelamento	261.936,00	-	
Dotação Final	7.085.326,00	251.000,00	3,54
Execução Orçamentária	6.981.555,76	250.507,19	3,59
Índice	98,54	99,80	
Meta Física	3.897	200	5,13
Execução Física	3.771	190	5,04
Índice	96,77	95,00	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Análise:

A partir do que estabelece o Acordo Coletivo de Trabalho 2009/11, a CONAB concede o benefício do auxílio transporte de forma mensal e pode ocorrer de duas maneiras: em pecúnia, creditada diretamente no contra-cheque do empregado; e na forma de cartão ou vales-transporte, disponibilizados pelas empresas de transporte municipais e intermunicipais.

A primeira se dá por meio da folha de pagamentos e na segunda a Empresa adquire vales-transporte e os repassa aos funcionários. Na opção de pecúnia é exigida a participação do empregado na razão de 3% de desconto em seus vencimento e o processamento deste desconto se dá na Matriz, em Brasília.

Foram gastos R\$ 250.507,19, cerca de 99,8% do total orçamentário destinado a esta

Superintendência para execução da ação.

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.

➤ **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab.

➤ **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni.

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad.

Quadro XIV

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001

PTRES = 01692

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	10.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	10.000,00	2,00
Execução Orçamentária	453.058,55	7.071,22	1,56
Índice	90,61	70,71	-
Meta Física	4.500	25	0,56
Execução Física	6.115	-	0,00
Índice	135,89	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

Quadro XV

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros-Pes. Jurídica	
2007	2.220,00	667,87	-	-	2.887,87
2008	6.945,00	-	2.652,48	-	9.597,48
2009	-	-	-	-	0,00
2010	4.245,50	1.579,31	1.246,41	-	7.071,22

Fonte: Siafi

Quadro XVI

Sureg	Situação	2009		2010						Variação	
		N.º UA (a)	Capac. (t) (b)	Convencional		Granel		Total		N.º UA. (c/a)	Capac.(t) (d/b)
				N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA (c)	Capac. (t) (d)		
PB	Credenciados	2	15.217	4	22.228	0	0	4	22.228	100,00	46,07
	Descredenciados	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
	Aptos s/ Contrato	1	1.683	1	1.683	0	0	1	1.683	0,00	0,00
	Impedidos	22	76.727	16	28.386	4	41.330	20	69.716	-9,09	-9,14
	Impedidos no SICAF	0	0	0	0	0	0	4	0	-	-
	Cadastrados	25	93.627	21	52.297	4	41.330	25	93.627	0,00	0,00
Total Nacional	Credenciados	593	7.816.353	98	439.201	278	5.095.464	376	5.534.665	-36,59	-29,19
	Descredenciados	380	3.251.521	211	917.075	227	3.216.066	438	4.133.141	15,26	27,11
	Aptos s/ Contrato	751	5.732.842	367	1.142.512	478	5.356.347	845	6.498.859	12,52	13,36
	Impedidos	11.607	65.355.182	4.898	16.773.054	6.627	50.822.340	11.525	67.595.394	-0,71	3,43
	Impedidos no SICAF	3.802	48.088.873	1.537	6.570.618	2.768	47.542.928	4.305	54.113.546	13,23	12,53
	Cadastrados	17.133	130.244.771	7.111	25.842.460	10.378	112.033.145	17.489	137.875.605	2,08	5,86
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Credenciados		0,34	0,19	4,08	5,06	0,00	0,00	1,06	0,40	-	-
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Cadastrados		0,15	0,07	0,30	0,20	0,04	0,04	0,14	0,07	-	-

Fonte: Gecad

Análise de 2010:

No exercício de 2010 não houve demanda para o cadastramento e recadastramento de armazéns, em decorrência de problemas climáticos que provocou a redução da safra agrícola em 95,6%. A armazenagem de produtos no estado ficou restrita aos armazéns da CONAB que estocaram produtos oriundos de outras regiões, e as indústrias e o comércio que fizeram estoques apenas para atender seus interesses momentâneos.

O Estado da Paraíba tem atualmente instaladas 25 unidades armazenadoras com capacidade total de 93.627 toneladas estáticas.

A despesas realizadas nesta ação referem-se ao deslocamento de empregado lotado nesta SUREG/PB para executar serviço de cadastramento e recadastramento na Superintendência Regional de Tocantins/TO.

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.

➤ **Tipo:** Finalístico.

➤ **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

➤ **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad.

➤ **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho.

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – Gecap.

Quadro XVII

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001

PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	65.000,00	3,82
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.700.000,00	65.000,00	
Execução Orçamentária	1.558.173,84	62.925,67	4,04
Índice	91,66	96,81	
Meta Física	5.917	154	2,60
Execução Física	3.666	115	3,14
Índice	61,96	74,68	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Quadro XVIII

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	343	154	44,90	48.000,00	65.000,00	135,42
Execução	181	115	63,54	47.550,91	62.925,67	132,33
Percentual de Execução	52,77	74,68	-	99,06	96,81	-
Gasto per capita (R\$)				262,71	547,18	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Quadro XIX

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	3	52	17,33
Auditoria	-	-	-
Comunicação Social	-	-	-
Educação e Desenvolvimento	3	28	9,33
Financeira	5	120	24
Gerencial	-	-	-
Informática	10	600	60
Jurídica	4	98	24,5
Operacional	19	1.348	70,95
Planejamento	70	380	5,43
Qualidade	1	15	15
Total	115	2.641	22,97

Fonte: Gecap

Análise:

O programa de treinamento é elaborado com base em levantamento das necessidades da Companhia adequando-as às necessidades de cada área de trabalho, objetivando o desenvolvimento de competências que proporcionem ganhos de conhecimento e melhoria das atividades nas diversas áreas da empresa.

Em 2010, a Regional paraibana continuou desenvolvendo o trabalho iniciado em 2009, proporcionando novo treinamento de informática básica para 10 empregados da cidade de João Pessoa, Capacitação do Programa PAA/Net para 146 interessados em todo o estado.

O total de investimento em capacitação destinado à regional paraibana no ano de 2010 foi de R\$65.000,00, tendo sido executados R\$62.925,67, cerca de 96,81% da meta e treinados 115 servidores no período, meta esta que ficou aquém do número inicial de 154, devido:

a) ao fato de que a capital paraibana está afastada dos principais centros de cultura do país, por isso, alguns dos cursos planejados no ano de 2009 não aconteceram por falta de formação de turma, e,

b) devido a restrições orçamentárias para viagens de treinamento e diárias no período, algumas das capacitações planejadas tiveram de ser adiadas para 2011.

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de

preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

➤ **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – Sufis e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – Gefis.

Quadro XX

(2137) Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001

PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	3.100.000,00	130.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	3.100.000,00	130.000,00	4,19
Execução Orçamentária	2.603.751,25	121.416,47	4,66
Índice	83,99	93,40	-
Meta Física (fiscalização realizada)	4.200	220	5,24
Execução Física	8.880	263	2,96
Índice	211,43	119,55	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Quadro XXI

Discriminação	Exercício			
	2009		2010	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	21.771	21.771	3.053	3.023
Contrato de Opção	0	0	1.480	1.480
Agricultura Familiar	446	446	248	248
Fome Zero	949	949	668	668
Estoque Próprio	0	0	0	0
Varreduras	0	0	0	0
Terceiros	0	0	0	0
Total	23.166	23.166	5.449	5.419

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Quadro XXII

Discriminação	Exercício			
	2007	2008	2009	2010
Vendas em Balcão	0	0	0	0
AGF	0	0	0	0
PEPRO	3	142	7	38
PEP	27	473	0	214
VEP	0	0	0	0
PROP	0	0	0	0
Propostas de Seguro Rural	1	0	0	1
Subvenção aos Extrativistas	0	0	0	0
Total	31	615	7	253

Fonte: Gevep

Quadro XXIII

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	23.742,50	4.251,47	5.299,83	0,00	770,60	0,00	0,00	0,00	34.064,40
2008	30.832,50	5.345,34	6.261,46	0,00	253,70	0,00	0,00	0,00	42.693,00
2009	145.880,00	10.561,60	16.236,41	0,00	994,90	0,00	0,00	0,00	173.672,91
2010	83.334,50	7.813,59	26.914,40	0,00	3.353,98	0,00	0,00	0,00	121.416,47

Fonte: Siafi

Análise:

Durante o exercício foram realizadas na Sureg-PB as duas etapas previstas no programa de fiscalização anual e mais duas etapas especiais, tendo sido visitadas 10 unidades armazenadoras e mais 253 fiscalizações sobre os diversos instrumentos de apoio à conservação. A meta previa a realização de 220 fiscalizações sendo realizadas 263, correspondendo em seu conjunto a 119,55% da meta estabelecida, justificado pelo acentuado volume de escoamento de produtos para o Estado da Paraíba.

Com referência aos estoques públicos sob a responsabilidade desta Regional, foram fiscalizados produtos dos estoques públicos (AGF, Contrato de Opção, Agricultura Familiar e Fome Zero), totalizando, cumulativamente, 5,419 toneladas, tendo sido registrada a perda em armazenagem de 2 t. de feijão e 14 t. de milho.

Quanto aos instrumentos de apoio à comercialização, para a verificação se as operações estão aderentes aos normativos, foram realizadas 253 fiscalizações, incluindo uma proposta de seguro rural.

As despesas realizadas em 2010 foram inferiores às do exercício anterior em aproximadamente 30,0%, devido ao menor envolvimento de empregados desta Regional nas operações de fiscalização realizadas em outras regionais.

Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural.

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei nº. 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº. 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução nº. 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a CONAB poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela CONAB, a Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA descentralizou recursos orçamentários no valor de R\$199.500,00 e financeiros de R\$146.675,12, consignados no Programa **0360 – Gestão da Política Agropecuária** e na **Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa**

Para a conclusão do Plano de Trabalho 2009/10, as operações tiveram início no mês de março. E para o Plano de Trabalho 2010/11 ocorreram nos meses de agosto/setembro e novembro/dezembro.

Quadro XXIV – Demonstrativo do Número de Apólices

UF	N.º de Empreendimentos			Total
	3.º quadrimestre/2009	1.º quadrimestre/2010	2.º quadrimestre/2010	
AL	2	-	-	2
BA	22	1	22	45
DF	2	-	1	3
ES	3	-	2	5
GO	117	1	11	129
MA	2	1	2	5
MG	129	1	60	190
MS	49	8	10	67
MT	40	1	3	44
PB	-	-	1	1
PI	8	-	1	9
PR	521	12	90	623
RJ	1	-	-	1
RO	2	-	-	2
RS	246	1	33	280
SC	140	-	18	158
SP	180	8	209	397
TO	7	1	3	11
Total	1.471	35	466	1.972

Fonte: Sufis/Gesup

Na realização das operações foram liquidadas despesas no valor total de R\$146.675,12, totalizando 100,0% dos recursos financeiros descentralizados pela SPA, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XXV – Demonstrativo da Execução Orçamentária

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
PI	5.828,00	1.209,84	3.620,99	20,00	10.678,83
PR	14.380,50	2.561,74	698,12	37,40	17.677,76
RS	24.158,00	6.085,29	8.340,46	399,30	38.983,05
SP	10.340,00	1.526,60	524,60	560,00	12.951,20
Matriz	57.457,00	2.560,71	6.343,47	23,10	66.384,28
Total	112.163,50	13.944,18	19.527,64	1.039,80	146.675,12

Fonte: Siafi

(2130) Formação de Estoques Públicos

➤ **Tipo:** Atividade.

➤ **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.

➤ **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.

• **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

• **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares

• **Unidades Executoras:** Superintendência de Operações – Suope, Superintendência de Contabilidade – Sucon e Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof.

Quadro XXVI

(21301) Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	2.300.000.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.300.000.000,00	13.000.000,00	0,57
Execução Orçamentária	1.257.049.773,91	9.970.019,05	0,79
Índice	54,65	76,69	-
Meta Física	3.517.000	0	0,00
Execução Física	1.036.732	0	0,00
Índice	29,48	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Quadro XXVII

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-PB	Participação (%)
Aquisição de mercadorias para revenda	603.782.582,50	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	1.837.887,28	191.582,18	10,42
Embalagens	4.059.563,13	519.883,36	12,81
COFINS	45.441,35	0,00	0,00
PASEP	9.740,85	0,00	0,00
Armazenagem	485.202.429,50	0,00	0,00
Seguros em geral	6.456.564,88	0,00	0,00
Comissões e corretagens	2.639.062,11	0,00	0,00
ICMS	19.710.143,75	661.308,23	3,36
ISS	57.965,50	0,00	0,00
Serviços gráficos	650,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	13.183.781,85	0,06	0,00
Encargos financeiros	8.685,68	1.418,28	16,33
Serviços de terceiros	9.299.643,89	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	13.909,09	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	1.252.422,61	4.752,66	0,38
Análises laboratoriais	828.520,98	487,61	0,06
Taxas e pedágios	50.255,47	24,00	0,05
Transportes, encomendas, carretos e fretes	108.563.968,61	8.590.562,67	7,91
Editais e publicações	46.554,88	0,00	0,00
Total	1.257.049.773,91	9.970.019,05	0,79

Fonte: Siafi

Quadro XXVIII

Remoções

UF		Produto	Motivo	Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
MG	PB	Milho	Venda em Balcão	1.016.664,81	847.892,50	3.500	3.500	0	0	0
MS		Milho	Venda em Balcão	414.825,00	405.444,00	1.000	1.000	0	0	0
MT		Milho	Venda em Balcão	7.713.142,55	6.078.228,00	15.561	6.731	0	0	8.830
Total				9.144.632,36	7.331.564,50	20.061	11.231	0	0	8.830

Fonte: Suarm/Gemov

Análise de 2010:

A dotação orçamentária da Sureg/PB para o ano de 2010 foi de R\$13.000.000,00, dos quais foram executados R\$ 9.970.019,05, representando a realização de 76,69% do estimado, destacando-se os custos com transporte representando 86,16%, o de ICMS na ordem de 6,64%, além da embalagem em 5,21 e de capatazia com 1,92% do total, direcionados ao suprimento do produto milho em grãos, para atendimento ao programa de Vendas em Balcão.

Cabe esclarecer que a diferença entre as quantidades adquiridas constantes do quadro acima e as existentes no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - Sigplan decorrem de inconformidade no módulo de geração de back-up do Sistema de Faturamento e Controle de

Estoques-xFAC, desenvolvido pela CONAB. Entre o período de atualização do Sistema Integrado de Planejamento-Siplan/MAPA e de encerramento da avaliação do PPA no Sigplan, a CONAB não havia conseguido corrigir o problema. De posse de novas informações, a CONAB solicitou à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos-SPI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG autorização para a correção dos dados e da análise de execução desta Ação. A SPI, por sua vez, alegando já terem encaminhado os relatórios de acompanhamento ao TCU e à CGU, não permitiu a correção, orientando para que neste Relatório de Gestão sejam informados os dados corretos, acompanhados das justificativas quanto às diferenças apontadas.

a) Remoções de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela CONAB. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal o posicionamento estratégico de estoques públicos para abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques, inclusive, a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas.

No exercício de 2010, foi contratada 20.061 t. de produtos destinados à Paraíba, no valor de R\$ 7.331.564,50; sendo removidas 11.231 t. até o fim do exercício, as quais foram destinadas à formação de cestas para doação através do MDS e do MDA.

No período foram aditadas a remoção de 50 t. de farinha de mandioca, o que totalizou em 2010, em cerca de 2.000 t. a remover, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro XXIX

Remoções

UF		Produto	Motivo	Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
MG	PB	Milho	Venda em Balcão	1.016.664,81	847.892,50	3.500	3.500	0	0	0
MS		Milho	Venda em Balcão	414.825,00	405.444,00	1.000	1.000	0	0	0
MT		Milho	Venda em Balcão	7.713.142,55	6.078.228,00	15.561	6.731	0	0	8.830
Total				9.144.632,36	7.331.564,50	20.061	11.231	0	0	8.830

Fonte: Suarm/Gemov

b) Posição dos Estoques Públicos

No fim do exercício de 2010, os estoques públicos vinculados à PGPM, na área sob jurisdição da Sureg-PB, registravam um volume de 4.361 t. de milho e 70.052 unidades de sacaria, vinculadas à PGPM.

Quadro XXX

Produto Unidade	Estoque – UF-PB		
	2007	2008	2009
Milho (t)	3.459,6	8.091,7	4.361
Sacaria (un)	69.851	113.314,0	70052

Fonte: GEOSE-PB

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.

➤ **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da CONAB ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização etc.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai.

➤ **Coordenador Nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva.

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf.

Quadro XXXI

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária	350.000,00	10.000,00	
Execução Orçamentária	67.053,63	5.472,24	2,86
Índice	19,16	54,72	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	9.000	-	
Execução Física	8.908	-	0,00
Índice	98,98	-	

Fonte: Supor e SIAFI

Atividades desenvolvidas: viagens para cadastramento de fontes de informações e pesquisa semanal de preços para alimentação do SIAGRO

Quadro XXXII

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	3.075,00	794,00	1.163,00	-	-	5.032,00
2009	4.950,00	-	39,66	-	-	4.989,66
2010	4.361,00	747,84	363,40	-	-	5.472,24

Fonte: SIAFI

Quadro XXXIII

2010					
Elemento de Despesa (R\$)					Total
Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
4.361,00	747,84	363,40	-	-	5.472,24
39.676,00	10.526,83	16.809,40	40,80	0,00	67.053,03

Fonte: SIAFI

Análise:

Esta Ação foi criada no PPA 2008/11 cujas atividades já vinham sendo desenvolvidas pela CONAB com recursos de outra ação, a de Gestão e Administração do Programa. Com a criação desta Ação pretende-se ampliar os estudos visando o desenvolvimento de novos módulos para o banco de dados, buscando, também, a implementação de melhorias nos relatórios, modificação nos procedimentos, adaptações de rotinas, manutenção em geral, treinamento de operadores e a contratação de especialistas em Tecnologia de Informação. Os dados gerados ou coletados de outras fontes são publicados na Revista Indicadores da Agropecuária e disponibilizados por meio de sistema denominado Siagro.

Para o desenvolvimento da Ação, a área responsável programou a coleta de dados em campo e a visita de empregados aos principais fornecedores de informações, objetivando a criação de um cadastro de fornecedores, visando a melhoria da qualidade e confiabilidade dos dados.

Durante o exercício foram executadas despesas no valor de R\$5.472,24 (2,86% da dotação orçamentária nacional), com diárias e locomoção de técnicos lotados na Sureg-PB para realização de trabalho de campo no interior do Estado, com vistas a coleta de informações de mercado agrícola, cadastramento e recadastramento de informantes do SIAGRO.

(2272) Gestão e Administração do Programa

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

➤ **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – Difin.

➤ **Coordenador Nacional da Ação:** Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra.

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Superintendência de Finanças – Sufin.

Quadro XXXIV

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siasi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária Inicial	378.742.641,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	459.342.641,00	4.715.000,00	1,03
Pessoal	359.742.641,00	3.381.000,00	0,94
Custeio	81.077.168,00	1.319.000,00	1,63
Investimentos	18.522.832,00	15.000,00	0,08
Execução Orçamentária	447.856.094,54	4.710.301,02	1,05
Pessoal	356.605.474,56	3.379.264,35	0,95
Custeio	80.499.809,63	1.318.181,67	1,64
Investimentos	10.750.810,35	12.855,00	0,12
Índice	97,50	99,90	-

Fonte: Supor e Siasi

Quadro XXXV

Discriminação	PB			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	5.016.410,35	6.755.189,94	8.664.083,25	3.379.264,35
Outros benefícios assistenciais	3.350,00	4.998.124,77	50.250,00	586.721,02
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.714.210,75	1.731.723,55	6.355.414,14	0,00
Obrigação patronais	1.284.465,89	25.341,62	511.408,64	594.945,68
Outras despesas variáveis	14.383,71	0,00	29.191,16	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	0,00	4.527,65	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigação patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	1.713.291,66	2.197.597,65
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	834.369,71	1.041.759,99	1.060.599,83	1.318.181,67
Outros benefícios assistenciais	0,00	132.485,00	0,00	0,00
Diárias	62.920,00	116.758,20	93.299,00	230.165,50
Material de consumo	104.261,40	57.708,70	110.565,13	156.145,83
Passagens e Despesas com locomoção	47.458,63	0,00	70.018,64	23.316,73
Serviços de Consultoria	0,00	8.115,43	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	27.276,90	300.641,19	45.753,38	16.838,42
Locação de mão-de-obra	239.039,11	322.423,19	300.339,32	378.157,32
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	328.334,70	103.628,28	384.427,31	465.076,77
Obrigações tributárias e contributivas	25.078,97	0,00	46.275,37	42.400,02
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	0,00	0,00	9.921,68	935,53
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	5.145,55
Investimentos	41.102,79	13.657.474,88	156.520,41	12.855,00
Obras e instalações	0,00	147.095,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente	41.102,79	13.510.379,88	156.520,41	12.855,00
Total	5.891.882,85	21.454.424,81	9.881.203,49	4.710.301,02

Fonte: Siasi

Resultados:

A dotação orçamentária final inicial destinada à regional paraibana da CONAB foi de R\$ 4.715.000,00, sendo destinados R\$ 3.381.000,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$ 1.319.000,00 para custeio e R\$ 15.000,00 para investimento

No período foram executados 99,90% da dotação, o que representou 1,05% dos gastos totais da empresa.

Quadro XXXVI

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa			
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Sufin			
Resultados:			
2007			99,88
2008			99,88
2009			99,46
2010	Meta:	100,00	Realizado
			99,90
Análise: Realizou-se 99,9% da meta proposta.			

(8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.

➤ **Descrição:** Modernização do setor hortigranjeiro a partir de iniciativas como: desenvolvimento e integração do banco de dados estatísticos dos mercados atacadistas; universalização das informações geradas; modernização dos processos de gestão técnico operacional e administrativo dos mercados e estímulo à agregação de tecnologia.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Superintendência de Abastecimento Social – Supab.

➤ **Coordenador Nacional da Ação:** Newton Araújo Silva Júnior.

➤ **Unidades Executoras:** Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Gehor.

Quadro XXXVII

(8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro			
Controle: SIAFI – PTRES 020.872 – Programa de Trabalho 20.605.0352.8566.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária	400.000,00	1.000,00	0,25
Execução Orçamentária	33.217,94	144,00	
Índice	8,30	14,40	
Meta Física – unidade organizada	16	1	6,25
Execução Física	12	1	
Índice	75,00	100,00	

Fonte: Diafi/Supor/Gepor, Dirab/Supab/Gehor e Siafi

Análise de Desempenho

O desenvolvimento desta Ação se dá por meio de atividades desenvolvidas pela Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Gehor, na Matriz. O alcance de 100% para essa ação se deu com o ingresso da unidade atacadista de João Pessoa Ceasa-PB, à base de dados do Prohort.

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com a linha básica de consumo em áreas carentes, visando sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas produtos de qualidade e a preços compatíveis.

➤ **Descrição:** Indução de processos que inibam a concentração de mercado do segmento varejista de produtos básicos de consumo, situação bastante visível em vista das sucessivas incorporações de empresas realizadas pelas grandes redes super-mercadistas, assegurando às comunidades carentes acesso a canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo produtos de qualidade e a preços compatíveis. Fortalecimento do pequeno comércio de bairro de qualificação comercial e sustentabilidade econômica com uma ação prática e eficiente para contrapor às iniciativas de monopolização do mercado. Repasse das orientações necessárias à adequação e melhoria dos estabelecimentos comerciais, por meio de sistemático apoio técnico-operacional, e difusão da idéia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. A promoção de melhorias nas unidades varejistas assegura vantagens competitivas para seus clientes e fortalece as economias locais.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab.

➤ **Coordenador Nacional da Ação:** José Antônio da Costa.

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Abastecimento Social – Supab e Gerência de Parcerias Institucionais – Gepri.

Quadro XXXVIII

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas			
Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária	300.000,00	50.000,00	16,67
Execução Orçamentária	120.061,27	30.204,92	25,16
Índice	40,02	60,41	-
Meta Física – unidade organizada	1.400	245	17,50
Execução Física	185	53	28,65
Índice	13,21	21,63	-

Fonte: Supor e Siafi

Quadro XXXIX

Produto	Ano					
	2009		2010			
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
Açúcar	30.000	30.174	-	-		
Arroz beneficiado	-	-	73.890	75051	683	110.050
Leite em pó	13.640	75.020	98.580	542.190		
Total	43.640	105.194,00	172.470	617.241,00	683	110.050

Fonte: Supab/Gevap

Quadro XL

Ano	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas		Indenizações e Restituições
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	1.437,50	91,02	145,00	0,00	100,00	-	1.773,52	
2008	2.115,00	324,68	-	0,00	1.650,00	-	4.089,68	
2009	9.328,00	279,37	32,94	-	1.000,00	-	10.640,31	
2010	13.536,50	1.226,98	3.071,44	2.000,00	10.370,00	-	30.204,92	

Fonte: Siafi

Análise:

Da meta física nacional estabelecida para o ano de 2010, a SUREG/PB executou 21,63%, ou seja, a regional paraibana obteve a organização de 53 unidades varejistas das 245 colocadas como meta neste exercício. A execução, a menor, deve-se à resistência dos varejistas locais em participar de organizações associativas e à falta de cultura no segmento. A partir do lançamento da segunda central de negócios em 2010, espera-se a promoção de divulgação efetuada pelas lojas participantes, existindo a expectativa de que seja despertado o interesse dos pequenos empreendedores e a consequente ampliação do cadastramento de novos interessados, objetivando a criação de mais uma

central de negócios em 2011.

Da dotação orçamentária de R\$ 50.000,00 foi executada 60,41%. Os gastos contemplaram ações de capacitação, supervisão, cadastro de unidades varejistas filiadas ao programa e despesas com o 2.º Encontro Nacional da REFAP em João Pessoa, evento este que contou com a participação dos principais gestores da CONAB e dos principais varejistas que aderiram ao programa.

A REFAP/PB já congrega 103 unidades varejistas formando as redes: Paraíba de Supermercados, Cariri, Unilojas, Supermixx e Compremais. Estão em fase de implantação as Redes Gente Econômica e Sorriso.

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

➤ **Tipo:** Finalístico.

➤ **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.

➤ **Descrição:** Durante o ano-safra a CONAB realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas 2s de campo nas áreas afetadas.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai.

➤ **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti.

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – Geasa.

Quadro XLI

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	15.000,00	1,50
Execução Orçamentária	878.237,66	11.395,69	1,30
Índice	87,82	75,97	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	8	66,67
Execução Física	12	8	66,67
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Quadro XLII

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	5,2	0,5	-90,4	-4,7	2,3	0,1	-95,7	-2,2
Amendoim total	1,2	0,4	-66,7	-0,8	0,7	0,1	-85,7	-0,6
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra	1,2	0,4	-66,7	-0,8	0,7	0,1	-85,7	-0,6
Arroz	7,3	3,0	-58,9	-4,3	8,4	0,6	-92,9	-7,8
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	205,5	73,0	-64,5	-132,5	80,1	3,7	-95,4	-76,4
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	205,5	73,0	-64,5	-132,5	80,1	3,7	-95,4	-76,4
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
Milho total	194,0	69,6	-64,1	-124,4	166,3	6,3	-96,2	-160,0
Milho 1ª safra	194,0	69,6	-64,1	-124,4	166,3	6,3	-96,2	-160,0
Milho 2ª safra								
Soja								
Sorgo						0,1	0,0	0,0
Trigo								
Triticale								
Total PB	413,2	146,5	-64,5	-266,7	257,8	10,9	-95,8	-246,9

Quadro XLIII

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	0,5	0,5	0,0	0,0	0,1	0,3	200,0	0,2
Amendoim total	0,4	0,4	0,0	0,0	0,1	0,4	300,0	0,3
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra	0,4	0,4	0,0	0,0	0,1	0,4	300,0	0,3
Arroz	3,0	3,0	0,0	0,0	0,6	3,8	533,3	3,2
Aveia								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	73,0	73,0	0,0	0,0	3,7	29,9	708,1	26,2
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	73,0	73,0	0,0	0,0	3,7	29,9	708,1	26,2
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
Milho total	69,6	69,6	0,0	0,0	6,3	53,0	741,3	46,7
Milho 1ª safra	69,6	69,6	0,0	0,0	6,3	53,0	741,3	46,7
Milho 2ª safra								
Soja								
Sorgo	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0
Trigo								
Triticale								
Total PB	146,6	146,6	0,0	0,0	10,9	87,5	702,8	76,6

Análise:

A meta física global aprovada na LOA/2010 previa a realização de 12 (doze) pesquisas de campo, de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras. No âmbito da Sureg-PB todas as pesquisas previstas foram realizadas, num total de 8 pesquisas de campo, com as necessárias complementações dos dados coletados com pesquisas complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail, etc.

No ano de 2010, o Estado da Paraíba apesentou baixos índices pluviométricos com sérios prejuízos à safra agrícola, acarretando redução de 64,5% na área plantada e 95,8% de perda da produção.

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.

➤ **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab.

➤ **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni.

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad.

Quadro XLIV

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	27.050.000,00	60.000,00	0,22
Despesas Correntes	5.850.000,00	60.000,00	1,03
Despesas de Capital	21.200.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária (valor liquidado)	1.400.489,93	29.222,17	2,09
Despesas Correntes	1.053.606,66	29.222,17	2,77
Despesas de Capital	346.883,27	0,00	0,00
Restos a Pagar	5.763.613,03	26.436,13	0,46
Despesas Correntes	409.482,03	6.500,00	1,59
Despesas de Capital	5.354.131,00	19.936,13	0,37
Execução Total	7.164.102,96	55.658,30	0,78
Índice	26,48	92,76	-
Meta Física – unidade modernizada	70	2	-
Execução Física	88	4	4,55
Índice	125,71	200,00	-

Fonte: Supor e Siafi

Quadro XLV

Unidade Armazenadora	Quantidade de Armazens	Cap. (t)	Tipo	Endereço
João Pessoa	1	8900	Convencional	R. Projetada U, 225 – Distrito Industrial João Pessoa/PB
Campina Grande	1	7000	Convencional	Av. Assis Chateaubriand, 4885 Distrito Industrial / João Pessoa/PB
Monteiro	1	3500	Convencional	R. Manoel Joaquim da Silva, s/nr. - Centro Monteiro/PB
Patos	1	3000	Convencional	Fazenda Trapiá, 3312 – Km 342 – Zona Rural Patos/PB

Quadro XLVI

João Pessoa	Aquisição de 1 jogo de peneiras para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
	Aquisição de 2 caladores de sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	99,64	99,64	0,00	99,64	99,64
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	274,64	274,64	0,00	274,64	274,64
Campina Grande	Aquisição de 2 caladores para sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	99,64	99,64	0,00	99,64	99,64
	Aquisição de 1 balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	Aquisição de 1 calador graneleiro	0,00	0,00	0,00	0,00	312,04	312,04	0,00	312,04	312,04
	Aquisição de 1 jogo de peneiras para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
	Aquisição de 1 homogeneizador	0,00	0,00	0,00	0,00	677,90	677,90	0,00	677,90	677,90
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	2.268,83	2.268,83	0,00	2.268,83	2.268,83
Sede Sureg-PB	Manutenção corretiva das edificações da Unidade de Patos (Medição final)	15.247,18	0,00	15.247,18	0,00		0,00	15.247,18	0,00	15.247,18
	Manutenção corretiva das edificações da Unidade de Monteiro (termo aditivo)	13.974,99	0,00	13.974,99	0,00		0,00	13.974,99	0,00	13.974,99
	Aquisição de 3 pulverizadores de carrinho	0,00	0,00	0,00	0,00	12.855,00	12.855,00	0,00	12.855,00	12.855,00
	Serviços de fotografia aérea nos municípios de Monteiro e Patos	0,00	0,00	0,00	6.500,00		6.500,00	6.500,00	0,00	6.500,00
Total		29.222,17	0,00	29.222,17	6.500,00	12.855,00	19.355,00	35.722,17	12.855,00	48.577,17
Patos	Aquisição de 2 caladores de sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	99,64	99,64	0,00	99,64	99,64
	Aquisição de 1 balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	Aquisição de 1 calador graneleiro	0,00	0,00	0,00	0,00	312,04	312,04	0,00	312,04	312,04
	Aquisição de 1 jogo de peneiras para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
	Aquisição de 1 homogeneizador	0,00	0,00	0,00	0,00	677,90	677,90	0,00	677,90	677,90
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	2.268,83	2.268,83	0,00	2.268,83	2.268,83
Monteiro	Aquisição de 2 caladores de sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	99,64	99,64	0,00	99,64	99,64
	Aquisição de 1 balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	Aquisição de 1 calador graneleiro	0,00	0,00	0,00	0,00	312,04	312,04	0,00	312,04	312,04
	Aquisição de 1 jogo de peneiras para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
	Aquisição de 1 homogeneizador	0,00	0,00	0,00	0,00	677,90	677,90	0,00	677,90	677,90
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	2.268,83	2.268,83	0,00	2.268,83	2.268,83
Total PB		29.222,17	0,00	29.222,17	6.500,00	19.936,13	26.436,13	35.722,17	19.936,13	55.658,30

Análise:

Realizamos o previsto na recuperação e modernização de nossa rede própria de armazéns a partir do que foi disponibilizado de recursos.

Para atender às necessidades da Certificação de Unidades Armazenadoras por parte da CONAB, será necessário um maior aporte de investimentos em 2011, para que seja obtidas as necessárias adequações civis e de equipamentos.

O trabalho realizado na regional paraibana, com relação a esta ação obteve um percentual bem próximo ao da meta estabelecida, ou seja, 92,76%.

Há de mencionar que, os principais problemas detectados na realização desta ação deveram-se à inexistência no mercado local, e, na região nordeste de fornecedores dos equipamentos necessários à proteção individual (EPI's) e equipamentos destinados às operações de cargas em armazéns.

A meta física atingida de 200% deve-se a reabertura das unidades armazenadoras de Monteiro e Patos que vieram a atender, de forma estratégica, várias das necessidades sociais das regiões em que se situam.

2.5 – Outros Programas, Ações e Atividades

2.5.1 - Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos.

2.5.1.1 - Venda em Balcão.

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei nº. 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura” e “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos e que está ligada diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização dos estoques públicos que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, de forma direta, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, assim descrito: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa, aos produtos ofertados pela CONAB, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos -14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca - 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);
- feijão – 3 toneladas;
- farinha de mandioca – 2 toneladas;
- farinha de trigo – 600 kg
- leite em pó – 600 kg,
- sorgo – 10 toneladas;
- açúcar – 2 toneladas;
- arroz beneficiado – 5 toneladas;
- castanha do brasil – 10 toneladas

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com os de mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, observando-se:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto, realizado pela CONAB no estado onde for efetuada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela CONAB e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela de Referencial de Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da CONAB.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão, do Manual de Operações da CONAB-MOC.

Em 2010, as vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, realizadas nas Unidades Armazenadoras de Campina Grande, João Pessoa, Monteiro e Patos, totalizaram 12.997 toneladas de milho em grãos, em 5.531 atendimentos, com incremento de 241,50% sobre a quantidade vendida em 2009.

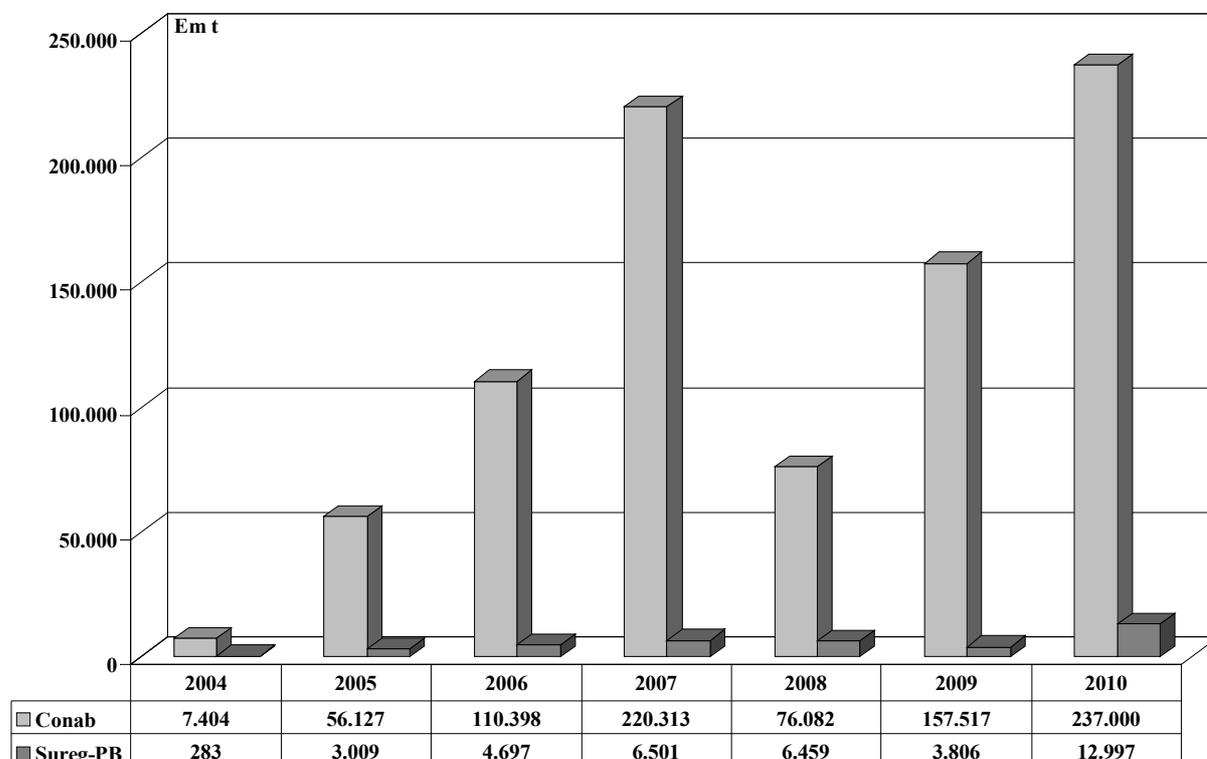
Quadro XLVII

Unidade	2008			2009			2010		
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Vendas
Campina Grande	4.677	2.375.818,89	1.101	2.915	1.193.548,95	914	5.773	2.389.910,00	2.038
João Pessoa	1.782	884.506,97	467	890	371.807,62	349	3.054	1.205.100,00	854
Monteiro	0	0,00	0	0	0,00	0	790	383.690,00	1.109
Patos	0	0,00	0	0	0,00	0	3.379	1.513.713,00	1.530
Total	6.459	3.260.325,86	1.568	3.806	1.565.356,57	1.263	12.997	5.492.413,00	5.531

Fonte: Supab/Gepab

As quantidades vendidas na Regional apresentaram queda nos exercícios de 2008 e 2009, interrompendo uma sequência de crescimento contínuo. Com o aumento da quantidade vendida em 2010, a participação da Regional no total comercializado pelo Programa atingiu 5,48%, conforme demonstrado na figura a seguir.

Quadro XLVIII



Fonte: Supab/Gepab

2.5.1.2 - Subvenção à Comercialização -Valor de Escoamento do Produto-VEP:

O Valor de Escoamento do Produto (VEP) é instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento, são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Quadro XLIX

UF de Origem	Quantidade (t)		Valor da Operação com ICMS sem o Prêmio	UF de Destino	Quantidade Negociada (t)	Quantidade Comprovada (t)	Valor Previsto (R\$)	Valor Pago (R\$)
	Ofertada	Negociada						
MT	262.098	50.170	7.586.452,66	AL	2.222	2.222	186.648,00	186.648,00
				BA	2.442	2.442	205.128,00	205.128,00
				CE	2.801	1.761	235.242,00	147.882,00
				ES	3.637	3.637	220.807,00	220.807,00
				PB	9.830	9.830	825.720,00	825.720,00
				PE	28.228	25.138	2.371.194,00	2.111.634,00
				PI	160	160	13.440,00	13.440,00
				RN	850	150	71.400,00	12.600,00
Total	262.098	50.170	7.586.452,66	-	50.170	45.340	4.129.579,00	3.723.859,00

Fonte: Suope/Geope

No exercício de 2009 a Sureg-MT negociou cerca de 50.170 t. de produtos com destino ao país, dos quais coube à Paraíba cerca de 9.830 t. Obteve-se a comprovação da totalidade da operação negociada. No caso, foram pagos R\$ 825.720,00 que corresponde a 22,17% do total de recursos destinados para pagamento da ação pela CONAB.

2.5.1.3 - Participação na Execução do Programa Fome Zero:

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A CONAB por orientação consignada na Portaria Interministerial nº. 183/2003 substituída pela de nº. 1.128/2008, participa de Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competências regimentais.

Por isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestiários, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à CONAB o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2010 foram distribuídas os seguintes produtos:

Quadro L

Mercadoria/Serviço	Unidade	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Adega portátil	Unidade	-	-	2
Alimentos diversos	Kg	119.492	3.062.076	-
Alimentos diversos	Lta	1.423	122.529	-
Alimentos diversos	Unidade	-	1.756.218	-
Material didático	Unidade	-	6.500	791
Caixa de papelão	Unidade	-	224.849	164.600
Produtos de limpeza	Unidade	-	318	-
Ração animal	Kg	-	29.020	-
Remédios diversos	Unidade	-	76.087	1.800
Serviços de transporte de cartilhas	Unidade	-	256.536	-
Tecidos e peças de vestuários	Kg	130.781	660.145	14.630
Tecidos e peças de vestuários	Unidade	-	208.725	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Caixa	-	5	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Dúzia	-	15.220	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Kg	1.224	216.980	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Unidade	6.448	2.355.045	25.500
Equipamentos/ferramentas	Unidade	-	-	19
Veículos	Unidade	15	21	9

Fonte: Supab;Gepri

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos.

Atendendo demanda do MDS, a CONAB promoveu o recebimento, guarda e transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Fome Zero. Em 2010, foram distribuídas 5.366.401 unidades de diversos produtos, que foram utilizadas em atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Quadro LI

Mercadoria/Serviço	Origem	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Sacolas plásticas (supermercado)	MDS	230.000	996.000	1.004.000
Cartazes Fome Zero	MDS	-	74.285	25.915
Livros Lula 500 dias	MDS	-	16	44
Camisetas Fome Zero	MDS	-	7.970	180
Baners Fome Zero	MDS	-	-	3.205
Cartilha (Política de Segurança Alimentar)	MDS	-	554.150	152.450
Cartilhas Editora Globo 1 e 2	MDS	-	4.478.800	-
Cadernos Talher Brasil	MDS	-	50.100	-
Calendários Quilombolas	MDS	-	2.925	-
Kit Pedagógico	MDS	781	5.266	-
Caixa de Coleta Seletiva	Cáritas	-	28.500	-
Folders Coleta Seletiva	Cáritas	-	74.500	25.500
Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	MDS	4.250	11.550	-
Agenda Bolsa Família	MDS	-	-	492
Album Seriado	MS	25	25	1.466
Cartilhas Alimentação Nutricional	MS	-	-	100.500
Cartilhas Doenças Celíacas	MS	-	107.000	-
Cartilha da Emília	MDS	679.676	884.229	-
Cartilha Alimentação Saudável/Obesidade	MDS	2.613.820	2.777.260	-
Gibis Maurício de Souza	MC	1.458.650	1.458.650	-
Envelopes Maurício de Souza	MC	379.199	379.199	-
Total		5.366.401	11.890.425	1.313.752

Fonte: Supab;Gepri

c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos.

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009 a Conab foi autorizada a doar até 70 mil toneladas de feijão dos estoques públicos, aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, em atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar. Durante o exercício foram distribuídas 40.539 toneladas, conforme quadro a seguir:

Quadro LII

UF	N.º de Instituições Atendidas	N.º de Municípios Atendidos	Quantidade Doada (em t)
AL	59	44	864,5
AM	83	37	1.424,9
BA	3	3	13,2
CE	326	114	5.302,7
DF	37	1	307,6
ES	163	67	712,6
GO	183	152	2.237,0
MA	721	132	3.939,6
MG	540	296	5.328,6
MS	1	1	206,3
MT	109	59	1.670,1
PA	35	19	402,8
PB	244	174	3.798,0
PE	195	90	775,0
PI	1	1	20,0
PR	1	1	7,6
RJ	136	88	1.950,3
RN	954	145	4.396,8
RO	3	3	20,2
RR	58	13	963,3
SP	779	360	6.055,5
TO	6	3	142,4
Total	4.637	1.803	40.539,0

Fonte: Supab/Gepri

d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar.

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a CONAB, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-SUPAB, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, em 2010, 30.622,7 mil toneladas de produtos alimentícios e 879,2 mil latas de doce de frutas, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro LIII

Sureg	N.º Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																Total	Doce de Frutas (Em lata)	
		Açúcar		Arroz		Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em pó	Macarrão	Mel	Milho	Picles	Polpa de Frutas	Suco de Frutas	Sementes			Trigo
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Casca	Mandioca	Milho													
AL	107	137,3	-	15,0	-	1.072,4	-	2.624,1	-	36,9	-	-	-	-	-	25,8	-	-	3.911,5	32,0
AM	1	-	-	-	-	-	-	26,6	-	17,1	11,5	-	-	-	-	-	-	-	55,2	-
BA	465	-	-	-	-	18,0	-	4.285,7	-	76,1	-	-	-	76,6	2.242,6	-	-	-	6.699,0	56,8
CE	205	-	-	-	-	1.438,0	-	-	-	72,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510,5	157,6
ES	154	-	-	-	-	6,4	-	-	-	75,6	-	-	-	-	-	-	-	-	82,0	126,4
GO	93	33,6	-	61,6	9,1	96,4	-	0,4	-	129,3	-	-	-	-	-	-	-	-	330,4	166,5
MA	62	-	-	50,9	-	-	-	-	-	36,3	-	-	-	-	-	-	-	-	87,2	-
MG	60	-	-	114,0	-	121,9	-	-	-	67,4	0,4	-	-	-	-	-	-	-	303,7	49,0
MS	18	-	-	-	-	323,1	-	223,1	-	396,4	-	-	13,0	-	-	-	-	-	955,6	-
MT	8	-	-	-	-	-	-	10,2	-	41,6	-	-	-	-	-	-	-	-	51,8	-
PA	16	-	-	81,0	-	81,0	-	-	-	43,0	-	-	-	-	-	-	-	-	205,0	-
PB	48	-	-	12,3	-	176,6	-	97,7	-	20,6	-	-	-	-	-	-	-	-	307,2	85,9
PE	248	56,3	-	74,7	-	2.519,7	-	518,4	-	387,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,0	-
PI	89	-	-	169,0	-	710,1	-	421,9	-	37,3	-	-	311,2	-	-	-	-	-	1.649,5	-
PR	371	0,4	21,6	40,6	-	93,9	-	3.093,8	14,3	11,1	-	-	-	-	-	-	1,7	-	3.277,4	-
RJ	87	-	-	59,3	-	-	-	-	-	91,7	-	-	-	-	-	-	-	-	151,0	99,2
RN	534	0,1	-	135,4	-	590,9	-	43,7	-	21,0	-	4,5	-	-	-	-	-	-	795,6	-
RO	27	-	-	-	-	-	-	741,9	-	11,7	-	-	-	-	-	-	-	-	753,6	-
RS	119	0,0	14,1	1.362,0	-	-	37,0	330,9	-	934,9	-	-	-	-	0,4	-	-	-	2.679,3	87,6
SC	100	-	0,5	-	-	-	14,0	700,9	0,5	14,4	-	-	-	37,4	-	-	-	-	767,7	2,6
SP	492	-	-	-	-	221,6	-	1.038,6	-	546,7	-	-	-	-	-	-	-	20,0	1.826,9	15,6
TO	113	-	-	582,3	-	30,0	-	48,1	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	665,1	-
Total	3.417	227,7	36,2	2.758,1	9,1	7.500,0	51,0	14.206,0	14,8	3.074,2	11,9	4,5	324,2	37,4	76,6	2.268,8	1,7	20,0	30.622,2	879,2

Fonte: Supab/Gepri

2.5.1.4 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA.

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da CONAB, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de:

a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação;

b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a CONAB tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar-Pronaf e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a CONAB adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

•Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF: tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela CONAB). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A CONAB, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

•**Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da CONAB, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

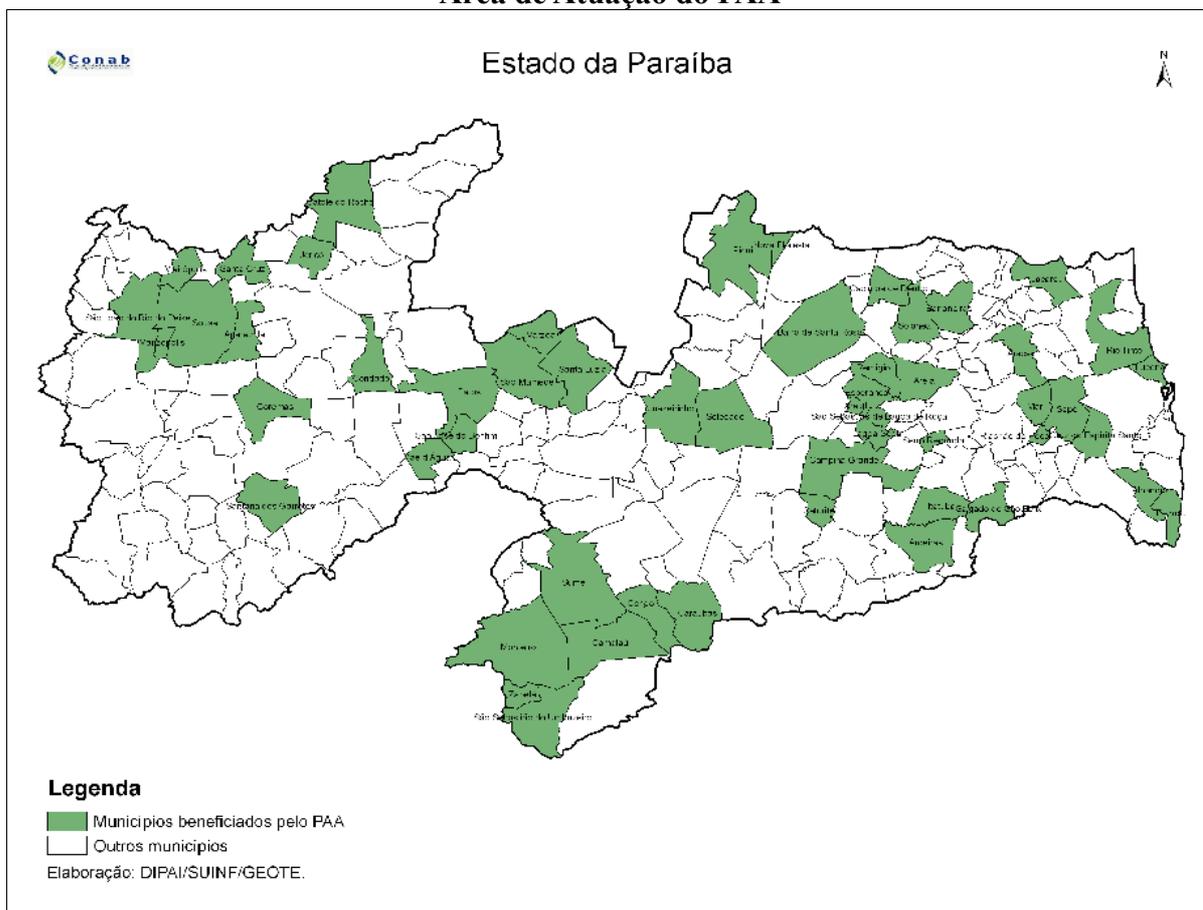
•**Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também deve estar organizado em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela CONAB.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela CONAB, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da CONAB. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a CONAB adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 79 produtos, 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente no Estado da Paraíba foram atendidos 2.322 produtores familiares em 48 municípios, conforme demonstrado na Figura a seguir.

Figura I
Área de Atuação do PAA



Com os recursos orçamentários/financeiros descentralizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e repassados pela Matriz, a Regional atendeu a 2.487 produtores familiares, conforme descrito a seguir:

Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS.

Para a operacionalização do PAA, a CONAB e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049-Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação **Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e, constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação nº. 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-Consad, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 3 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

Quadro LIV

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Pólos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Pólos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001
Pólos	-	20	-	20
Repasse (Em R\$)	-	314.102.538,00	-	314.102.538

Fonte: Supaf/Gecaf

Em 2010, a CONAB recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a CONAB a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinados à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF.

Por meio deste instrumento foram adquiridas em 2010, 150 toneladas de farinha de mandioca, em 1 município. Houve redução de 69,07% e de 60,84% no número de produtores beneficiados e na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir, tendo como fator primordial a expressiva quebra da safra agrícola paraibana.

Quadro LV

Ano	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	1	Farinha de mandioca	97	383	332.845,60
2010	1	Farinha de mandioca	30	150	131.736,00

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque).

Em 2010 foram adquiridas 61 toneladas de arroz vermelho, de 48 agricultores familiares, em 1 município, conforme quadro a seguir:

Quadro LVI

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
2010	48	1	61	67.584,00
Total	48	1	61	67.584,00

Fonte: Supaf/Gecaf

c) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Por meio deste instrumento foram adquiridas 4.124 toneladas de diversos produtos alimentícios de 2.401 produtores familiares e distribuídas a 1.127 instituições sociais, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior houve aumento de 2.978,21% no número de produtores familiares atendidos e de 4.640,23% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro LVII

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	77	3	87	15.757	24	242.305,79
2010	2.322	48	3.983	531.093	172	8.285.328,35

Fonte: Supaf/Gecaf

d) Execução Orçamentária.

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$8.905.340,29, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita com participação de 96,58% na despesa total de 2010. Comparativamente ao exercício anterior houve aumento na despesa total de 810,57%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LVIII

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo		Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	60.239,84	15.994,70	587.618,61	9.391,93	0,00	304.061,91	691,95	977.998,94
2010	42.898,00	16.711,06	8.600.616,96	16.246,29	757,50	149.621,51	78.488,97	8.905.340,29

Fonte: Siafi

e) Remoções de Produtos Vinculados ao MDS

Em 2010, foi contratada por meio de leilão público realizado pela Matriz, a remoção de 287 toneladas de cestas de alimentos para reposicionamento dos estoques. Também foram recebidas remoções 314 toneladas de feijão, leite em pó, doce de pêssego e arroz beneficiado dos estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e de Tocantins.

As despesas com transporte são custeadas com recursos orçamentários/financeiros consignados no Programas 1049 – Acesso à Alimentação, sob a sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan/MDS, descentralizados para a por meio de Termos de Cooperação para a operacionalização do PAA e distribuição de cestas de alimentos.

Quadro LIX – Remoções de Estoques do MDS

Origem	Destino	Produto	Motivo	Valor (Em R\$)		Quantidade (Em t)		
				Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	A Remover
PB	PB	Cestas	Cestas	6.650,12	6.650,12	147	147	0
PB	PB	Cestas	PAA	6.428,79	6.428,79	140	140	0
Total				13.078,91	13.078,91	287	287	0
BA	PB	Feijão	PAA	27.071,02	27.071,02	180	180	0
PE	PB	Leite em pó	Cesta	2.266,39	2.266,39	40	40	0
RS	PB	Leite em pó	Estratégico	23.894,96	23.894,96	40	40	0
RS	PB	Pêssego	PAA	42.121,62	42.121,62	99	0	99
TO	PB	Arroz beneficiado	PAA	14.993,44	14.993,44	54	54	0
Total				110.347,43	110.347,43	413	314	99

Fonte: Suarm/Gemov

Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.

Para a operacionalização do PAA, a CONAB e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

•**2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e,

•**4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$64.070.450,00.

Especificamente no âmbito da SUREG-PB foram atendidos 8 agricultores familiares, conforme descrito a seguir.

a) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque).

Por meio desse instrumento foram adquiridas 5 toneladas de tilápia, no município de Jericó, ao custo de R\$21.000,00, atendendo 8 produtores familiares. Comparativamente ao exercício anterior houve redução de 78,38% no número de produtores e de 82,29% na quantidade, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LX

Ano	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	2	37	34	50.566,00
2010	1	8	5	21.000,00

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Remoção dos Estoques.

Para reposição dos estoques visando a distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou a retirada de produtos de postos de compras que não ofereçam garantia de manutenção da qualidade dos produtos, ou, ainda, a comercialização, foi recebida a remoção de 40 toneladas de leite em pó, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro LXI

UF		Produto	Preços no Leilão (Em R\$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
RS	PB	Leite em pó	24.488,87	24.488,87	40	40	-	-	-
Total			24.488,87	24.488,87	40	40	-	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

c) Execução Orçamentária.

Em 2010, as despesas executadas somaram R\$33.230,03, destacou-se a Aquisição de Bens para Revenda, com 63,20% do total de despesas. Comparativamente ao exercício anterior, verifica-se redução de 77,24%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXII

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2009	18.171,82	6.907,20	2.488,74	0,00	67.848,05	0,00	0,00	50.566,00	145.981,81
2010	6.309,00	1.764,62	3.011,91	-	1.144,50	-	-	21.000,00	33.230,03

Fonte: Siafi

2.5.1.5 – Estoque médio – Receita de Armazenagem.

A receita total de armazenagem no âmbito das unidades próprias da Sureg-PB apresentou redução de 28,83% em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2009, tendo como motivo principal a baixa prestação de serviços a terceiros, pois a quase totalidade dos produtos armazenados são de propriedade do Governo Federal. Com relação aos estoques armazenados, verifica-se redução de 73,53%, conforme quadro a seguir:

Quadro LXIII

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)						Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros (Em R\$)	
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	2009	2010
Sede-Sureg/PB	-	-	0	-	-	0	3.248,75	41.460,37
Campina Grande	4.235	-	4235	572	-	572	35.008,03	1.410,00
João Pessoa	3.864	-	3864	1229	2	1231	36.953,51	10.650,00
Monteiro	-	-	-	184	-	184	-	-
Patos	-	-	-	157	-	157	-	-
Total	8.099	0	8.099	2.142	2	2.144	75.210,29	53.520,37

Fonte: Suarm/Gearm e Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE

2.5.1.6 - Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional-MI.

O Programa 1029 – Resposta aos Desastres, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária 4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres, com atuação em todo o território nacional, com objetivo de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade às ações de distribuição de alimentos a Conab elaborou o plano de trabalho que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para formação e manutenção de estoque estratégico de gêneros alimentícios que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastres de qualquer natureza, que esteja classificado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos-CODAR.

À Conab competia a aquisição por meio de leilões eletrônicos de 1.702 toneladas de diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e rosquinhas de coco), que após embalados formariam um estoque estratégico de aproximadamente 70.000 cestas de alimentos, depositadas nas unidades armazenadoras próprias em locais estratégicos, podendo, se necessário, ser deslocadas conforme as necessidades. Foi previsto também que na composição das cestas a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competia as orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto quanto as localidades e o público-alvo a ser beneficiado.

Para tanto, a CONAB recebeu descentralização de recursos orçamentários/financeiros, no valor de R\$6.207.900,00.

No área de atuação da Sureg-PB basicamente são realizados atendimentos emergenciais, conforme orientações da Defesa Civil. Em 2010 não houve distribuição de cestas de alimentos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LXIV

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	PB	Part. (%)	Brasil	PB	Part. (%)	Brasil	PB	Part. (%)
2006	264.417	700	0,26	280.919	700	0,25	3.720	20	0,54
2007	174.209	-	0,00	174.209	-	0,00	4.100	-	0,00
2008	294.312	10.000	3,40	296.317	10.000	3,37	6.999	230	3,29
2009	702.238	15.501	2,21	712.752	15.501	2,17	16.743	331	1,98
2010	139.452	-	0,00	142.286	-	0,00	3.766	-	0,00

Fonte: Supab/Gepab

A despesa total executada nesta Regional totalizou R\$12.162,00, comparativamente ao exercício anterior verifica-se redução de 1,86%.

Quadro LXV

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica			Obrigações Tributárias e Contributivas
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	2.700,00	5.785,87	-	-	-	3.906,24	-	12.392,11
2010	-	8.832,00	-	-	-	3.330,00	-	12.162,00

Fonte: Siafi

A referida despesa foi autorizada mediante as autorizações constantes no Repasse Financeiro da Secretaria Nacional de Defesa Civil em 2010.

Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café.

O Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, constante do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 -, instituído pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, e sob a responsabilidade da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA, tem o objetivo de implementar políticas dos

setores público e privado, que propiciem a geração de renda e desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café, além de promover geração de divisas, emprego e inserção social de forma sustentável. Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão de obra, publicidade e promoção do café brasileiro, nos mercados interno e externo, e prioriza as linhas de financiamento para o custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café, entre outros instrumentos de política agrícola.

Na execução deste Programa, a SPAE e a CONAB firmaram parceria objetivando a realização do levantamento da produção, dos custos de produção e estoques privados de café, prevendo o repasse de recursos orçamentários/financeiros da ordem de R\$864.915,00; sendo R\$698.754,19 para o levantamento da safra, R\$44.160,81 para a elaboração dos custos de produção e R\$17.000,00 para o levantamento dos estoques privados. Durante o exercício a CONAB recebeu descentralização orçamentária no valor de R\$821.087,00. O Plano de Trabalho elaborado e aprovado previa:

- Realização das avaliações das safras brasileiras de café, pelos métodos objetivo e subjetivo, e continuidade aos estudos de aperfeiçoamento e avaliação dos métodos de estimativa de área cultivada e produtividade da cultura no Brasil, promovendo a uniformização dos modelos estatísticos de estimativas adotados, com o apoio e suporte técnico da rede multi-institucional de parceiros integrantes do Projeto Geosafra, para a aplicação e melhoria destes métodos, utilizando-se instrumentos de geotecnologia no mapeamento das lavouras; e monitoramento e aplicação de modelos agrometeorológicos, nos prognósticos de rendimento.
- Elaboração de planilhas de custo de produção, por meio de pesquisas de coeficientes técnicos e preços junto ao setor produtivo, nas principais regiões produtoras de café do País; e
- Pesquisa dos estoques privados de café, na rede armazenadora que se dedica ao produto, em todo o País.

a) Levantamento da Safra Brasileira de Café

No período de 8 de novembro a 17 de dezembro de 2010, os técnicos da CONAB e de Instituições parceiras como: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo-SAA/CATI/IEA, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, Departamento de Economia Rural - DERAL, Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER/RO e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, visitaram municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de Janeiro que correspondem a 98,0% da produção nacional), para a realização de entrevistas e aplicação de questionários aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa de produção da safra de café de 2010 e a primeira estimativa de safra para 2011.

A safra de café beneficiado no País em 2009/10, fechou com uma produção de 48,09 milhões de sacas de 60 quilos. O resultado representa um acréscimo de 21,85% ou 8,62 milhões de

sacas, quando comparado com a produção de 39,47 milhões de sacas obtidas na safra 2009. Tal crescimento é justificado pelo ano de bialidade positiva, aliado às condições climáticas favoráveis durante o ciclo da cultura.

Quando comparada à safra anterior, observa-se uma redução de 0,78% ou de 16.284 hectares na área de café em produção, passando de 2.092,9 mil hectares para 2.076,6 mil hectares. Essa área que deixou de ser cultivada foi ocupada pelas lavouras de cana de açúcar, sobretudo nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em setembro, os baixos índices pluviométricos registrados no norte e nordeste de Minas, no oeste e centro-sul da Bahia e no Espírito Santo favoreceram a maturação e o final da colheita do café, cuja qualidade melhorou bastante em função da diminuição do percentual de grãos verdes na planta. Esse problema ocorreu em função das sucessivas floradas no ano passado e consequente maturação desigual dos frutos.

No entanto, a qualidade do produto permaneceu aquém do esperado, devido às condições meteorológicas ocorridas, durante toda a safra, nas principais regiões produtoras. O clima mais seco nos meses de agosto e setembro fez com que os grãos amadurecessem prematuramente, comprometendo o processo de granação. E, em alguns casos, o longo período de estiagem entre os meses de abril a outubro favoreceu o ataque de pragas, embora os índices de produtividade permanecessem próximos da média.

Quadro LXVI

UF/Região	Safra				Variação	
	2009		2010		(c/a)	(d/b)
	Área em produção (ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em produção (ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.000.731	19.880	1.006.719	25.155,0	0,6	26,53
Espírito Santo	479.798	10.205	460.193	10.147,0	-4,09	-0,57
São Paulo	182.020	3.423	167.147	4.662,0	-8,17	36,2
Paraná	85.180	1.467	81.874	2.284,0	-3,88	55,69
Bahia	126.170	1.874	139.550	2.292,7	10,6	22,34
Rondônia	154.335	1.547	154.879	2.369,0	0,35	53,14
Mato Grosso	15.272	141	15.186	203,1	-0,56	44,04
Pará	12.407	228	13.500	228,6	8,81	0,26
Rio de Janeiro	13.923	265	13.100	250,1	-5,91	-5,62
Outros	23.073	440	24.477	503,3	6,09	14,39
Total	2.092.909	39.470	2.076.625	48.094,8	-0,78	21,85

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e CONAB/Dipai/Suinf/Geasa

Para a safra 2011, a primeira estimativa de produção total de café (arábica e conilon) indica que o País deverá colher entre 41,89 e 44,73 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. O resultado dessa primeira pesquisa representa uma redução entre 12,9% e 7,0%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior. Essa redução se deve ao ano de baixa bialidade.

A maior redução se dará na produção do café arábica, com queda entre 15,9 e 9,9% (redução entre 5,87 e 3,65 milhões de sacas). Para a produção do robusta (conilon), a previsão aponta desde uma redução de 3,0% a um crescimento de 2,6%, ou seja, redução de 340,3 mil a um aumento de 291,5 mil sacas.

Quadro LXVII

UF/Região	Safras					Variação		
	2010		2011			(c/a)	(d/b)	(e/b)
	Área em Produção (em ha) (a)	Produção (mil sacas benef) (b)	Área em Produção (em ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas)				
			Lim. Inferior (d)	Lim. Superior (e)				
Minas Gerais	1.006.719	25.155,0	997.858	21.219,0	22.709,0	-0,88	-15,65	-9,72
Espírito Santo	460.193	10.147,0	455.777	10.216,1	10.847,9	-0,96	0,68	6,91
São Paulo	167.147	4.662,0	167.147	3.283,5	3.564,3	0	-29,57	-23,55
Paraná	81.874	2.284,0	76.000	1.630,0	1.800,0	-7,17	-28,63	-21,19
Bahia	139.550	2.292,7	139.725	2.495,8	2.655,6	0,13	8,86	15,83
Rondônia	154.879	2.369,0	154.879	1.856,9	1.971,8	-	-21,62	-16,77
Mato Grosso	15.186	203,1	15.186	203,1	203,1	-	-	-
Pará	13.500	228,6	13.500	228,6	228,6	-	-	-
Rio de Janeiro	13.100	250,1	13.100	250,1	250,1	-	-	-
Outros	24.477	503,3	24.477	503,3	503,3	-	-	-
Total	2.076.625	48.095	2.057.649	41.886,4	44.733,7	-0,91	-12,91	-6,99

Fonte: Convênio MAPA/SPA/E e CONAB/Dipai/Suinif/Geasa

A área total estimada é de 2.280,6 mil hectares, ou seja, 0,4% inferior à safra passada (2.289,2 hectares). A área em produção totaliza 2.057,6 mil hectares, inferior em 0,9% à safra 2010, enquanto que a área em formação, ou seja, aquela que ainda não entrou no processo produtivo, apresenta crescimento de 4,8% em comparação com a safra passada.

Quadro LXVIII

UF/Região	Parque Cafeeiro				Produção (Mil sacas beneficiadas)						Produtividade (Sacas/ha)	
	Em Formação		Em Produção		2011							
	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Arábica		Robusta		Total		Limite Inferior	Limite Superior
					Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior		
Minas Gerais	144.490	519.593	997.858	3.073.595	20.975,0	22.449,0	244,0	260,0	21.219,0	22.709,0	21,26	22,76
Espírito Santo	31.972	108.527	455.777	1.156.408	2.816,9	2.991,2	7.399,2	7.856,7	10.216,1	10.847,9	22,41	23,80
São Paulo	8.634	31.565	167.147	459.082	3.283,5	3.564,3	-	-	3.283,5	3.564,3	19,64	21,32
Paraná	13.500	67.000	76.000	273.000	1.630,0	1.800,0	-	-	1.630,0	1.800,0	21,45	23,68
Bahia	9.031	33.002	139.725	321.339	1.795,4	1.911,8	700,4	743,8	2.495,8	2.655,6	17,86	19,01
Rondônia	6.955	11.295	154.879	114.860	-	-	1.856,9	1.971,8	1.856,9	1.971,8	11,99	12,73
Mato Grosso	6.307	14.638	15.186	33.865	16,3	16,3	186,8	186,8	203,1	203,1	13,37	13,37
Pará	150	335	13.500	30.105	-	-	228,6	228,6	228,6	228,6	16,93	16,93
Rio de Janeiro	150	405	13.100	27.437	237,6	237,6	12,5	12,5	250,1	250,1	19,09	19,09
Outros	1.716	6.008	24.477	60.371	201,3	201,3	302,0	302,0	503,3	503,3	20,56	20,56
Total	222.905	792.368	2.057.649	5.550.062	30.956,0	33.171,5	10.930,4	11.562,2	41.886,4	44.733,7	20,36	21,74

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e CONAB/Dipai/Suinf/Geasa

b) Levantamento dos Custos de Produção

Objetivando a atualização dos custos de produção e coeficientes técnicos para elaboração da proposta de preços mínimos da PGPM e do PGPAF, foram realizadas visitas a produtores dos seguintes estados:

- Bahia - Ilhéus
- Goiás – Cristalina, Itapuranga e Orizona.
- Mato Grosso do Sul – Nioaque e Sidrolândia.
- Minas Gerais – Buritizeiro, Porteirinha e Rio Pardo de Minas.
- Paraíba – Cajazeiras.
- Paraná – Querência, Ivaiporã, Prudentópolis, São Mateus do Sul, Paranacity, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, São Miguel do Iguaçu e Assis Chateaubriand.
- Rio Grande do Sul – Ijuí, Restinga Seca e Santa Maria
- Santa Catarina – Itapiranga, Campos Novos, Canoinhas, Mafra, Pouso Redondo, Rio do Sul e Concórdia.
- Sergipe – Poço Redondo e Poço Verde.

c) Levantamento dos Estoques Privados de Café

A CONAB realizou, no período de 19 de julho a 20 de agosto de 2010, o 7.º Levantamento dos Estoques Privados de Café, objetivando quantificar o estoque de passagem ou a quantidade de café em estoque no dia 31/03/2010, data que antecede a entrada da nova safra 2010/11.

O levantamento efetuado é decorrente da Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 9 de maio de 2000) e de seu Decreto Regulamentador (Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001), que tem como um de seus objetivos: “suprir a demanda por informações a respeito dos estoques dos principais produtos agropecuários que, em conjunto com outras informações, venham subsidiar o planejamento estratégico e a adoção de políticas para regularizar o abastecimento interno dos referidos produtos, via monitoramento periódico de todos os elos da cadeia agrícola”.

Para a realização deste levantamento foram encaminhados 1.118 formulários a estabelecimentos cadastrados e/ou entidades representativas, que integram a cadeia produtiva do café. Deste total 70,3% foram devolvidos à CONAB, sendo que 67% estavam devidamente preenchidos e foram validados para a contagem dos volumes de estoque e 3,3% devolvidos pelo correio por motivos variados.

Em relação aos estoques apurados nos exercícios anteriores, verificou-se redução de 38,97%, 13,71%, 49,13% e 8,02% nos exercícios de 2009, 2008, 2007 e 2006, respectivamente.

Quadro LXIX

UF	Estoques Finais em 31/12 (mil sacas de 60 kg)									
	2006		2007		2008		2009		2010	
	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon
MG	6.812	45	12.719	38	7.022	70	10.382	42	6.080	23
ES	512	129	529	456	471	531	613	345	373	457
SP	997	101	2.396	69	1.179	34	1.678	57	828	91
PR	566	78	652	67	522	49	742	107	419	35
Outros	391	93	485	172	393	94	590	100	546	92
Total	9.278	446	16.781	802	9.587	778	14.005	651	8.245	699
	9.724		17.583		10.365		14.656		8.944	

Fonte: Dipai/Suinf

Quanto à distribuição espacial e por entidade, verifica-se forte concentração no Estado de Minas Gerais, com 68,24% do estoque apurado, sendo que as cooperativas instaladas naquele estado detinham 27,77% do estoque total.

Quadro LXX

em sacas de 60 kg

UF	Entidades					Total	Participação (%)
	Indústrias	Solúveis	Exportadores	Cooperativas	Outros		
AC	147					147	0,00
AM	4.856					4.856	0,05
BA	20.569		70.650	105.088	14.503	210.810	2,36
CE	26.706					26.706	0,30
DF	14.534					14.534	0,16
ES	60.333		245.928	162.094	361.350	829.705	9,28
GO	123.349				32.320	155.669	1,74
MG	267.915	305	1.445.838	2.484.212	1.905.342	6.103.612	68,24
MS	883				182	1.065	0,01
MT	3.857			82	2.592	6.531	0,07
PB	14.174					14.174	0,16
PE	9.108					9.108	0,10
PR	36.842	40.098		146.777	230.719	454.436	5,08
RJ	11.988				494	12.482	0,14
RN	27.237					27.237	0,30
RO	6.829			215	1.012	8.056	0,09
RS	109					109	0,00
SC	19.760				93	19.853	0,22
SE	126.607					126.607	1,42
SP	84.159	11.568	364.102	298.457	160.005	918.291	10,27
Total	859.962	51.971	2.126.518	3.196.925	2.708.612	8.943.988	100,00

Fonte: Dipai/Suinf/Geint

A despesa executada para o desenvolvimento da avaliação de safra e nos demais levantamentos, foi de R\$ 724.412,33, destacando-se os Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica e diárias, com participação de 71,92% e 18,07%, respectivamente, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro LXXI

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
AM	282,00	-	-	-	282,00
BA	4.737,00	1.465,06	-	-	6.202,06
CE	1.034,00	429,68	-	-	1.463,68
DF	48.068,50	6.126,63	27.252,22	520.844,00	602.291,35
ES	3.196,00	902,01	1.036,40	-	5.134,41
GO	10.810,00	1.805,04	-	-	12.615,04
MA	2.256,00	1.440,00	-	-	3.696,00
MG	34.404,00	7.876,86	15.369,27	85,75	57.735,88
PB	846,00	142,12	-	-	988,12
PE	2.538,00	485,61	-	-	3.023,61
PR	562,50	-	918,16	-	1.480,66
RO	1.034,00	469,19	-	17,00	1.520,19
SC	2.538,00	1.050,49	12,30	-	3.600,79
SP	17.578,00	3.276,03	1.704,15	36,36	22.594,54
TO	1.034,00	750,00	-	-	1.784,00
Total	130.918,00	26.218,72	46.292,50	520.983,11	724.412,33

Fonte: SIAFI

2.5.1.7 - Levantamento da Produção Paraibana de Cana-de-Açúcar.

Atendendo solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA, no exercício de 2009, a CONAB realizou três operações de Avaliação de Safra 2008/2009 de cana-de-açúcar no Estado da Paraíba, e sua destinação (açúcar, álcool e outros) Em cada levantamento foram visitadas 09 usinas de açúcar e destilarias de álcool em 09 municípios.

Adotou-se, como metodologia, a pesquisa de campo com aplicação de questionários diretamente aos detentores das informações sobre o sistema agroindustrial sucroalcooleiro e outros usos. Os questionários aplicados nas usinas, destilarias e demais entidades permitiram a tabulação dos dados referentes a esses setores, com a finalidade de possibilitar a mensuração dos resultados aqui apresentados.

Na Paraíba, registrou-se um ganho de área da ordem de 2,7 %, em relação a safra anterior, passando de 112.500 ha para 115.500 ha. A produção apresentou um crescimento de 3,46% e a produtividade de 0,74%.

Quadro LXXII

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	VAR. %	Safra 08/09	Safra 09/10	VAR. %	Safra 08/09	Safra 09/10	VAR. %
PB	112,5	115,5	2,7	54.373	54.777	0,74	6.117,0	6.328,9	3,46
BRASIL	7.057,8	7.531,0	6,7	80.965	81.293	0,41	571.434,3	612.211,2	7,14
Participação da Sureg	1,59%	1,53%	-	-	-	-	1,07%	1,03%	-

Fonte: CONAB/Digem/Suinfi/Geasa

Do total produzido no Estado, 1.854.400 toneladas de cana-de-açúcar foram destinadas à fabricação de açúcar e 4.474.500 toneladas à produção de álcool.

Quadro LXXIII

Regiões/UF	INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA			OBS.:
	TOTAL	AÇÚCAR	ÁLCOOL	
PB	6.328,9	1.854,4	4.474,5	Em mil t
BRASIL	612.211,2	276.007,1	336.204,1	Em mil t
Participação da Sureg	1,03%	0,67%	1,33%	

Fonte: CONAB/Digem/Suinfi/Geasa

Quadro LXXIV

REGIÃO/UF	AÇÚCAR (Em 1000t)				ÁLCOOL (Em 1000 litros)					
	Safr 08/09	Safr 09/10	Variação		Total Safr 08/09	Total Safr 09/10	Variação		Por tipo de álcool safra 2009/10	
			Absoluta	%			Absoluta	%	Anidro	Hidratado
PB	190,8	228,5	37,7	19,74	323.424,1	334.303,9	10.879,8	3,40	178.167,2	156.136,7
BRASIL	31.620,2	34.637,0	3.016,8	9,54	26.683.424,9	25.866.061,2	817.755,3	(3,10)	7.652.298,6	18.213.762,6
Participação da Sureg	0.60%	0.66%	-	-	1.21%	1.29%	-	-	2.33%	0.86%

Fonte: CONAB/Digem/Suinf/Geasa

2.5.1.8 - Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS.

O **Programa 1049-Acesso à Alimentação**, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SESAN do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação orçamentárias: **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a CONAB firmaram em 2003 parceria estabelecendo o repasse por parte do Ministério dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN nº. 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a CONAB e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas

remessas iguais no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas a espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a cerca de 228,5 mil famílias acampadas identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a CONAB poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da CONAB, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando cerca de 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e pela PGPM.

No área de atuação da Sureg-PB tradicionalmente são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as do Movimento dos Atingidos por Barragens, as indígenas, as de comunidades de terreiro, além de eventual atendimento especial, sendo incluídas, a partir do exercício de 2008, as famílias de pescadores artesanais (caranguejeiros e marisqueiros). A quantidade de cestas distribuídas representa, em média, 2,53% da quantidade total entregue por toda a CONAB no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LXXV

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	PB	Part. (%)	Brasil	PB	Part. (%)	Brasil	PB	Part. (%)
2003	254.911	5.476	2,15	715.435	9.998	1,40	16.607	217	1,31
2004	447.764	34.520	7,71	1.620.828	49.357	3,05	38.077	930	2,44
2005	505.375	7.749	1,53	1.950.914	40.884	2,10	47.956	928	1,94
2006	343.452	7.401	2,15	1.820.792	58.626	3,22	40.943	1.289	3,15
2007	402.726	8.148	2,02	2.097.153	37.155	1,77	49.590	894	1,80
2008	354.218	9.101	2,57	1.439.256	39.104	2,72	32.552	892	2,74
2009	338.446	8.451	2,50	1.427.275	48.710	3,41	32.636	1.082	3,32
2010	446.363	9.394	2,10	1.946.543	49.635	2,55	46.299	1.111	2,40

Fonte: Supab/Gepab

Da quantidade de gêneros alimentícios adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg-PB recebeu 638,5 toneladas acrescidas de outras 297,6 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXVI

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	74,8	-	-	74,8
Arroz beneficiado	375,8	-	-	375,8
Feijão	-	180,0	-	180,0
Farinha de mandioca	37,6	37,6	-	75,2
Flocos de milho	37,6	-	-	37,6
Leite em pó	-	80,0	-	80,0
Óleo de soja	75,1	-	-	75,1
Macarrão	37,6	-	-	37,6
Total	638,5	297,6	0,0	936,1

Fonte: Supab/Gepab

As distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo as famílias acampadas, as remanescentes dos quilombos, as do Movimentos dos Atingidos por Barragens e indígenas. Nos exercícios seguintes foram estendidas às comunidades de terreiro e às marisqueiras/caranguejeiras. No período, foram realizados também atendimentos especiais durante os exercícios de 2004, 2005, 2008 e 2010, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LXXVII

Ano	Beneficiários							Total	
	Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB ¹	Indígenas	Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pe s. Artesanais		
2003	N.º Famílias	1.756	505	-	-	675	2.540	-	5.476
	Quant. Cestas	5.268	1.515	-	-	675	2.540	-	9.998
	Quant. Produtos(t)	102	31	-	-	18	66	-	217
2004	N.º Famílias	1.756	354	-	28.797	2.700	913	-	34.520
	Quant. Cestas	10.819	614	-	28.797	5.475	3.652	-	49.357
	Quant. Produtos(t)	261	14	-	464	105	86	-	930
2005	N.º Famílias	2.579	770	100	1.250	1.050	2.000	-	7.749
	Quant. Cestas	17.202	3.080	400	1.250	7.800	11.152	-	40.884
	Quant. Produtos(t)	392	68	9	29	179	251	-	928
2006	N.º Famílias	3.481	770	100	-	1.050	2.000	-	7.401
	Quant. Cestas	27.310	6.160	800	-	8.356	16.000	-	58.626
	Quant. Produtos(t)	603	135	17	-	184	350	-	1.289
2007	N.º Famílias	3.631	817	100	-	1.600	2.000	-	8.148
	Quant. Cestas	17.555	3.850	500	-	5.250	10.000	-	37.155
	Quant. Produtos(t)	390	94	13	58	117	222	-	894
2008	N.º Famílias	3.481	770	100	1.500	1.050	2.000	200	9.101
	Quant. Cestas	17.405	3.850	500	1.500	5.249	10.000	600	39.104
	Quant. Produtos(t)	394	87	12	36	120	228	15	892
2009	N.º Famílias	3.668	770	400	-	1.050	2.135	428	8.451
	Quant. Cestas	18.863	4.620	2.500	-	7.350	12.809	2.568	48.710
	Quant. Produtos(t)	416	103	57	-	163	284	59	1.082
2010	N.º Famílias	4.000	896	400	200	1.050	2.148	700	9.394
	Quant. Cestas	21.826	4.102	2.800	600	7.350	10.701	2.256	49.635
	Quant. Produtos(t)	483	94	70	14	168	231	51	1.111

Fonte: Supab/Gepab

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$982.730,91. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$941.940,77, representando cerca de 95,85%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se recuo de 52,06% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXVIII

Sureg	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	20.416,26	33.940,60	1.922.709,47	-	12.149,96	58.182,93	2.430,00	2.049.829,22
2010	-	5.719,00	941.940,77	-	-	35.071,14	-	982.730,91

Fonte: Siafi

2.5.1.8 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
- **Coordenador Nacional da Ação:** Adriano Pereira de Paula.
- **Coordenador Regional da Ação:** Não se aplica.
- **Unidades Executoras:** Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda – MF.

Atualmente, para esse fim, a CONAB utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e sua origem e destino são de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à CONAB apenas a operacionalização, que envolve a elaboração de editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, após análise da documentação pela SUREG e comunicação de liberação, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

2.5.1.8.1 – Prêmio de Escoamento do Produto – PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do governo federal.

Quadro LXXIX
PEP – Milho / 2010

Origem	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
BA	-	-	-	PB	77.623	5.888.234,40
GO	-	-	-	PB	27.413	2.079.295,34
MG	-	-	-	PB	12.600	821.244,61
MT	-	-	-	PB	20.977	1.487.940,50
Total	-	-	-	-	138.613	10.276.714,85

Fonte: SUOPE/GECOM

Quadro LXXX
PEP – Sisal / 2010

Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
PB	7.900	1.294	491.720,00	-	-	-
Total	7.900	1.294	491.720,00	-	-	-

Fonte: SUOPE/GECOM

Análise de Desempenho:

a) PEP Milho – A Paraíba foi contemplada com o escoamento de 138.613 toneladas de milho em grãos oriundos dos Estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso e pagou R\$ 10.276.714,85 em valor de subvenção econômica.

No ano de 2010 a Paraíba apresentou perda da safra de milho causada pela seca com drástica redução da produção desse grão.

O abastecimento com o milho PEP foi de vital importância para o arraçoamento dos plantéis dos animais produtores de carne, leite e ovos, dando sustentabilidade a atividade criatória. Também supriu as indústrias de alimentação humana sediadas no Estado.

Esta ação foi responsável pela geração de emprego no campo e oferta de produtos alimentícios no mercado a preços equilibrados.

b) PEP Sisal - Em 2010, foram realizados leilões de PEP Sisal no total de 7900 toneladas com negociação concretizada de 1294 toneladas. A ação foi de fundamental importância para a garantia de preços remuneradores ao produtor rural, com estímulo à produção, geração de emprego e renda e manutenção das famílias no campo.

2.5.8.1.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor - PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

Até o fim do exercício, na área de abrangência da SUREG-PB, foram comprovados o escoamento de 9.327.167 t. de produtos, sendo 9.312.467 t. de algodão, 39 t. de feijão e 24.661 t. de milho, com o pagamento total de subvenção no valor de R\$ 7.413.138,67 no período.

Quadro LXXXI

PRODUTO	UF de Origem	UF de Destino	Quantidade Comprovada (t)	Valor Pago (R\$)
Algodão	BA	PB	8.452.557	5.886.658,08
	MT	PB	250.000	177.725,00
	MS	PB	599.910	402.599,60
Total			9.302.467	6.466.982,68
Feijão	PR	PB	39	4.485,00
Total			39	4.485,00
Milho	BA	PB	19.967	772.983,19
	DF/GO	PB	4.694	168.687,80
Total			24.661	941.670,99
TOTAL GERAL		-	9.327.167	7.413.139

Fonte: GEASA

d) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana-de-Açúcar.

Subvenção econômica concedida aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e beneficiada em terras e em unidades industriais da Região Nordeste, que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMATER.

A subvenção tem valor fixo de R\$5,00 por tonelada e está limitada a 10.000 toneladas por produtor, com período de vigência para produtos processados entre 1.º de agosto de 2009 a 31 de julho de 2010, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento Para Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar na Região Nordeste, na Safra 2009/2010, n.º 01/2010, elaborado em conformidade com o disposto nos artigos 131 e 132 da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010 e

Portaria Interministerial MAPA/MF n.º 591, de 12 de agosto de 2010.

Até o fim do exercício foram pagos R\$42.933.501,02 a 11.293 produtores e/ou cooperativas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXXII

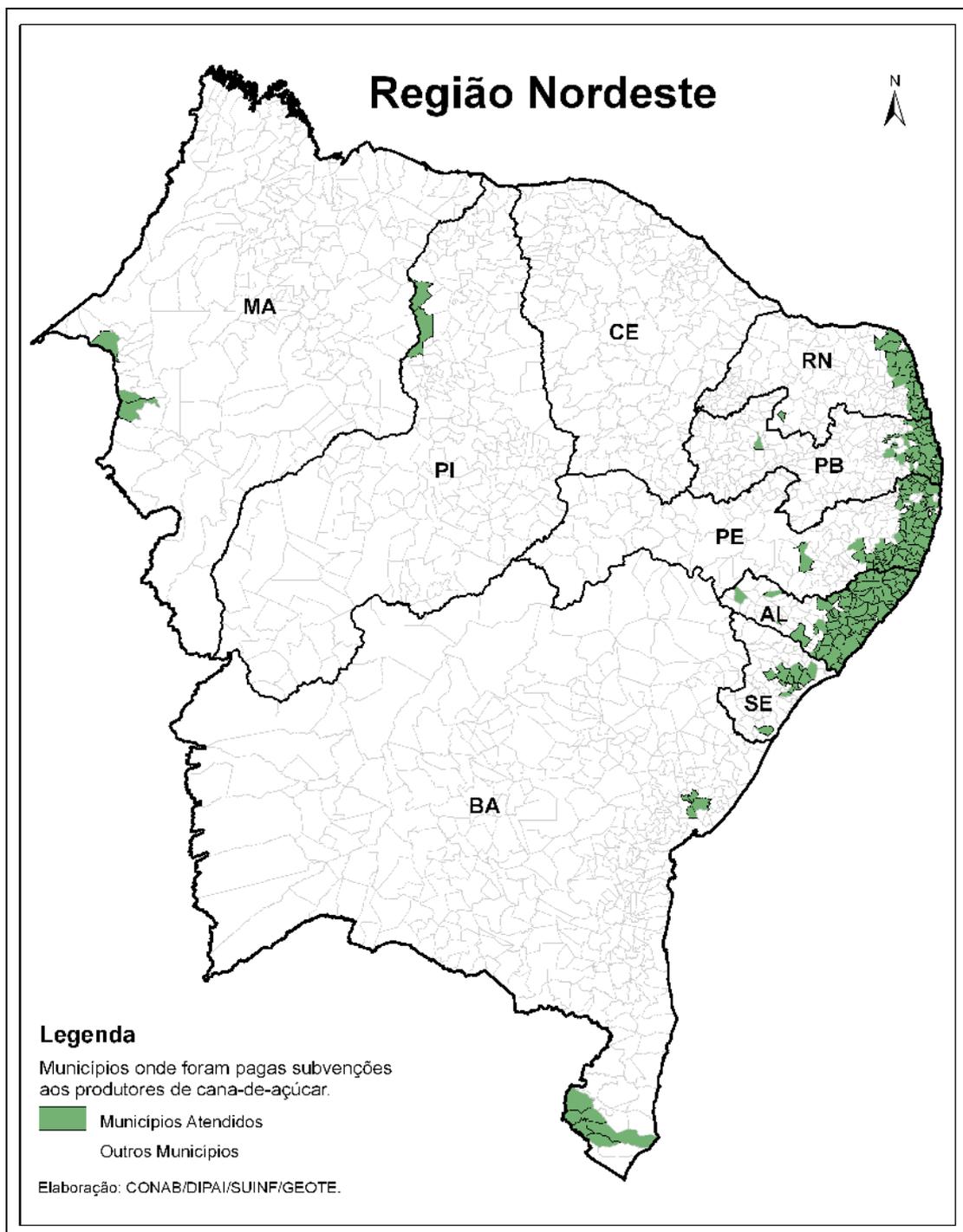
Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar

UF	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (Em R\$)
AL	4.270	4.162.025	20.810.123,27
BA	162	474.929	2.374.464,15
MA	14	35.141	175.706,55
PB	1.101	1.364.656	6.823.281,68
PE	5.434	2.090.050	10.450.247,73
PI	105	31.579	157.897,15
RN	178	336.283	1.681.414,14
SE	29	92.073	460.366,35
Total	11.293	8.586.737	42.933.501,02

Fonte: Sufin/Gefog

A Figura a seguir apresenta os municípios onde os produtores foram beneficiados com o pagamento do subsídio:

Figura II



2.6 - Desempenho Operacional

2.6.1 - Programação Orçamentária

Quadro LXXXIII

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135100	20.122.0350.2272.0001	-	-	1.046,00	-	-	-	
			20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	10.752.572,36	-	
			20.306.0352.2012.0001	-	-	958.034,07	-	-	-	
			20.331.0352.2011.0001	-	-	13.164,80	-	-	-	
			28.846.0901.0022.0001	624.660,44	-	337.423,06	-	-	-	
			20.122.0352.2272.0001	3.490.812,54	-	1.365.698,44	12.855,00	-	-	
			20.122.0352.2829.0001	-	-	6.500,00	44.635,38	-	-	
			20.125.0352.2137.0001	-	-	143.986,80	-	-	-	
			20.126.0352.4702.0001	-	-	7.153,27	-	-	-	
			20.128.0360.4572.0001	-	-	73.949,17	-	-	-	
			20.605.0360.4711.0001	-	-	12.244,16	-	-	-	
			20.692.0352.4710.0001	-	-	32.359,84	-	-	-	
			20.605.0352.8566.0001	-	-	154,00	-	-	-	
			20.605.0352.8579.0001	-	-	6.162,40	-	-	-	
			08.306.1049.2798.0001	-	-	3.005.338,87	-	-	-	
			20.301.0352.2004.0001	-	-	692.614,60	-	-	-	
			20.301.0352.20CW.0001	-	-	14.227,58	-	-	-	
			135289	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	-	2.268,83	-
		135300	08.605.1049.2802.0001	-	-	-	602,51	-	-	
		135288	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	-	274,64	-	
		135608	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	13.974,99	2.268,83	-	
		135602	08.306.1049.2798.0001	-	-	-	-20.605,50	-	-	
		135607	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	15.248,04	2.268,83	-	
		135300	08.605.1049.2802.0001	-	-	-	-36.722,68	-	-	
	135476	08.244.1049.2792.0001	-	-	-	1.283.239,12	-	-		
		08.605.1049.2802.0001	-	-	-	546.639,26	-	-		
		21.122.0351.2B83.0001	-	-	-	42.901,89	-	-		
		21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	-	21.000,00		
		08.306.1049.2798.0001	-	-	-	5.787.913,33	-	-		
		06.182.1029.4564.0103	-	-	-	12.162,00	-	-		
		08.244.1049.2792.0001	-	-	-	-165.609,00	-	-		
		08.605.1049.2802.0001	-	-	-	-14.300,26	-	-		
		21.122.0351.2B83.0001	-	-	-	-30.671,86	-	-		
		21.122.0351.2B83.0001	-	-	-	-	-	-		
	Concedidos	135476	135100	20.122.0350.2272.0001	-	-	57,88	-	-	-
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	782.553,31	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	8.244,93	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	1.621,80	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	5.621,45	-	-	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	111.548,10	-	78.905,57	-	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	0,86	31.780,38	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	22.570,33	-	-	-
20.126.0352.4702.0001				-	-	82,05	-	-	-	
20.128.0360.4572.0001				-	-	10.873,50	-	-	-	
20.605.0360.4711.0001				-	-	848,47	-	-	-	
20.692.0352.4710.0001				-	-	2.154,92	-	-	-	
08.244.1049.2792.0001				-	-	508,21	-	-	-	
08.605.1049.2802.0001				-	-	78.298,35	-	-	-	
20.605.0352.8566.0001				-	-	10,00	-	-	-	
20.605.0352.8579.0001				-	-	690,16	-	-	-	
08.306.1049.2798.0001				-	-	5.417,89	-	-	-	
20.301.0352.2004.0001				-	-	5.019,21	-	-	-	
20.301.0352.20CW.0001			-	-	608,54	-	-	-		
135347			08.605.1049.2802.0001	-	-	-	14.200,00	-	-	
Movimentação Externa			Recebidos	-	-	-	-	-	-	-
			Concedidos	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CONAB/SUPOR

As movimentações internas são realizadas segundo a necessidade de cada Unidade Gestora para o desempenho das atividades programadas.

2.6.2 - Execução Orçamentária

2.6.2.1 - Despesas Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ.

Não se aplica.

2.6.2.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ.

Não se aplica.

2.6.2.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ.

Não se aplica.

2.6.2.4 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos pela UJ.

Quadro LXXXIV

Modalidade de Contratação	Em R\$			
	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	129.044,99	39.993,92	129.044,99	39.993,92
Tomada de Preços	168.040,10	0,00	168.040,10	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	5.325.245,63	12.077.574,79	5.325.245,63	12.077.574,79
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	994.570,36	9.149.662,00	994.570,36	9.149.662,00
Inexigibilidade	584.317,28	1.346.002,27	584.317,28	1.346.002,27
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	11.344,68	9.959,46	11.344,68	9.959,46
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	610.379,43	518.681,62	610.379,43	518.681,62
Diárias	375.592,92	421.944,50	375.592,92	421.944,50
Outros				
Não se Aplica	1.225.969,51	547.818,87	1.225.969,51	547.818,87

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação destacaram-se em 2010 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

- Pregão – no valor total de R\$12.077.574,79, destacando-se os custos relacionados à remoção e manutenção dos estoques públicos, no valor de R\$ 9.319.141,22, as despesas relativas a concessão

do Auxílio Alimentação, no valor de R\$ 1.012.829,74, e também, à aquisição e despesas correlatas de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias ou grupos populacionais, no valor de R\$975.661,91, cujos recursos são descentralizados pelo MDS.

- Dispensa de Licitação - no valor total de R\$ 9.149.662,00, sobressaindo-se os custos de aquisição e despesas correlatas de produtos agropecuários, para distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, com recursos repassados pelo MDS, no valor de R\$ 8.523.541,50.

- Inexigibilidade – com valor total de R\$1.346.002,27, onde se destacaram as despesas relativas a assistência médica e odontológica aos empregados e dependentes, no valor total de R\$642.738,19, e as despesas com manutenção dos estoques públicos, no valor de R\$ 626.627,02.

2.6.2.5-Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.

Quadro LXXXV

Discriminação	PB			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	5.016.410,35	6.755.189,94	8.664.083,25	3.379.264,35
Outros benefícios assistenciais	3.350,00	4.998.124,77	50.250,00	586.721,02
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.714.210,75	1.731.723,55	6.355.414,14	0,00
Obrigação patronais	1.284.465,89	25.341,62	511.408,64	594.945,68
Outras despesas variáveis	14.383,71	0,00	29.191,16	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	0,00	4.527,65	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigação patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	1.713.291,66	2.197.597,65
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	834.369,71	1.041.759,99	1.060.599,83	1.318.181,67
Outros benefícios assistenciais	0,00	132.485,00	0,00	0,00
Diárias	62.920,00	116.758,20	93.299,00	230.165,50
Material de consumo	104.261,40	57.708,70	110.565,13	156.145,83
Passagens e Despesas com locomoção	47.458,63	0,00	70.018,64	23.316,73
Serviços de Consultoria	0,00	8.115,43	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	27.276,90	300.641,19	45.753,38	16.838,42
Locação de mão-de-obra	239.039,11	322.423,19	300.339,32	378.157,32
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	328.334,70	103.628,28	384.427,31	465.076,77
Obrigações tributárias e contributivas	25.078,97	0,00	46.275,37	42.400,02
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	0,00	0,00	9.921,68	935,53
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	5.145,55
Investimentos	41.102,79	13.657.474,88	156.520,41	12.855,00
Obras e instalações	0,00	147.095,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente	41.102,79	13.510.379,88	156.520,41	12.855,00
Total	5.891.882,85	21.454.424,81	9.881.203,49	4.710.301,02

Fonte: Siafi

2.6.2.6-Execução Orçamentária por Programa de Governo.

Não se aplica.

2.6.2.7-Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.

Quadro LXXXVI

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011
20	126	0352	20CW	A	4	servidor beneficiado	40	30	185
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	670	698	670
20	365	0352	2010	A	4	criança atendida	30	66	60
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	200	190	170
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	175	191	180
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton)	0	0	0
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	220	263	200
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	2	4	2
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	25	0	20
20	125	0352	4706	A	4	estoque vistoriado	0	0	-
20	692	0352	4710	A	4	unidade organizada	245	53	198
20	605	0352	8566	A	4	mercado modernizado	1	1	1
20	605	0360	8579	A	4	informação disponibilizada	0	0	-
20	605	0360	10HG	P	4	estudo realizado	0	0	0
20	605	0901	12BZ	P	4	% obra executada	0	0	-
20	273	0352	0110	OP	4	-	-	-	-
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	154	115	116
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	8	8	8
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-

2.6.2.8 - Evolução de Gastos Gerais.

Quadro LXXXVII

Descrição	Ano			
	2007	2008	2009	2010
1.PASSAGENS	R\$ 44.689,05	R\$ 65.072,42	R\$ 70.440,12	R\$ 60.855,64
2.DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 72.105,00	R\$ 245.860,60	R\$ 375.592,62	R\$ 421.944,50
3.SERVIÇOS TERCEIRIZADOS				
3.1 Publicidade	R\$ 3.550,25	R\$ 6.790,50	R\$ 3.887,36	R\$ 0,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 270.962,26	R\$ 310.641,09	R\$ 311.970,77	R\$ 318.016,50
3.3 Tecnologia de informação				
3.4 Outras Terceirizações	R\$ 3.970.325,97	R\$ 6.713.212,63	R\$ 3.887.943,35	R\$ 0,00
3.5 Suprimentos de fundos	R\$ 34.659,37	R\$ 18.729,69	R\$ 11.344,68	R\$ 11.382,30
TOTAIS	R\$ 4.396.291,90	R\$ 7.360.306,93	R\$ 4.661.178,90	R\$ 812.198,94

2.6.2.9 - Indicadores de Desempenho ou Institucionais.

Ao longo de sua história, a CONAB criou e tentou monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por indefinição de sua missão institucional, por falta de envolvimento da alta direção, falta de planejamento de médio e longo prazo e na dificuldades na obtenção de dados e informações consistentes.

Mais recentemente, foi instituído o Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho, resultando em um conjunto de indicadores centrados principalmente nos processos de trabalho e na estrutura organizacional, objetivando o monitoramento e a avaliação das diversas atividades executadas. Esses não chegaram a serem implementados em função da descontinuidade administrativa vigente na Companhia e da mudança nas diretrizes políticas.

Com a implantação do Planejamento Estratégico, como um Projeto incluído no Programa de Revitalização da CONAB, a Companhia foi dotada de um conjunto de indicadores considerados suficientes para a medição e avaliação do desempenho da gestão, contava, então, com o patrocínio da alta direção da CONAB e foi amplamente disseminado em toda a sua estrutura orgânica. Durante o exercício de 2007 o Planejamento Estratégico entrou em fase de avaliação pela nova administração e até o fim do exercício em análise não houve nenhuma decisão quanto à continuidade desse Projeto, não tendo sido, portanto, apurados os indicadores.

Objetivando o cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-Geare, foi resgatado todo o material elaborado no citado Projeto e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais, foi iniciado novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as dimensões: efetividade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2008, a CONAB, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLANMAPA, deu início à criação de novos indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no PPA-2008/2011, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento de benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA, os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional e equipes responsáveis pela execução.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações ainda estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período observou-se que alguns necessitam de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, à facilidade de cálculo e à facilidade de obtenção das informações.

Nesta fase de criação e análise, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da GEARE, e, após a validação junto aos CANs, passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação.

a) Indicadores no âmbito do PPA

Os indicadores de eficácia são utilizados na aferição do andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a

necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamento de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado, bem como as justificativas, são inseridas no SIPLAM/MAPA.

Para nivelamento do desempenho apurado foram realizadas diversas reuniões de avaliação, envolvendo o Secretário Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar, os respectivos CAN's e analistas da CGPLAN/MAPA, apresentando os resultados e buscando soluções pra entaves que dificultavam o bom desenvolvimento das ações.

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Até 2008, a metodologia adotada na CONAB para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado, incluindo mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuados pela Companhia. Em consequência da variação na metodologia de estimativa da meta física houve forte variação nos resultados apurados por este indicador entre os anos de 2007 a 2010, conforme demonstrado a seguir:

Quadro LXXXVIII

Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]			
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos			
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			73,94
2008			70,77
2009			110,50
2010	Meta:	100,00	Realizado
			104,18
Análise: Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado e mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, com base na execução na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimento efetuados pela Companhia. Em consequência, a variação na metodologia de estimativa da meta física provocou forte variação no resultado apurado neste indicador. Em 2010, a execução física superou a meta esperada em 4,18% devido principalmente ao crescimento do número de empregados e ao aumento da faixa etária.			

Quadro LXXXIX

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			99,81
2008			99,68
2009			99,79
2010	Meta:	100,00	Realizado
Análise: O indicador manteve-se dentro do esperado.			

O Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, motivo pelo qual pode haver variações, a maior ou a menor, neste indicador.

Quadro XC

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período			
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			643,83
2008			875,55
2009			845,88
2010	Meta:	845,88	Realizado
Análise: O valor <i>per capita</i> apurado superou a meta em 16,46% em decorrência do aumento dos preços praticados pelos agentes credenciados, pelo aumento da faixa etária dos empregados que demandam maior número de atendimentos médicos.			

Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Destaca-se o valor apurado no indicador Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação em função do aumento do número de empregados pelo retorno de anistiados, os demais indicadores apresentaram os resultados esperados.

Quadro XCI

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				102,13
2008				114,75
2009				121,33
2010	Meta:	100,00	Realizado	109,14
Análise: O percentual obtido justifica-se pelo retorno de anistiados aos quadros da empresa.				

Quadro XCII

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,78
2008				99,47
2009				99,97
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,79
Análise: O indicador manteve-se dentro do esperado.				

Quadro XCIII

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007		4.479,78	
2008		4.902,37	
2009		4.685,40	
2010	Meta:	4.685,40	Realizado:
Análise: O aumento se deve a transferência de empregados e retorno de anistiados.			

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Destacam-se os valores apurados nos indicadores Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte, com variação a maior de 35,48% em função do aumento continuado do número de empregados e no Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte, com redução de 2,21%, justificada, principalmente, pelo não recebimento do benefício empregados em férias e licenciados.

Quadro XCIV

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]			
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007		100,00	
2008		122,12	
2009		165,45	
2010	Meta:	100	Realizado
Análise: O indicador manteve-se dentro do esperado.			

Quadro XCV

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				88,71
2008				96,90
2009				99,14
2010	Meta:	100	Realizado	99,80
Análise: O indicador manteve-se dentro do esperado.				

Quadro XCVI

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				943,77
2008				1.158,57
2009				1.133,01
2010	Meta:	1.133,01	Realizado	1.318,46
Análise: O aumento deve-se ao aumento do ressarcimento para empregados que residem em locais não atendidos por linha regular de transporte coletivo, em atendimento ao Acordo Coletivo de Trabalho do biênio 2009/2011.				

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Destaca-se a baixa execução no Atendimento da Demanda de Capacitação (52,77%) em função da dificuldade encontrada na contratação de entidades para a realização dos treinamentos nos moldes solicitados pelas áreas orgânicas e empregados desta Regional.

Quadro XCVII

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação			
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA			
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto			
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			135,71
2008			372,88
2009			52,77
2010	Meta:	100,00	Realizado
			74,68
Análise: A realização abaixo do previsto deve-se ao fato de que a baixa atratividade da Paraíba para oferta de cursos de qualificação e da limitação orçamentária para viagens a outros estados.			

Quadro XCVIII

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação			
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto			
Fonte: X = Siafe e Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			97,28
2008			97,42
2009			99,06
2010	Meta:	100,00	Realizado
			97,04
Análise: O indicador apresentou o comportamento dentro do exercício.			

Quadro XCIX

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				358,39
2008				283,40
2009				262,71
2010	Meta:	262,71	Realizado	548,48
<p>Análise: Os custos de um curso de capacitação são obtidos no mercado, de acordo com vários fatores inerentes à própria atividade. Sua elevação/diminuição se dá a partir de seu acompanhamento. Análise: O custo de treinamento per capita apresentou crescimento de 108,78% em relação ao exercício anterior em decorrência do aumento com diárias e com passagens e despesas com locomoção, devido à realização de maior número de treinamentos na Matriz</p>				

Quadro XCX

Nome: Percentual de Execução Financeira dos Exames Periódicos				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,77
<p>Análise: O percentual alcançado foi de 99,77% da meta de 100%. O indicador manteve-se dentro do esperado.</p>				

Quadro XCI

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			96,26
2008			95,97
2009			-
2010	Meta:	100,00	Realizado 70,71

Quadro XCII

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais			
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Superintendente da Sumaj			
Resultados:			
2007			97,47
2008			94,38
2009			99,92
2010	Meta:	100,00	Realizado 99,84
Análise: O indicador manteve o comportamento dentro do esperado no exercício.			

Quadro XCIII

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas			
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas			
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			-
2008			8.100,00
2009			325,00
2010	Meta:	100,00	Realizado: align="right"> 119,55
Análise: A execução física superou a meta em 19,55% em decorrência da realização da realização de duas fiscalizações especiais sobre os estoques públicos.			

Quadro XCIV

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			97,33
2008			82,10
2009			99,81
2010	Meta:	100,00	Realizado: align="right"> 93,40

Quadro XCV

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,29
Análise: O valor apurado decorre do registro de perdas de milho e feijão dos estoques públicos, ocorrida em armazéns próprios				

Quadro XCVI

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise: O indicador apresentou comportamento esperado durante o exercício.				

Quadro XCVII

Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados			
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil			
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: 0,00%			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			0,00
2008			0,00
2009			0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado: 0,00
Análise: O indicador apresentou comportamento esperado durante o exercício.			

Quadro XCVIII

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão			
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil			
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: 0,00%			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			0,00
2008			0,00
2009			0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado: 0,00
Análise: O indicador apresentou comportamento esperado durante o exercício.			

Quadro XCIX

Nome: Custo por Fiscalização realizada			
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada			
Meta: Menor que o do exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas			
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007		-	
2008		131,77	
2009		13.359,45	
2010	Meta:	13359,45	Realizado: 461,66
Análise: O valor apurado de R\$461,66 por fiscalização realizada, com redução de 2.793,79% sobre o valor contabilizado em 2009, reflete o menor envolvimento de empregados na execução das atividades de fiscalização em outros regionais			

Quadro C

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100			
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
Resultados:			
2007		9,70	
2008		23,90	
2009		74,24	
2010	Meta:	100,00	Resultado: 72,14
Análise:			

Quadro CI

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				91,49
2009				99,79
2010	Meta:	100,00	Realizado	54,72
Análise: Não havia meta prevista para a realização da ação nesta regional.				

Quadro CII

Nome: Percentual de Unidades Varejistas Organizadas				
Descrição: Percentual de micro e pequenos varejistas organizados, para formação de centrais de negócios, em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = número de unidades varejistas organizadas e Y = número de unidades varejistas previstas				
Fonte: X Supab/Gevap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gevap				
Resultados:				
2007				125,00
2008				11,61
2009				48,40
2010	Meta:	100,00	Realizado	21,63

Quadro CIII

Nome: Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas				
Descrição: Percentual de gastos com ações de organização dos micro e pequenos varejistas na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gevap				
Resultados:				
2007				88,68
2008				40,90
2009				70,94
2010	Meta:	100,00	Realizado	60,41

Quadro CIV

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				200,00
2008				-
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	200,00
Análise: A meta de 200% alcançada deve-se à reabertura das Unidades Armazenadoras de Monteiro e Patos-PB.				

Quadro CV

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)* 100				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				95,97
2008				-
2009				96,85
2010	Meta:	100,00	Realizado	92,76
Análise: O indicador manteve-se dentro do esperado.				

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não houve ocorrências no período.

4. Pagamento de Restos a Pagar.

Quadro CVI

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	1.510.271,20	0,00	1.510.271,20	0,00
2009	88.204,33	0,00	88.204,33	0,00
2010	11.017,65	0,00	10.681,65	336,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	161.586,00	-22.942,35	138.643,65	0,00
2010	51.095,39	0,00	7.490,66	43.604,73
Observações:				

Fonte: CONAB/GEFIN

Os valores inscritos nos Restos a Pagar não processados e Restos a Pagar Processados no ano de 2010 o foram devido a não conclusão de procedimentos administrativos ou legais ligados a entrega efetiva de material ou serviços até o término do exercício financeiro.

Os valores dos restos a pagar não processados cancelados em 2010 decorrem da não entrega dos produtos ou não efetivação dos serviços pelas empresas contratadas ou descumprimento de cláusulas contratuais ou ainda economia durante execução contratual.

5 – Composição dos Recursos Humanos.

O quadro de Recursos Humanos da CONAB é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da CONAB para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, a quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a CONAB não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a Sureg-PB contava com 192 empregados, sendo 112 em efetivo exercício na Regional e os demais cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro CVII – Composição do Quadro de Recursos Humanos
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	192	4	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	112	4	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	112	4	-
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	80	0	0
1.4.1 Cedidos	-	78	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	2	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	192	4	0

Fonte: Sumoc/Gecav

Do quadro de empregados 148 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 77,08% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro CVIII - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2010**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg-PB		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	43	44	1
Reintegrado (Transitado)	12	12	-
Reintegrado Liminar	3	3	-
Anistiado (Transitado)	-	-	-
Anistiado (Liminar)	1	1	-
Anistiado (Lei 8878/94)	130	132	2
Total	189	192	3

Fonte: Dirad/Sureh

A faixa etária entre 51 a 60 anos apresenta concentração de 50,52% do número de empregados, seguida pela faixa entre 41 a 50 anos com 33,85%, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro CIX – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	1	4	65	97	25	192
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	1	4	42	52	15	114
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	23	45	10	78
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	0
3. Total	1	4	65	97	25	192

Fonte:Dipai/Sutin

Do quadro de empregados apenas 25,52% possuem curso superior com especialização/mestrado/doutorado ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro CX – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade
Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	0	2	41	25	71	31	5	2	0	0	177
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	-	-	21	14	36	21	4	2	-	-	98
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	2	20	11	35	10	1	-	-	-	79
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	1	3	7	3	0	1	0	15
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	1	3	7	3	-	1	-	15
3. Total	0	2	41	26	74	38	8	2	1	0	192

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Além dos empregados a Regional contava com 6 estagiários de nível médio, com custo anual de R\$ 41.723,50 (salário + auxílio transporte).

**Quadro CXI – Composição do Quadro de Estagiários
Situação Apurada em 31/12/2010**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	0	0	0	0	7	6	41.723,50
Área Fim	-	-	-	-			
Área Meio	-	-	-	-			
Nível Médio	6	6	6	6			
Área Fim	6	6	6	6			
Área Meio	-	-	-	-			
Total	6	6	6	6	7	6	41.723,50

Fonte: Sureh/Gepes

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela CONAB em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

Quadro CXII – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas (Em R\$)	Despesas Variáveis (R\$)						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	8.242.627,28	0,00	640.196,88	0,00	0,00	0,00	0,00	8.882.824,16
2009	10.057.783,88	0,00	681.912,70	0,00	0,00	0,00	0,00	10.739.696,58
2010	9.375.366,92	0,00	881.670,66	0,00	0,00	0,00	0,00	10.257.037,58
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	2.648.697,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.648.697,70
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sutin

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2010.

Quadro CXIII – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional da Paraíba														
UG/Gestão: 135476							CNPJ: 26.461.699/0388-20							
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
						F		M		S				
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2009	L	O	21221.000710	01/06/10	31/05/11	1	1	-	-	-	-	A	1	1
2008	V	O	21.000269	08/10/10	07/10/11	18	18	-	-	-	-	A	18	18
Observação: -														
Legenda:														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada														

Fonte: SEADE-PB

Quadro CXIV – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional da Paraíba														
UG/Gestão: 135476					CNPJ: 26.461.699/0388-20									
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
						F		M		S				
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2008	-	O	21221.000167	2010	2011	-	-	-	-	-	-	A	-	-
2009	-	O	21221.000497	2010	2011	-	-	-	-	-	-	A	-	-

Observação: O contrato n°. 21221.000497/2009 trata-se da empresa prestadora de serviços de braçagem, o contrato n°. 21221.000167/2008 trata-se do contrato de prestação de serviços advocatícios, ambos, sem um número de trabalhadores e a

Legenda:

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: SEADE-PB

Quadro CXV – Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra.

Identificação do Contrato	Área	Quantidade	Unidade Administrativa
21221.000497	10	-	UA João Pessoa
21221.000497	10	-	UA Campina Grande
21221.000497	10	-	UA Patos
21221.000497	10	-	UA Monteiro

Legenda:

Área:

- 1 – Apoio Administrativo Técnico e Operacional
- 2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- 3 – Serviços de Copa e Cozinha;
- 4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis
- 5 – Serviços de Brigada e Incêndio
- 6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
- 7 – Higiene e Limpeza
- 8 – Vigilância Ostensiva
- 9 – Vigilância Ostensiva
- 10 – Outras

Fonte: SEADE-PB

5.1. Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos Humanos.

O processo de criação da CONAB, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a CONAB contava com 2.500 empregados, administrando

um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a CONAB foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram

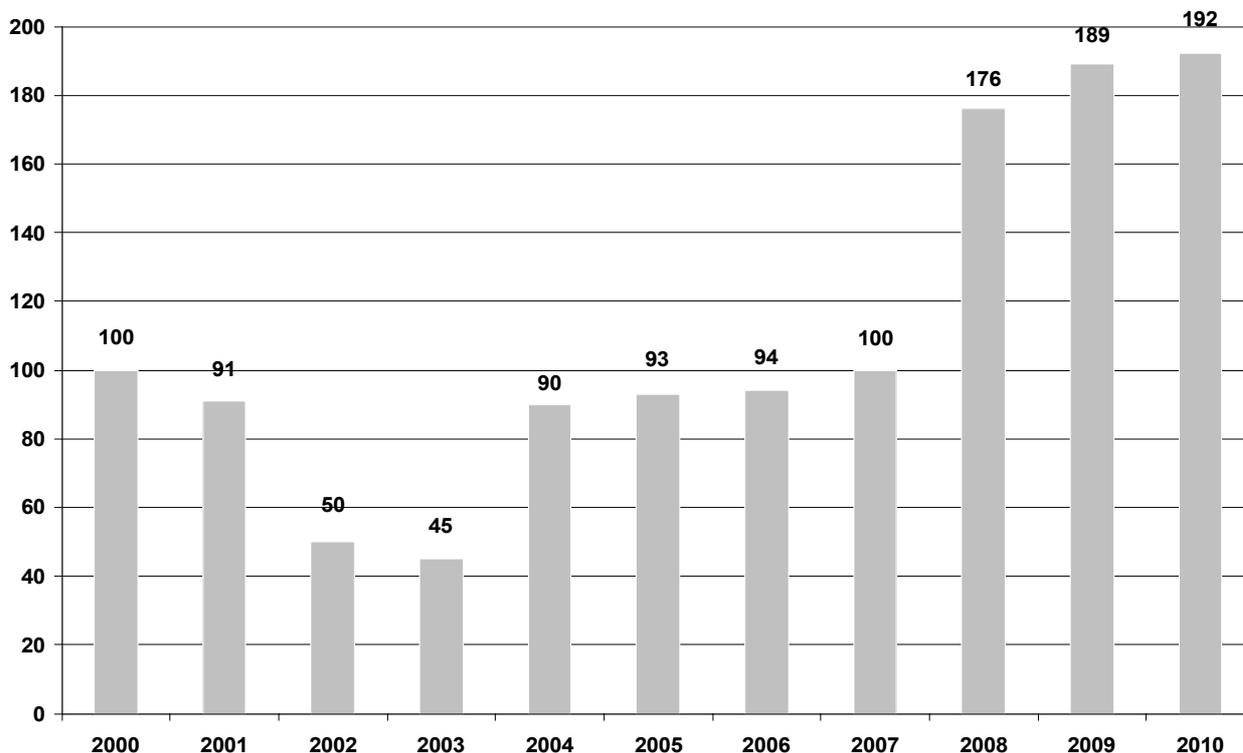
à Companhia em decorrência dos eventos citados.

Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a CONAB está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da CONAB, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da CONAB, a Sureg-PB apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica forte redução até o exercício de 2003 e em seguida o crescimento do número de empregados, atingindo em 2010, uma taxa de 322,2% sobre o daquele ano.

Quadro CXVI - Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sureh/Gepes

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados,

atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Na Sureg-PB existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 63,5% do número de empregados tem idade superior a 51 anos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro CXVII – Faixa Etária X Tempo de Trabalho

		Tempo de Serviço									Total
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
Faixa Etária	20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	26 a 30	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	31 a 35	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	36 a 40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	41 a 45	2	3	-	-	3	-	-	-	-	8
	46 a 50	31	10	-	-	3	13	-	-	-	57
	51 a 55	25	16	-	-	1	5	7	-	-	54
	56 a 60	20	10	-	-	0	6	7	-	-	43
	61 a 65	10	2	-	-	1	1	3	-	-	17
	66 a 70	3	4	-	-	-	-	-	-	-	7
	Mais de 70	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Total	96	45	0	0	9	25	17	0	0	192	

Fonte: Sureh

Considerando o limite imposto pelo DEST, a CONAB identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na CONAB não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

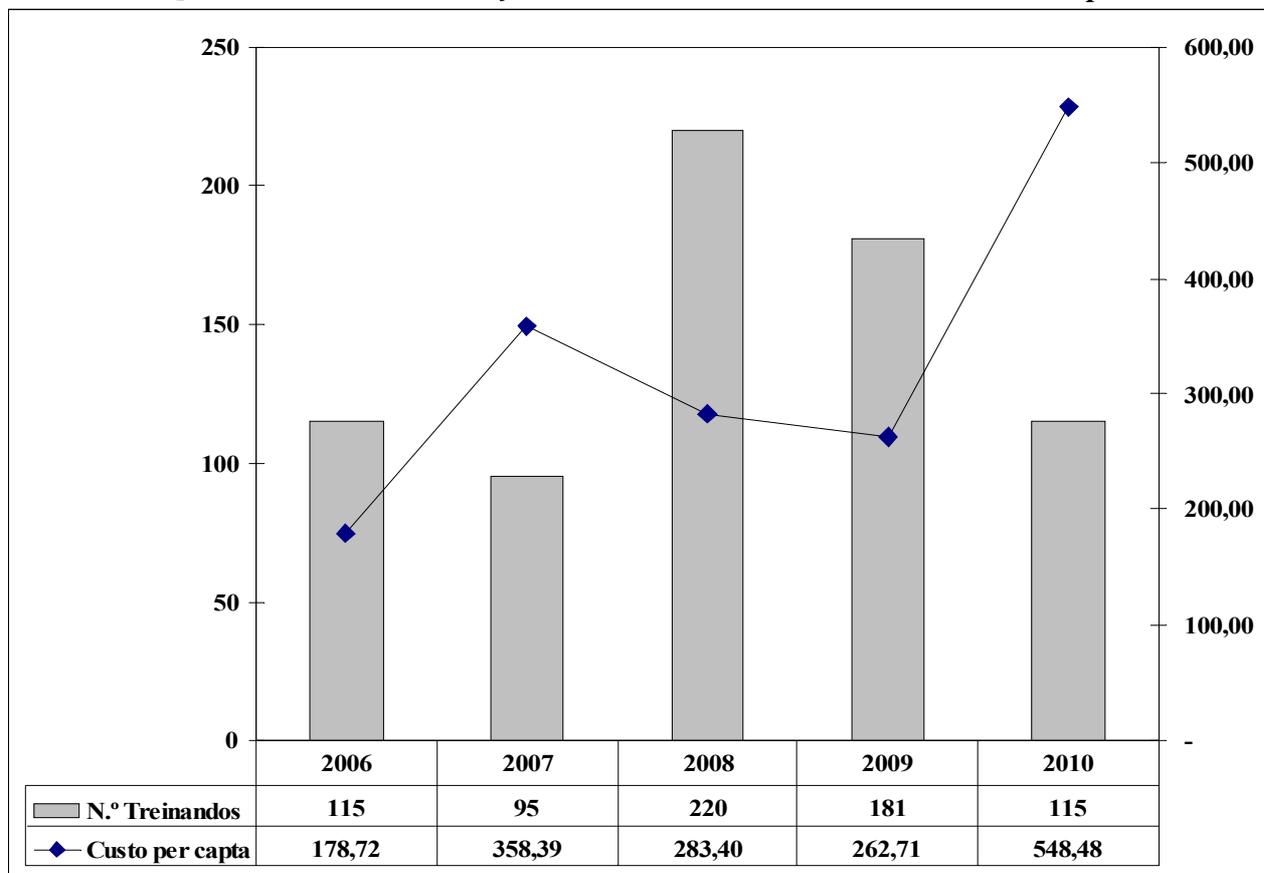
Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da CONAB (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 54 empregados (28,1% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas etc) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

Nos exercícios anteriores houve maior demanda por cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal e na motivação para o trabalho, com participação de maior número de empregados e realização por instituições locais, facilitando a realização dos eventos e redução dos custos. Em 2010, verificou-se redução de 36,5% no número de treinandos e aumento de 108,8% no custo *per capita*, devido à participação de empregados em eventos realizados na Matriz, em Brasília, e nos estados do Piauí, de Rondônia, do Ceará, de Goiás, de Pernambuco e de Minas Gerais, com consequente aumento das despesas com diárias e passagens.

Quadro CXVIII – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo *Per Capta*

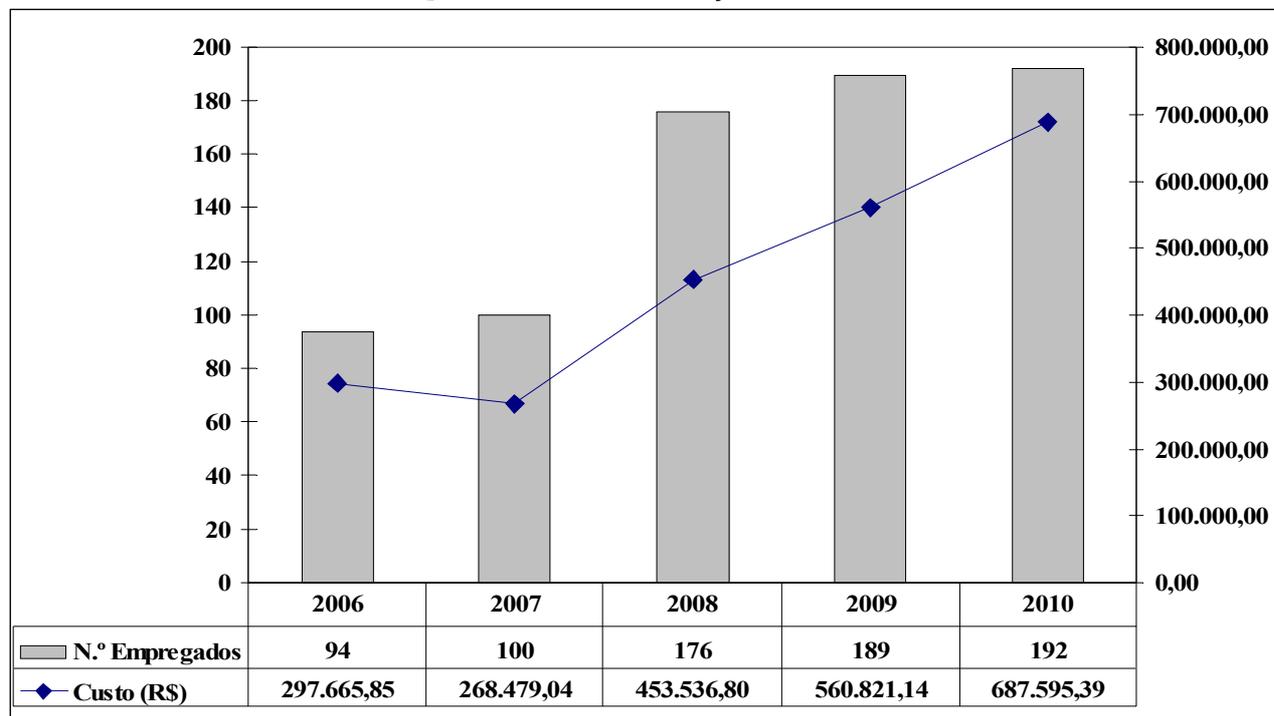


Fonte: Sumoc/Gecap e Siafi

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de auto gestão, não implicando em pagamentos mensais mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Apesar dos esforços realizados foi registrada a ocorrência de 1 acidente de trabalho em 2010.

Apesar do pequeno incremento de 1,6% no número de empregados foi registrado crescimento de 22,6% nas despesas com assistência médica e odontológica, devido principalmente ao aumento da faixa etária dos empregados, com maior procura pelos serviços oferecidos pela rede credenciada e, também, pela utilização de procedimentos mais onerosos, e mantendo a tendência de aumento registrada desde o exercício de 2007.

Quadro CXIX – Serviços de Saúde

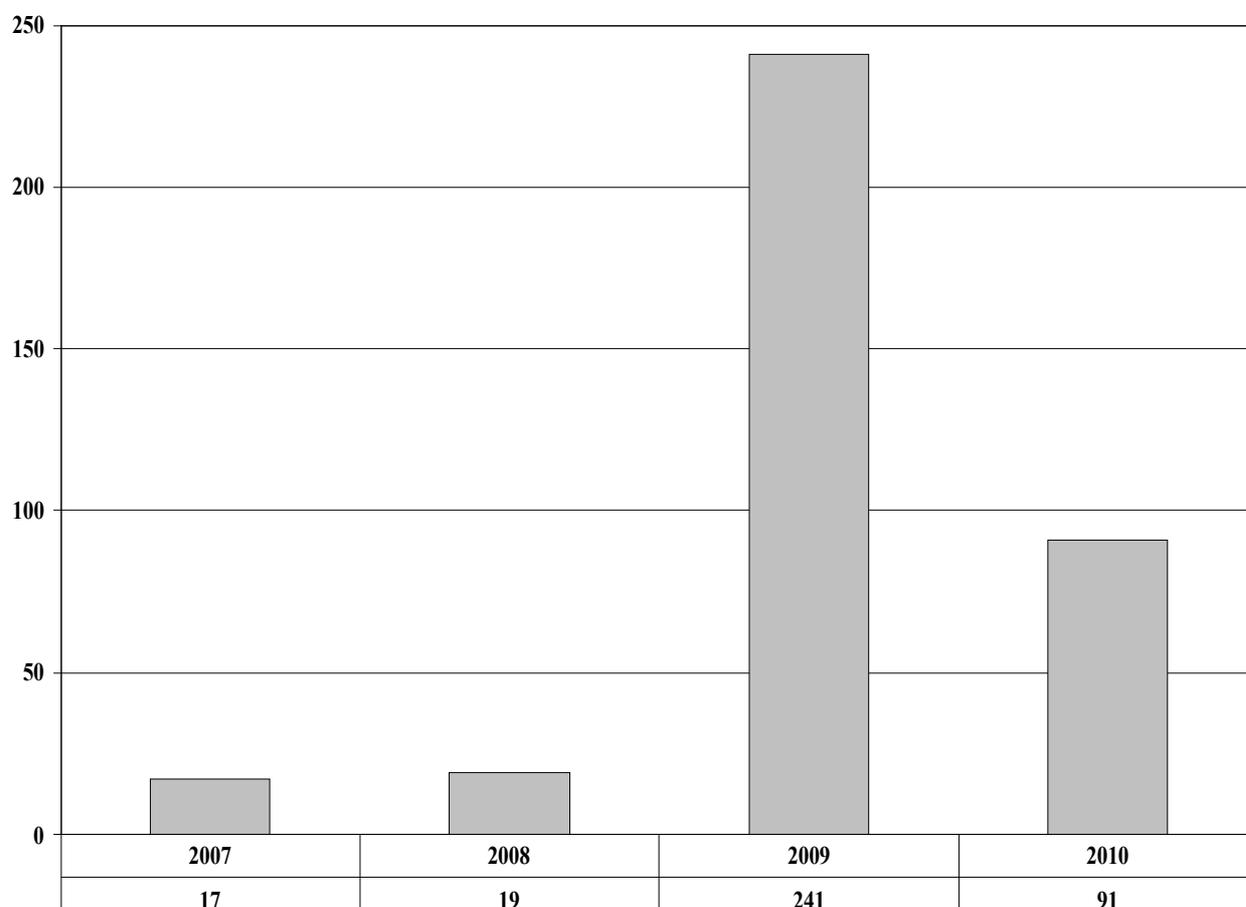


Fonte: Sureh/Gebem e Siafi

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista em quase toda a CONAB, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos. Contrariamente à maioria das demais estruturas da CONAB, foi registrado na Sureg-PB redução de 62,2% no número de demandas trabalhistas. No fim do exercício havia 91 processos em que a Companhia figura como agente passivo.

Quadro CXX – Evolução das Demandas Trabalhistas



Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

Quadro CXXI - Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	-	-	2	100.000,00	-	-	2	668.728,71	4	768.728,71
-	-	-	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
Total	238	17.512.720,29	577	51.115.625,28	1.503	107.293.176,27	1.331	34.631.641,44	3.649	210.553.163,28

Fonte: Proge

A CONAB ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando previsto para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados-Geare, a Superintendência de Recursos Humanos-Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc.

6. Informações Sobre Transferências.

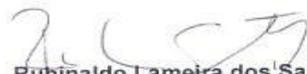
Os repasses de recursos orçamentários/financeiros decorrentes de Termos de Cooperação ou Planos de Trabalho celebrados entre a CONAB e outros órgão públicos são recebidos pela Matriz (UG 135100) e repassados por Notas de Créditos para execução descentralizada nas Superintendências Regionais da CONAB.

7 – Declaração da área responsável atestando que as informações referentes contratos, bem como, sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008.

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.


Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente


Mara Nivia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Declaração

Declaramos, para os devidos fins, que as informações referentes aos contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o Art. nº. 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Brasília-DF, 21 de março de 2011.

WALTER FONSECA DOS SANTOS
Superintendência Regional da Paraíba
Gerência de Finanças e Administração
Gerente

8 – Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei n.º 8.730/93

Em atendimento à Portaria Interministerial MP/CGU n.º 298/2007, que determinam que todos os agentes públicos (servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo ou em comissão, de qualquer nível ou natureza, os empregados públicos, os diretores e empregados de empresas estatais, os agentes que exercem mandato em órgãos e conselhos de caráter deliberativo e aqueles contratados por tempo determinado deverão autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física ou apresentar anualmente, em papel, Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado. Para tanto, a Companhia disponibiliza em sua intranet formulários específicos para preenchimento.

Apesar das penalidades previstas no §3.º do art. 13 da Lei n.º 8.429/92 e de todos os documentos encaminhados para ciência dos empregados referentes à obrigatoriedade do cumprimento desta determinação, 407 empregados não entregaram a Declaração de Bens e não autorizaram o acesso às suas Declarações.

9 – Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os aspectos de: a) Ambiente de Controle, b) Avaliação de Riscos; c) Procedimentos de Controle, d) Informação e Comunicação e e) Monitoramento.

Quadro CXXII – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
<p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

10 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>→ Descarte de embalagens de agrotóxicos</p>				X	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>			X		
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> <p>→ Aquisição de lenha certificada pelo IBAMA</p>				X	
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 		X			
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 		X			
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p>				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <p>→ Uso de Biodiesel</p>					
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>		X			
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>					X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? <p>→ Folders e comunicações internas</p>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Para preenchimento do quadro foi efetuada consulta às áreas que mais demandam ações de licitações – Superintendência de Administração-Supad, Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin</p> <p>Outras Informações:</p> <p>1) A comissão de Coleta Seletiva Solidária da CONAB-Matriz doou, até o fim do exercício de 2010, 86,5 toneladas de material reciclável, como papel branco, papelão e plástico, às cooperativas e associações de catadores de Brasília. Também foi arrecadado um total de 3.500 unidades de lâmpadas fluorescentes. A CONAB iniciou esta ação em 2007, em cumprimento ao Decreto 5.940/06, que obriga órgãos e entidades da administração pública a separarem seus resíduos recicláveis para doação. A ação também se estende às Superintendências Regionais, que fazem suas doações às instituições locais.</p> <p>2) Para a aquisição de combustíveis vegetais utilizados no processo de secagem de grãos são exigidos os certificados de registro emitidos por órgãos estaduais, responsáveis pela fiscalização da atividade de comercialização de lenha, assim como a declaração de corte e colheita, ou documento equivalente, com vistas a atender às exigências do órgãos estaduais quanto à origem do produto e à comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Quaisquer Recursos Ambientais, do IBAMA.</p> <p>3) Na aquisição de inseticidas, utilizados no tratamento fitossanitário nos armazéns, a CONAB exige dos fabricantes:</p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>cópias do certificado de registro atualizado do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, atestado de utilização e eficiência do produto, relatório técnico e bula do produto aprovado pelo MAPA, declaração indicando que o produto não poderá apresentar quaisquer restrições de uso na região onde será utilizado, e indicação do local e endereço para devolução das embalagens vazias.</p> <p>4) A maioria das unidades que trabalham com grãos possuem equipamentos de controle de emissão de partículas poluidoras, tais como: captadores de pó, retentores de partículas finas nos secadores e filtros de manga, e, para aquelas que ainda não contam com estes equipamentos, a aquisição está em fase de projeto, em cumprimento à Instrução Normativa-MAPA n.º 41. Também, em fase de aquisição, equipamentos para detecção de gases.</p> <p>5) Também há o reaproveitamento das impurezas retiradas pelas máquinas de pré-limpeza e dos retentores e a fabricação de briquetes de casca de arroz beneficiado, na usina de Rio Formoso-TO.</p> <p>6) Nas unidades armazenadoras instaladas no Estado de Goiás, que operam sistemas de secagem com derivados de petróleo, foram construídas 'bacias' de contenção em torno dos depósitos de combustíveis para evitar contaminação do solo e da água.</p> <p>7) Em atendimento a exigências dos órgãos de controle ambiental do Minas Gerais foram elaborados estudos de impacto ambiental das Unidades Armazenadoras de Uberaba e Uberlândia.</p>					
<u>LEGENDA</u>					
<i>Níveis de Avaliação:</i>					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 – Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como bens de consumo.

A CONAB é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a CONAB possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e

Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2010, a CONAB mantinha 6 imóveis locados de terceiros, a saber

Quadro CXXIII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2009	2010
Brasil	AP	Rua Hamilton Silva n.º 1.500 – Centro – Macapá – AP	0	1
	BA	Rua Antônio Carlos Magalhães n.º 3.849 – Ed. Capemi 4.º andar – Bloco A – Pitua – Salvador – BA	1	1
	MA	Av. Jerônimo de Albuquerque n.º 6 – Ed. Nena Cardoso – Vinhas – São Luís – MA	1	1
	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – Lourdes – Belo Horizonte – MG	1	1
	MS	Av. Mato Grosso – Campo Grande – MS	1	1
	MT	Rua Padre Jerônimo Botelho n.º 510 – Ed. Everest – Dom Aquino – Cuiabá – MT	1	1

Fonte: Supad/Gepas

Quadro CXXIV - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor da Reavaliação	Imóvel	Instalações
135465	UA-Colatina	-	16	3	-	-	-	-
135481	UA-Camburi	-	16	3	-	-	-	-
135492	UA-Campos Altos	-	16	4	-	-	-	-
135475	UA-Conceição do Rio Verde	-	16	4	-	-	-	-
135482	UA-Juiz de Fora	-	16	4	-	-	-	-
135491	UA-Perdões	-	16	4	-	-	-	-
135474	UA-São Sebastião do Paraíso	-	16	4	-	-	-	-
135483	UA-Varginha	-	16	4	-	-	-	-
135271	UA-Apucarana	-	16	3	-	-	-	-
135331	UA-Bauru	-	16	3	-	-	-	-
135486	UA-Carapicuíba	-	16	3	-	-	-	-
135531	UA-Bernardino de Campos	-	16	3	-	-	-	-
135487	UA-Garça	-	16	3	-	-	-	-
135476	Sede Sureg-PB	-	4	2	53.000,00	-	-	-
Total Geral					53.000,00			

Fonte: Supad/Gepas

A ausência de maiores informações sobre os armazéns do extinto Instituto Brasileiro do Café-IBC deve-se ao fato de que os mesmos terem sido repassados à CONAB por intermédio de despacho ministerial, e atualmente estão em processo de regularização junto à SPU, inclusive com a interveniência da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, dirigida pela Advocacia Geral da União-AGU.

Por esse motivo, a CONAB não tem realizado gastos relativos à investimentos nesses imóveis, em razão da precariedade da situação possessória, devendo investir efetivamente quando da regularização das cessões existentes.

12 – Gestão de Tecnologia da Informação.

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI).

QUADRO CXXV – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Vide relatório a seguir					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12.2 Tecnologia da Informação.

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação em âmbito nacional da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da CONAB e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizados, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

12.2.1 Planejamento da Área.

O Planejamento das ações de TI na CONAB tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o suporte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O PMTI tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da Sutin desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007–2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: - Definição das diretrizes de tecnologia; - Arquitetura da rede corporativa; - Diretrizes de contingência e segurança da informação; - Diagrama de integração dos sistemas priorizados; - Organização da função de TI; e - Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação–PMTI, assim como as diretrizes definidas pelo governo federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O PDTI da CONAB encontra-se disponibilizado em seu sítio internet no endereço

eletrônico <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização-NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin e aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

12.2.2 Perfil dos Recursos Humanos envolvidos.

O quadro de pessoal permanente da Sutin necessita urgentemente de recomposição quantitativa para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que se encontra em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais ao todo, na área de suporte técnico.

Quadro CXXVI

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da CONAB (*)	38
Empregados efetivos não de TI da CONAB	01
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	03
Total	85

Fonte: Sutin

(*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente)

Quadro CXXVII

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceirizado	Estagiário	
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin	2	0	0	2
Gerência de Sistema e Informação-Gesin	8	4	0	12
Gerência de Engenharia de Software-Gesof	11	35	1	47
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação-Geasi	6	4	0	10
Gerência de Suporte Técnico-Gesut	12	0	2	14
Total	39	43	3	85

Fonte: Sutin

12.2.3 Segurança da Informação.

12.2.3.1 Segurança Lógica.

No que tange à segurança da informação, a Sutin, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

- implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
- vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da CONAB;
- análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
- monitoramento dos serviços críticos de TI;
- instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
- implantação de sistema de análise de *logs*;
- virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
- reestruturação da política de *backup*;
- elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;
- elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da CONAB facilitará a concepção, os desdobramentos e, sobretudo, a continuidade após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);
- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do Cobit 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – *Governance Maturity Model* para análise do *framework* Cobit);
- Tratamento e Respostas a Incidentes
- Análise de Conformidade - ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);
- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência

da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) na CONAB, retificando ou ratificando as normas em vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);

- Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da CONAB, além de permitir que sejam recuperados ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);
- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação–CGSI, em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da CONAB (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.);
- Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos impactos decorrentes de falhas de segurança da informação);
- Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

12.2.3.2 Segurança Física.

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas a sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da Sutin, que, atualmente, encontram-se alojados em local inadequado.

12.2.4 Desenvolvimento e produção de sistemas.

Na área de desenvolvimento de sistemas foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação-Gesin e de Engenharia de Software-Gesof. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 10.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a Sutin utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado CONABUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um

mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*. Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a CONAB também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a Sutin se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo sítio da CONAB, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos tempos registrados pelos usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela CONAB para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação.

12.2.4.1 Relação de sistemas entregues em 2010

SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo: para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso a sistemas da CONAB, considerando que várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.

SISMAT - Sistema de Material, composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos almoxarifados da CONAB (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/Sped Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.

SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques, com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no sítio Internet e/ou intranet.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação - PAANet** : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à liquidação das CPRs.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação:** permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da CONAB, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no PAA:** apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR-Estoque e CPR-Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Transparência Pública do PAA:** apresenta as informações das CPRs formalizadas nas modalidades CPR-Estoque e CPR-Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.

SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.

- Módulo **consulta pública de bônus do programa de garantia da agricultura familiar**: consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência.

- Módulo **consulta pública de preços de insumos agropecuários**: consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela CONAB e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo.

- Módulo **consulta pública de preços mínimos básicos da política de garantia de preços mínimos**: consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

- Módulo **DW**: desenvolvimento da **solução PENTAHO-DW** para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.

SICARM – **Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras** , com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.

- Módulo **solicitação pública de cadastro de armazém**: permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da CONAB.

- Módulo **consulta pública ao cadastro nacional de unidades armazenadoras**: permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa.

- Módulo **consulta pública da capacidade estática de armazenagem cadastrada**: permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.

XFacWeb – **Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos**, composto de módulos distintos, disponíveis no sítio da CONAB e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no Venda em Balcão**: disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;

- Módulo **consulta pública de Posição de Estoques Públicos - Específico e Consolidado**: viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos.

- Módulos de **consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque Consolidado; Movimentação de Estoque**: viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém. Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao

período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;

- Módulo de **consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem**: viabiliza a consulta, na intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;

- Módulo de **consulta de Vendas Refap**: viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa Refap;

- Módulo de **consulta de Doações** (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;

- Módulo de **consulta de Vendas em Balcão**: viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;

- Módulo de **envio de mensagens automáticas**: disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e SUREGs apontando, todo dia 1º e 15º do mês, os estoques públicos depositados em armazéns com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento;

SIAJUR - Sistema de Atividades Jurídicas: mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais;

Nfe e EFD/Sped Fiscal: conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias;

Portal Nfe: Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela CONAB pode realizar, no momento desejado, o *download* do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de Danfe ao destinatário;

ETL xFac/xFacWeb: processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL;

ETL SISCOE/xFac Postgres: processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de Comercialização Eletrônica - Siscoe em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da CONAB;

Novo Sítio da CONAB: o novo portal institucional da Companhia Nacional de Abastecimento possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo, além de tornar o *site* mais contemporâneo e alinhado às melhores práticas da internet.

12.2.4.2 - Relação de Sistemas Mantidos em 2010.

SAFRAS – Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café utilizada pela CONAB.

XFac Postgres: disponibilização da versão PostgreSQL do sistema xFac, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.

SISOUV: reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da CONAB.

SIGEST – PAA: reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.

SIAGRO: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

SICARM: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

XFAC: implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU.

12.2.5 Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI.

Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas em total obediência à legislação pertinente (Lei 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos legais.

Quadro CXXVIII - Aquisição de Equipamentos.

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009	Microcomputadores + monitores	295	
1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores	350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Uas Servidores pequeno porte SUREGs Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: Sutin

12.2.5.2 - Contratação de serviços de TI.

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

➤Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que se encontra em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório.

➤Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma SOLUÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS JUDICIAIS E GESTÃO JURÍDICA, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender à área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, restando apenas a assinatura de contrato pelas partes.

➤Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela CONAB. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo DEST no ano de 2009.

➤Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços CONAB, objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia.

➤Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64).

➤Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas LTDA., para a prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e

manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos–SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da CONAB e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns.

➤Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas–NF-e emitidas pelos sistemas internos da CONAB.

➤Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda. para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática.

➤Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia.

➤Renovação do contrato firmado com a empresa RTM-Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP–Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

➤Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

12.2.6 Portal da Companhia.

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

➤Portfólio de Soluções e serviços de TI:

<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>

➤Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI:

<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>

➤Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki):

<http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>

13 – Informações sobre a utilização dos cartões de pagamento.

Deixamos de apresentar informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal por dispensa conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

14 – Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Não houve ocorrência no período.

15 – Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em Acórdãos do TCU, ou em relatórios de auditoria do órgão de controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se vincula, ou, às justificativas para o não cumprimento.

- a) Pela TCU – não houve ocorrência no período.
- b) Pela CGU – não houve ocorrência no período.

16 – Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento/Respostas	Estágio da Implementação
13/2010 - (ACG) - SUREG PB/PB -- Total de Recomendações: 2 - Solucionadas: 2 - Baixadas: 0 - Pendentes: 0	<p>735 - Da análise na documentação relativa às operações que constituíram e ampararam as operações de vendas do Programa de Venda em Balcão, na Sureg/PB, em 2009, conclui-se pela indicação de regularidade, tanto no aspecto da fidedignidade quanto na qualidade das informações contidas nos referidos documentos. Relativamente ao controle dos quantitativos fornecidos mensalmente a cada beneficiário, a sistemática adotada assegura confiabilidade, na medida em que cada produtor rural cadastrado tem seu processo guardado na Unidade Armazenadora e a cada entrega uma cópia da Nota Fiscal do produto é arquivada no referido processo. No tocante ao cadastramento e definição da quantidade de produto a cada beneficiário, as etapas do processo indicam regularidade e confiabilidade, na medida que a propriedade é visitada e verificada a existência do plantel ou instalações de produção. O processo é constituído com a documentação exigida e entregue à Conab para aprovação, permanecendo na Unidade onde o beneficiário será atendido. 1 - Constatou-se, da análise na documentação, bem como nas entrevistas realizadas, que nas ocasiões onde o produtor rural teve direito de aumentar sua cota de produto, foi exigida a confecção de um novo cadastro. 2 - Nas visitas e entrevistas com produtores, embora não tenha sido unânime, ouvimos queixas em relação à demora na tramitação e aprovação do cadastro para definição e liberação dos quantitativos de produto para os produtores. 3 - Ainda em relação às visitas e entrevistas com produtores e dirigentes de associação, para facilitar e reduzir os deslocamentos e consequentemente ganhos de tempo, considerando o grande número de produtores cadastrados na UA CAMPINA GRANDE, sugeriu-se entendimentos com o Banco do Brasil no sentido de disponibilizar um Caixa Eletrônico apenas para receber as GRU's, na Unidade ou em estabelecimento comercial próximo ao armazém.</p>	<p>735.1 - Nas hipóteses de revisão dos quantitativos de produto (cota), em função de aumento de plantel por parte dos produtores rurais beneficiários do Programa, recomenda-se apenas a emissão do Laudo de Vistoria por parte dos técnicos da Conab, caso não haja nenhuma instrução expressa a respeito.</p>	<p>De osvaldo.pateiro em 03/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação dessa Sureg/PB acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. De angelo.viana em 03/08/2010 Quando necessário, analisaremos a questão considerando a inexistência instrução específica. De osvaldo.pateiro em 30/08/2010 como Solucionado Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PB, consideramos o item</p>	Solucionado
		<p>735.2 - Recomenda-se que a celeridade na tramitação e aprovação dos cadastros sejam prioridades das instâncias envolvidas, dada a importância social do Programa e considerando a fragilidade do público envolvido, constituído na sua maioria por pequenos produtores rurais.</p>	<p>De jair.barcelos em 16/07/2010 como Pendente Face o tempo transcorrido, encarecemos manifestação com a brevidade possível. De angelo.viana em 03/08/2010 Esta questão é proiridade desta unidade de Monteiro e Patos, o volume de cadastros ultrapassou a nossa expectativa, aliada ao momento crítico de estiagem no estado, notadamente no cariri e sertão paraibano. De osvaldo.pateiro em 30/08/2010 como Solucionado Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/PB, consideramos o item solucionado.</p>	Solucionado

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento/ Respostas	Estágio da implementação
<p>2/2010 - Extraordinário - (ACG) - SUREG PB/PB - - Total de Recomendações: 9 - Solucionadas: 8 - Baixadas: 0 - Pendentes: 1</p>	<p>1 - Na análise do saldo da conta contábil e seus reflexos constatou-se as seguintes disfunções: 1) A divergência, a menor de R\$ 447.329,16, no saldo contabilizado na Conta 1.2.1.2.3.00.00 - DEPÓSITOS PARA RECURSOS, registrados no SIAFI em confronto com a CONSULTA DE SALDO IS (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF), base Abril/2010; 2) A ausência de controle efetivo dos valores depositados. As preocupações emanadas dos itens relacionados acima são as seguintes: a) A diferença constatada no saldo da conta 1.2.1.2.3.00.00 poderá gerar ressalva no parecer de auditoria referente às demonstrações financeiras do exercício de 2010. Os valores depositados na Caixa Econômica Federal são corrigidos mensalmente, portanto a divergência entre os saldos tende a ser maior a cada mês, caso não seja lançada a correção monetária no Siafi e ocorra a consequente conciliação mensal. Consideramos muito frágil o documento utilizado - (PRF-Pedido de Recurso Financeiro) - para respaldar a disponibilização dos recursos por parte da Companhia, para depósito judicial. Não há controle quanto à recuperação/utilização dos depósitos judiciais efetuados, tanto que no documento que responde a consulta efetuada à CEF, não constam vários depósitos efetuados pela Sureg/PB e também há possibilidade de extravio de valores dentro da Instituição Financeira. Entende-se que o registro contábil deverá ser corrigido pelos mesmos índices utilizados pela Caixa Econômica Federal, trazendo o depósito a valor presente e dessa forma identificando, corretamente, todos os valores pendentes em contas judiciais, prática recomendada na Lei n.º 11.638/07. b) Inexiste o controle entre os valores depositados e os saldos contabilizados e o Secof/PB limita-se a conciliar os valores que efetivamente depositou, portanto, não tem conhecimento do possível encerramento da ação judicial, do aproveitamento do depósito ou ainda do levantamento deste com o retorno para à Companhia. A Prore/PB se utiliza de planilhas eletrônicas para controlar os depósitos que efetuou, porém, esse controle não segue normativo regulador. Visando identificar as dificuldades encontradas pela Sureg/PB, promoveu-se uma reunião com a participação dos responsáveis pelo Secof, Prore, Seade e Gefad, no sentido de oferecer procedimentos para interromper a evolução da diferença verificada e o efetivo controle dos saldos e depósitos.</p>	<p>1.1 - Recomenda-se à Sureg/PB efetuar a análise dos depósitos consignados na Conta 1.2.1.2.3.00.00, confrontado-os com o relatório emitido pela instituição financeira depositária e após a constatação de divergências, buscar os processos, verificar o aproveitamento ou não do valor depositado pelo Juízo e proceder a baixa contábil, munidos de documentação que ateste a sua finalidade.</p>		<p>Solucionado</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento/Respostas	Estágio da implementação
	<p>2 - Analisou-se os extratos dos cartões de pagamentos, dos responsáveis nas unidades jurisdicionadas à Sureg/PB e constatou-se que há compras indevidas com esse instrumento, como é o caso de aquisição de materiais de higiene e limpeza, lâmpadas, e outros. Lembramos à Sureg/PB que as compras realizadas com o CPGF tem caráter de excepcionalidade, não se prestando a despesas que podem ser objeto de licitação ou de procedimento licitatório, como é o caso da dispensa de licitação baseada no art. 24 inciso II da Lei n.º 8.666/93, assim, a finalidade do suprimento de fundos via CPGF é a de atender a despesas que não possam aguardar o processo normal de aquisição, ou seja, é a exceção quanto a não realização de procedimento licitatório. Dessa forma, estabeleceu-se, ainda, o percentual de 0,25% do valor constante na alínea "a" do Inciso II do art. 23, da Lei n.º 8.666/93 como limite máximo de despesa de pequeno vulto, no caso de compras e outros serviços, qual seja, limite de R\$ 200,00 por despesa, sendo vedado o fracionamento da despesa - dividir em mais de um documento comprobatório ou ainda, mais de uma despesa no mesmo exercício - para adequação ao referido limite. Ainda que não proibida, especial atenção deverá ser observada na aquisição de material permanente por meio do CPGF - fechaduras, mouses, mobiliário, etc. - pois é evidente que são raras as situações justificáveis para a aquisição de material permanente via CPGF. No sentido de subsidiá-los quanto a utilização correta e racional do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, sugere-se a leitura do manual de perguntas e respostas disponível no sítio da Controladoria Geral da União, no endereço http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/SuprimentoFundos/Arquivos/SuprimentosCPGF.pdf.</p>	<p>2.1 - Recomenda-se à Sureg/PB que passe a controlar as despesas efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, inibindo as iniciativas dos responsáveis pelos suprimentos quanto às aquisições não permitidas nessa modalidade.</p>		Solucionado
	<p>3 - Verificou-se que a Sureg/PB não contratou empresa para fornecer seguro ao veículo Caminhão Iveco placa NPT 0420 ano/modelo 2009, apesar de ser um bem elegível, pela Administração da Companhia, para ser segurado. A modalidade de licitação a ser utilizada é o pregão eletrônico. Ao efetuar o termo de referência para o procedimento licitatório, considerar a possibilidade de assunção de riscos desnecessários e de recusa de pagamento por parte da contratada em caso de eventual sinistro se desatendidas as condições elencadas no termo de referência. Considera-se que, no caso de seguro de veículos, a Companhia teria melhor condição de contratação se efetuar licitação única, incluindo todos os veículos novos ou seminovos e com isso conseguir descontos (seguro de frota) que não são possíveis quando contratado o seguro individualmente, por Sureg.</p>	<p>3.1 - Recomenda-se à Sureg/PB que em nova contratação de seguros de veículos automotores interaja com a Dirad/Difin com vista a possibilitar a efetivação de um contrato a nível nacional, para todos os veículos passíveis de seguro.</p>		Pendente
	<p>5 - Detectou-se demora, sem justificativa, em alguns casos, na prestação de contas de viagem, contrariando determinação da norma 50.201 - Deslocamento a Serviço 01/01, Capítulo II, item VI 1.a. Verificou-se o deslocamento em viagem a serviço sem orçamento prévio e sem o pagamento na data devida do adiantamento de viagem, contrariando o disposto no subitem 01.2 do item 1 Capítulo II do Código 50.201, das Normas da Organização. Constatou-se a existência de ADV em que o proponente, o autorizador e o viajante são o mesmo empregado. Para a melhor gestão e atendendo ao comando insculpido na Seção VIII Normas relativas aos controles internos administrativos, IV - Segregação de funções, da IN SFC/CGU n.º 01/2001, opina-se que, quando se tratar da autoridade máxima no Estado, o substituto eventual deve ser o autorizador do Adiantamento para Despesas com Viagem - ADV.</p>	<p>5.1 - Recomenda-se à Sureg/PB para observar os critérios determinados na norma de viagem, devendo cumprir os prazos mencionados.</p> <p>5.2 - Recomenda-se à Sureg/PB que atenda ao dispositivo normativo mencionado, não permitindo a superposição de poderes para os atos relacionados.</p>		Solucionado
				Solucionado

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento/Respostas	Estágio da Implementação	
	<p>6 - CPL Na avaliação das Normas relativas aos controles internos administrativos, há que se verificar o conjunto de regras, diretrizes e sistemas que visam o atingimento dos objetivos específicos a que se propõe, tais como: relação custo benefício, qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários, rodízio de funções com vista a reduzir/eliminar possibilidades de fraudes, delegação de poderes e definição de responsabilidades, segregação de funções, existência de regimento/estatuto e organograma adequados, dentre outros. A Sureg/PB não é contemplada, em sua estrutura organizacional, com a Comissão Permanente de Licitação, apesar de existir de fato e atuar de forma inequívoca. Além disso, verificou-se que a Sureg/PB deixa de atender ao comando da IN SFC/CGU n.º 01/2001 relativo à segregação de funções, cujo teor reproduzimos abaixo para melhor entendimento: Seção VIII Normas relativas aos controles internos administrativos IV – Segregação de funções – A estrutura das unidades/entidades deve prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio. Entende-se, também, que a Resolução Presi n.º 25, de 24/10/2002, está em desacordo com o estabelecido na Alínea a, do Inc. n.º III, do Título Princípios de Controle Interno Administrativo, Seção VIII Normas Relativas aos Controles Internos Administrativos, da IN SFC/CGU n.º 01 de 6/4/2001, a saber: "a) existência de regimento/estatuto e organograma adequados, onde a definição de autoridade e consequentes responsabilidades sejam claras e satisfaçam plenamente as necessidades da organização;"</p> <p>ACESSIBILIDADE Embora as normas técnicas sejam de uso voluntário, passam a ter força de lei quando mencionadas explicitamente no corpo legislativo. É o que acontece com as normas de acessibilidade que passaram a integrar a legislação federal e estadual. As regulamentações dessas leis, estabelecendo penalidades e a prática da fiscalização de seu cumprimento por parte de órgãos executivos e judiciários, impôs a implantação da acessibilidade em toda a administração pública. ESTÁGIÁRIOS Constatou-se que a Sureg/PB não possui contrato de prestação de serviços de administração de estagiários. Conforme determina o inciso I, do Art. n.º 9, da Lei n.º 11.788/08 é necessária a celebração de termo de compromisso entre as partes para a validação do processo, incorrendo a Sureg/PB em disfunção que poderá resultar em passivo trabalhista como detalhamos: [...] Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações: I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento; II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso; V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino. [...] Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. § 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente. § 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade. [...] Foi nos apresentada cópia de "convênio" celebrado com o Centro Integrado Empresa Escola no Distrito Federal o qual, no nosso entendimento, não é aplicável ao caso, por não se tratar de convênio e sim de contrato, ademais, o Centro Integrado Empresa Escola - CIEE no Distrito Federal não é o gestor de estagiários no Estado da Paraíba.</p>	<p>6.1 - Recomenda-se à Sureg/PB interagir com a Dirad/Matriz para a adesão à norma regulamentadora (IN SFC/CGU n.º 01 de 6/4/2001), objetivando adequar o seu organograma estrutural visando a inserção da Comissão Permanente de Licitação e a correta indicação dos seus membros, não permitindo a superposição de competências e responsabilidades com outros cargos da sua estrutura.</p>		Solucionado	
		<p>6.2 - Recomenda-se à Sureg/PB encaminhar solicitação à Presi no sentido de avaliar a conveniência e a oportunidade da vigência da Resolução n.º 25, de 24/10/2002, adequando a sua estrutura ao preceitos da IN SFC/CGU n.º 01/2001 de 6/4/2001.</p>			Solucionado
		<p>6.3 - Recomenda-se à Sureg/PB a adoção da ABNT NBR 9050 que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos em atendimento ao Decreto n.º 5.296/2004 que regulamenta as Leis n.ºs 10.048/2000 e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida</p>			Solucionado
		<p>6.4 - Recomenda-se à Sureg/PB que promova a licitação, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico, para a contratação de instituição gestora de provimento de estagiários.</p>			Solucionado

17 – Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Com sede em João Pessoa/PB, está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia;
- Buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, conforme segue:

I – Superintendência Regional / SUREG

II – Procuradoria Regional / PRORE

III – Gerência de Operações e Suporte Estratégico / GEOSE:

- a) Setor de Operações e de Programas Institucionais de Abastecimento – SEOPI.
- b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO.

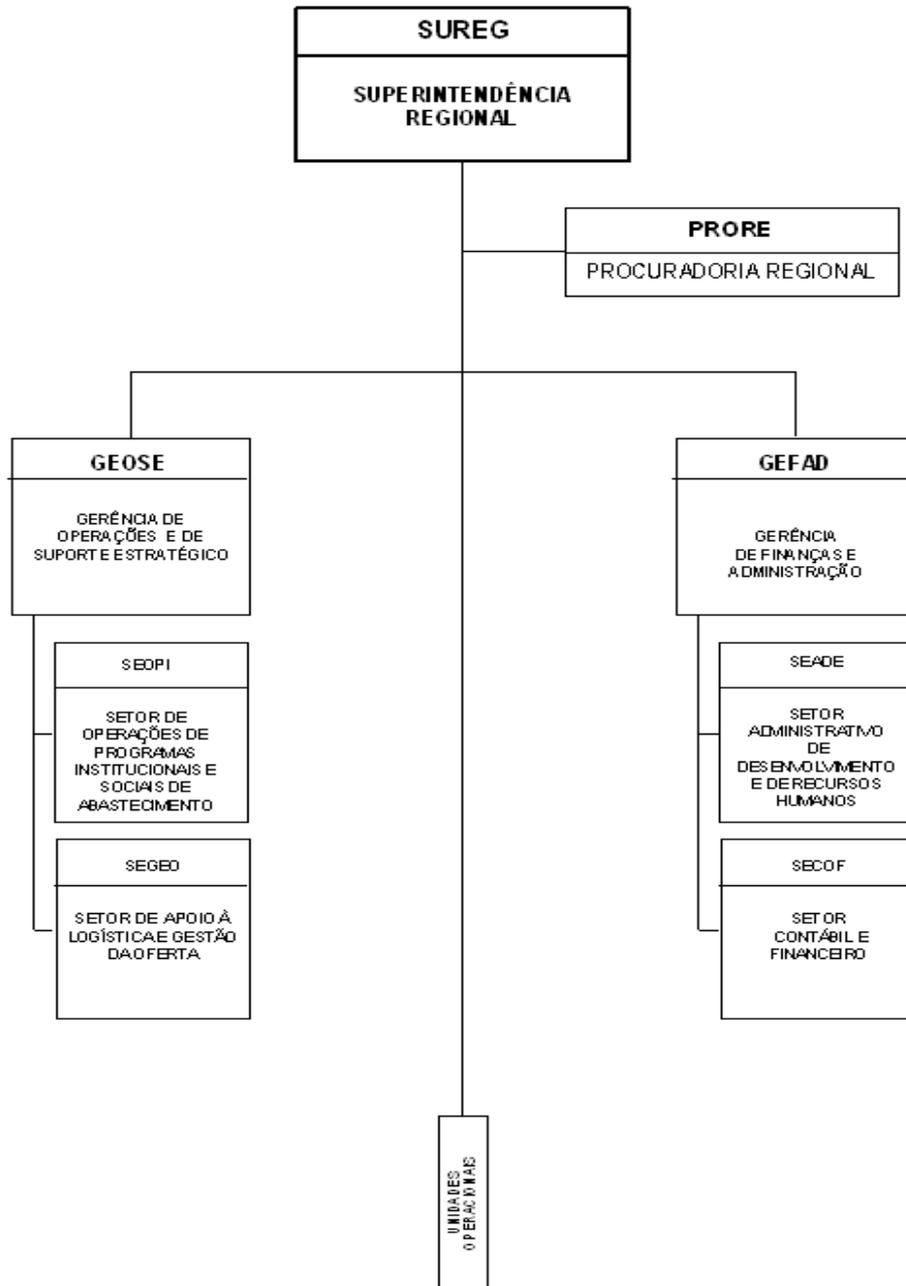
IV – Gerência de Finanças e Administração / GEFAD:

- a) Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE.
- b) Setor Contábil e Financeiro – SECOF.

V – Unidades Operacionais:

- a) Unidade Armazenadora de João Pessoa;
- b) Unidade Armazenadora de Campina Grande;
- c) Unidade Armazenadora de Monteiro;
- d) Unidade Armazenadora de Patos.

Organograma da Superintendência Regional da CONAB na Paraíba.



Focaremos no que segue aos aspectos ligados às estruturas física e organizacional, recursos humanos e operacionais, e aspectos administrativos e funcionais que influenciaram os resultados apresentados neste Relatório de Gestão da SUREG-PB.

Estrutura Física.

Com o aumento das atividades da Regional, os espaços disponíveis no prédio da sede em João Pessoa se tornaram insuficientes e inadequados.

A SUREG-PB atua, desde 2006, em um prédio cedido pela Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba, com área útil aproximada de 600 m². A parte principal do prédio, que foi adaptada parcialmente, possui um conjunto de 10 salas, contando, inclusive com um auditório de 60 lugares, atendendo à legislação vigente no que tange ao acesso facilitado aos portadores de deficiências físicas, inclusive em suas instalações sanitárias. Dispõe de garagens suficientes, somente, para o abrigo dos veículos da frota oficial da empresa.

Atualmente, grande parte do arquivo de documentos (fiscais e operacionais) encontra-se em um imóvel do tipo residência nas instalações da Unidade Armazenadora de João Pessoa em espaço inadequado para tal finalidade, com problemas em relação à temperatura, poeira, insetos, roedores e segurança.

Em 2010 a regional paraibana viabilizou escritura de doação de um terreno de 20.000 m², onde se pretende construir uma sede própria, que está a depender de liberação orçamentária para edificação e equipagem do imóvel. O novo imóvel contemplará o atendimento das necessidades da Pretende-se que este novo imóvel venha a contemplar o pleno atendimento da necessidade da regional, tendo em vista o crescimento de suas atividades operacionais.

As Unidades Armazenadoras localizadas em João Pessoa, Campina Grande, Monteiro e Patos, todas em prédios e terrenos próprios têm problemas em suas estruturas físicas, pois, tratam-se de construções com mais de 20 anos, conseqüentemente com deteriorações normais face à ação do tempo, principalmente nas coberturas.

A Companhia vem todos os anos investindo na recuperação dessas Unidades, mas ainda não a fez na medida necessária, de modo a operacionalizá-las sem problemas, um exemplo dessa pendência é a inexistência de muro de proteção e pavimentação interna nas Unidades Armazenadoras de João Pessoa e Campina Grande, detentoras do maior movimento de negociação. Ao longo do tempo, no entanto, procuramos desenvolver ações que tragam a renovação de suas estruturas, procurando atender os requisitos técnicos obrigatórios e recomendados pelo Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, que tiveram sua vigência iniciada em 31/12/2009. A mesma disposição acontece no sentido de que as mesmas Unidades sejam equipadas para sua correta operação, de acordo com os normativos da empresa.

Estrutura de Pessoal.

As ações da CONAB no Estado de Paraíba na execução de políticas públicas através dos programas do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, do Programa de Vendas em Balcão, da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP e do Programa Feira do Peixe, além, da doação usual de alimentos. Estas ações têm gerado um volume de trabalho superior à capacidade de execução da Regional. O pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos indiretos dessas operações (contábil e

administrativa), resume-se a 116 empregados em efetivo exercício. Contamos, ainda, com 77 empregados cedidos a diversas instituições federais distribuídas no Estado da Paraíba, que não podem retornar à empresa devido a falta de espaço em nossas acomodações físicas atuais e 02 funcionários afastados devido ao exercício de cargo público (Prefeitura) e outro pelo INSS.

Estrutura de Tecnologia da Informação.

Em 2010, foram reinauguradas as Unidades Armazenadoras de Patos e Monteiro. A situação veio a exigir todo um esforço adicional de trabalho da regional paraibana no sentido de:

- promover o deslocamento e o treinamento de pessoal,
- interligação das referidas unidades à Rede Mundial Internet através de rádio, com uso de provedores locais,
- revisão de de sua infraestrutura e equipagem de suas instalações,

Naqueles momentos houve, igualmente, a necessidade da implantação da Nota Fiscal Eletrônica mediante o que determina a Portaria SEFAZ-PB nº. 021 / GSER (Publicada no DOE de 16/02/2011, com vigência a partir da data de sua publicação a legislação obrigou a emissão de Nota Fiscal Eletrônica para a maioria das instituições de nosso Estado. Neste momento, procurou-se substituir os equipamentos de informática obsoletos e ampliar o parque computacional desta regional, para que se promovesse o atendimento desta demanda.

Para atender às exigências da Secretaria Estadual de Fazenda – SEFAZ/PB na emissão das Notas Fiscais Eletrônicas, houve a necessidade de implantação do sistema (x-FAC) ainda não totalmente concluído e apto a operacionalização (treinamento, documentação, testes paralelos, etc). O novo software de **Controle de Operações de Comercialização e Estoques de Produtos** (SAAGRA) tem apresentado diversos problemas operacionais, mas, que se pretende, venha a controlar o estoque de produtos da empresa.

Permanecem, os entraves para um bom desenvolvimento e melhores resultados no desenvolvimento das atividades realizadas na SUREG. Algumas de suas atividades poderiam ser otimizadas com a implantação de softwares adequados para o controle informatizado das **operações de subvenções e tramitação de documentos** da Superintendência.

Estrutura Organizacional.

A SUREG-PB é composta por um Superintendente com dois órgãos de *staff*, um Assistente e uma Procuradoria Jurídica - PRORE, e dois órgãos de linha: a GEOSE – Gerência de Operações e Suporte Estratégico e a GEFAD – Gerência de Finanças e Administração. Subordinadas hierarquicamente ao Superintendente estão também quatro Unidades Operacionais – UA JOÃO PESSOA, UA CAMPINA GRANDE, UA PATOS e UA MONTEIRO. As gerências se subdividem em dois Setores, na área administrativa, contamos com o SEADE – Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos (englobando a Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro Oficial) e SECOF – Setor Contábil Financeiro; a área de operações conta com dois setores, o Setor de Operações e de Programas Institucionais de Abastecimento – SEOPI e o Setor de

A atual estrutura organizacional foi implantada há 10 anos.

Na estrutura discriminada mostra dois problemas que causam forte impacto no desenvolvimento das atividades da regional, o primeiro trata com a falta de um setor específico que venha a tratar dos assuntos inerentes aos tributos e as questões fiscais, pois, a legislação é extensa e com frequentemente modificada, necessitando de atendimento especializado. Haveria a necessidade de separar este conjunto de atividades fiscais da área contábil/financeira, ou seja, seria adequada a criação de um novo setor, desmembrado do atual SECOF (Setor Contábil Financeiro), destinado a desempenhar um conjunto de atividades dirigidas ao desenvolvimento das atividades fiscais da regional.

A situação acima, se repete no Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE, onde a situação não é diferente, agravando-se em razão do Princípio da Segregação de Função, pois, o mesmo funcionário responsável pelas contratações (material/serviços) é aquele que responde pelo controle (contrato/almoхарifado/patrimônio), cujas atividades são regulamentadas nas próprias normas da Companhia., bem como, o setor de Recursos Humanos, na capacitação de funcionários e desenvolvimento das atividade do Serviço de Assistência à Saúde, que têm aumentado exponencialmente nos últimos anos., benefícios/capacitação dos recursos humanos da além do que, inexistente o funcionário específico que cuide das questões referentes aos Recursos Humanos, inclusive capacitação, preparação para aposentadoria, comunicação com o corpo funcional entre outras.

Desta forma, sugere-se que o SEADE seja desmembrado, surgindo o SEREH (Recursos Humanos/Treinamento/Benefícios) e o SETAD que administre os trabalhos na área das licitações, de pessoal e controle (contrato/almoхарifado/patrimônio).

Impactos na Gestão.

Nos resultados apresentados em todas as Ações que foram detalhadas neste relatório, pode-se ter uma ideia do volume significativo de atividades que a SUREG-PB desenvolveu durante o exercício de 2010: várias operações de subvenção, com considerável movimentação financeira, pagamentos e créditos de milhões de Reais, outros tantos em tributos federais, estaduais e municipais; com a geração de centenas de empregos diretos e outros tantos indiretos; movimentação de produtos; incentivos ao aumento de produção de alimentos; ações de garantia de abastecimento alimentar, doações de alimentos; treinamentos e incentivos à educação e saúde de seus empregados e dependentes.

O trabalho em benefício do produtor rural e do povo brasileiro, enquanto tarefa da CONAB, garante o abastecimento regular no país e favorece preços justos ao consumidor. Contudo, tal tarefa somente será realizada satisfatoriamente com a participação dos gestores das Superintendências Regionais, no que se refere às atividades que impactam a operacionalização das

mesmas.

Verificadas as soluções para os problemas estruturais, a inclusão do conjunto das regionais da CONAB na gestão dos investimentos e nas ações de planejamento de custeio, tais como: - compras de veículos, equipamentos, manutenções, melhorias nas instalações; participação nas pré-definições das operações de subvenção – volumes, produtos, preços, motivos e objetivos para a realização das mesmas; acompanhamento dos objetivos da política em seminários e tele-conferências internas da Companhia favoreceria uma maior articulação de ações e eficácia nos resultados da Companhia, como um todo.

Apesar das limitações de instalações e de estrutura em geral apresentadas, a SUREG-PB contribuiu em 2010 para a efetivação no alcance de sua missão enquanto empresa do Governo Federal: *“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento”*.

Reduzir tais limitações agregaria considerável potencial de ação a regional paraibana, conduzindo o próximo exercício a melhor produtividade e a atingimento de resultados para a vasta população com a qual está envolvida e/ou para seus beneficiários.

18 – Demonstrações Contábeis.

18.1 - Declaração do Contador.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

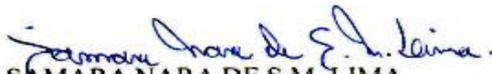
DECLARAÇÃO PLENA

Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento
Superintendência Regional da Paraíba
Código da UG: 135476

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

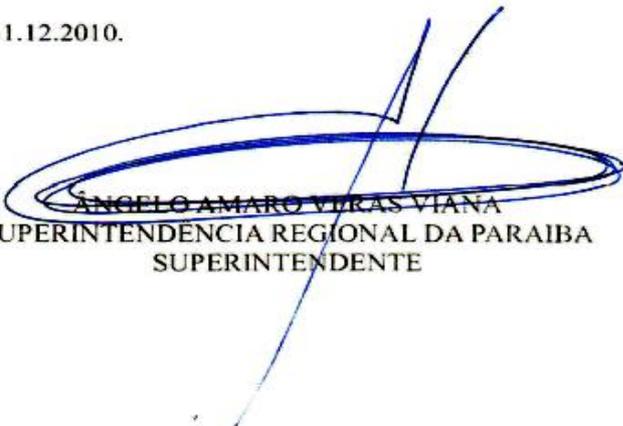
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

João Pessoa, 31 de dezembro de 2010.


SAMARA NARA DE S.M. LIMA

ENCARREGADA DO SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO
CONTADORA CRC PB-007027/O-4

Ciente e de acordo, em 31.12.2010.


ÂNGELO AMARO VIVAS VIANA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAIBA
SUPERINTENDENTE

18.2 - Demonstrações Contábeis da Gestão.

A contabilidade é executada no SIAFI, é dispensável a apresentação.

18-3 - Balanço Patrimonial – Lei n.º 6.404/76.

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a CONAB por meio do ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da CONAB, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2010.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 9252-O

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundo	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoxarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

**Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVA LEGAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	DE LUCROS		
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33	
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52	
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96	
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80		
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93	
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12	
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00	
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64	
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00	
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62	
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78	
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00	
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76	

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Demonstração do Valor Adicionado
Execício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1.RECEITAS	394.013.198,77	78,22	219.113.851,24	43,81
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	412.356.496,76	81,86	218.071.876,68	43,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-18.343.297,99	-3,64	1.041.974,56	0,21
4.RETENÇÕES	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-33.550.651,02	-6,66	-12.262.138,52	-2,45
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	18.246.566,50	3,62	43.771.943,96	8,75
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	10.270.535,61	2,04	42.924.593,80	8,58
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	7.317.756,62	1,45	36.838.288,60	7,36

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Demonstração do Resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DETALHAMENTO	2010	2009
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	389.427.296,95	195.266.743,04
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	364.331.410,40	154.515.694,96
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
RECEITA DE SERVIÇOS	25.095.886,55	40.751.048,08
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	15.435.144,96	5.946.485,16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	373.992.151,99	189.320.257,88
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	469.963.039,71	248.548.305,54
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
ARREDONDAMENTOS	181.302,86	520.930,79
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-201.862.370,69	-120.842.556,37
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	105.710.180,11	61.093.577,92
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	631.033.429,93	547.401.715,12
(-) DESPESAS DE PESSOAL	379.098.236,98	313.656.557,81
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	251.935.192,95	233.745.157,31
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	537.061.291,03	506.239.604,25
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-1.918.690,89	8.609,56
RESULTADO OPERACIONAL	13.656.732,10	19.922.857,49
OUTROS RESULTADOS	4.589.834,40	23.849.086,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.586.745,87	24.107.328,66
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-3.088,53	258.242,19
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18.246.566,50	43.771.943,96
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.270.535,61	42.924.593,80
LUCRO POR AÇÃO	5,52	23,08

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

NOTA – 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinadas à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 107 e 110/2010, apenas a CONAB/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e

baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Reguladores e Estratégicos: a formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são executadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$ 4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2.ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a CONAB não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$ 8.061 mil; destinada à cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante julgados suficiente pela área técnica para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º. 3.000/99 e Instrução Normativa n.º. 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de

Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$ 3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da CONAB, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$ 10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

n. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$ 73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$ 150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$ 5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$ 28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$ 116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$ 15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$ 26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

➤Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	160.732	155.974
Subtotal – Circulante	176.675	171.011

⁽¹⁾ incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

⁽²⁾ Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

➤Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741
Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Os Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC n°. 22, aprovado pela Deliberação CVM n°. 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n°. 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$ 2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ mil	
	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	1.946.235	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros ⁽¹⁾	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

(1) Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

➤ Devedores – Entidades e Agentes – Circulante:

Descrição	Em R\$ mil	
	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

➤ **Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante:**

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$ 364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, para Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar que será quitada mediante a entrega de produtos ou em espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

Em R\$ mil

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$ 201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$ 5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$ 15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$ 11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivos Contingentes – Provável

Ações Trabalhistas

A CONAB é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da CONAB dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139.609

Passivos Contingentes – Possível

Ações Trabalhistas

A CONAB é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da CONAB (Cibrius) sem o devido pagamento da joia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da CONAB dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Quadro CXXIX

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317.523	254.830	369167

Ativos Contingentes – Provável

A CONAB é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Quadro CXXX

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.009

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à CONAB, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$ 4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$ 2.151 mil e R\$ 5.825, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da CONAB, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$ 514 mil e R\$ 2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$ 18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$ 10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$ 31.357 mil:

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31.357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios CONAB, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto CONAB de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da CONAB, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A CONAB, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$ 40.407 mil e R\$ 50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora CONAB, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a CONAB oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela CONAB e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a CONAB efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$ 21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$ 10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da CONAB objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da CONAB (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da CONAB (GeoSafras);

4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto estão sendo executadas com recursos próprios da CONAB e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Nos exercícios de 2009 e 2010, não ocorreram repasse de recursos do Orçamento da União.

O montante dos recursos repassados foi:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos (FUNCAFÉ)	521	2.485
Total de Repasses	3.579	4.614

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu **1.081** municípios e **94** mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas **226** mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$ 362.500 mil no ano de 2009 e R\$ 379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

**ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE
AGUIAR**

PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO

**ROGÉRIO COLOMBINI MOURA
DUARTE**

DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO

DIRETOR DE POLITICA AGRICOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

Composição Acionária do Capital.

a) Composição Acionária do Capital Social.

Quadro CXXXI - Composição Acionária do Capital Social a UJ como investida.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
G ov er na m en tal	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Nã o G ov er na m en tal	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
G ov er na m en tal	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Nã o G ov er na m en tal	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

Quadro CXXXII – Composição Acionária da UJ como Investidora

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667,252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142,393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774,835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225,365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10,072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108,858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64,137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293,553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coko do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renau S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11580527,29

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste,

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis.



À
Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

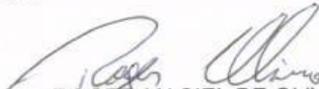
1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.

4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.


ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O - 3 - "S" - DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 - "S-DF"

19 – Informação Sobre a Remuneração Paga aos Administradores.

A CONAB vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma, conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d, do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010, em tramitação no âmbito da Presidência da CONAB.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da CONAB.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado, por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

Quadro CXXXIII - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																Em R1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	19.176,72
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edilson Guimarães	01/09/06	27/04/13	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
Guilherme Costa Delgado	14/11/06	27/07/12	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	29.302,78
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	1.036,94	14.773,88
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	1.590,02	19.752,42
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.672,93	2.212,37	2.766,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668,22	8.320,05
Total			16.037,58	13.274,22	13.833,78	11.063,65	13.276,38	13.276,38	13.276,38	13.276,38	11.063,65	11.063,65	11.063,65	11.063,65	13.006,02	164.575,37
Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(1)	Período		Remuneração													Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	
Francisco Wayner Moreira	27/04/10	26/04/11	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	4.425,46	2.212,73	2.212,73	1.290,76	16.779,87
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	-	232,31	9.543,79
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	1.036,94	12.561,15
Pedro Ataíde Cavalcante	29/10/09	28/10/11	2.557,79	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.241,50	29.139,68
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	25/02/11	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.843,94	23.971,24
Total			7.903,65	6.637,11	8.853,08	8.850,92	6.638,19	4.425,46	6.638,19	6.638,19	6.638,19	8.850,92	6.638,19	6.638,19	6.645,45	91.995,73
Total Geral			23.941,23	19.911,33	22.686,86	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	17.701,84	17.701,84	19.651,47	256.571,10

Fonte: Sureh/Gefop

Quadro CXXXIV - Síntese da Remuneração dos Administradores.

a) Diretoria da CONAB.

Órgão			
Diretoria da CONAB			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19

Fonte: Sureh/Gefop

b) Conselho Fiscal

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: Sureh/Gefop

c) Conselho de Administração da CONAB

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: Sureh/Gefop

20 - Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar.

(ANEXO II PARTE C ITEM 36 da DN TCU 107/2010)

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela CONAB, são realizados no **âmbito da CONAB/Matriz.**

20.1 - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas.

a)	Nome	CIBRIUS
b)	Razão Social	Instituto CONAB de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela CONAB (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
c)	CNPJ:	00.531.590/0001-89
	Plano de Benefícios:	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

d) – Demonstrativo anuais:

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes
Quadro CXXXVI

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
Total	178.668.628,76	-

Fonte: Conab/Sureh

2 – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Quadro CXXXVII

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
		Empregados Participantes	
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	-	-	0,00%
BA/SE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%
PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%
Total	1.605	12.075.412,45	-

Fonte: Conab/Sureh

3 - Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB
3.1 - Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55

Quadro CXXXVIII

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Contribuição Patronal	Participação %
AC	2.130.370,00	31.207,22	0,00
AL	2.130.370,00	157.213,78	0,01
AM	2.832.742,21	214.071,76	0,02
AP	-	-	0,00
BASE	2.633.257,86	191.689,52	0,02
CE	8.460.120,60	599.101,43	0,06
ES	4.204.095,48	306.688,38	0,03
GO	10.742.893,70	792.674,69	0,07
MA	2.873.370,79	202.028,64	0,02
MG	7.821.539,69	590.833,20	0,06
MS	4.989.680,64	354.681,18	0,03
MT	3.844.284,77	285.238,45	0,03
PA	2.622.350,98	182.143,75	0,02
PB	3.762.783,39	273.619,01	0,03
PE	8.010.964,44	604.503,00	0,06
PI	2.534.862,25	181.353,06	0,02
PR	7.510.769,20	543.004,15	0,05
RJ	4.313.242,83	343.808,71	0,03
RN	3.550.333,20	253.418,56	0,02
RO	2.309.355,01	160.639,48	0,02
RR	195.623,45	16.682,27	0,00
RS	4.677.306,27	341.514,53	0,03
SC	2.871.090,42	224.569,84	0,02
SP	4.303.006,63	342.157,31	0,03
TO	2.108.520,23	152.290,13	0,01
Matriz	61.186.694,10	4.728.932,61	0,44
Total	162.619.628,14	12.074.064,66	-

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

3.2 - - Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$ 12.701.315,31*

***OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.**

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da CONAB, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

➤**Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97***

***OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.**

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

4 – Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora CONAB.

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

5 – Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições.

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

6 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal.

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54		
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30	75,50	100,00
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 - NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras	174.496.149,19	34,24		
FIF	31.496.130,76	6,18		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	129.487.409,06	25,41		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 A 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a / /	2.069.148,77	0,41		
1.24-Barigui Financeira S/A – 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
Títulos de Empresas	628.412,15	0,12		
1.26-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Eneergética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricei Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 BLD nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 BLD nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00
Total Geral	509.613.298,47	100	100	100

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

7 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/n.º 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS, somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU n.º. 107/2010, como segue:

- a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;**
- b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.**
- c) Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.**

8 - Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a **Resolução 3792/2009 do CMN**, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios CONAB, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Cibrius serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.

II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09

Quadro CXXXIX
Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento

Segmentos	Alocações			Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009	2010	
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados			3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos.

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Quadro CXL
Meta de rentabilidade

Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros.

Deverá ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY'S INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA,A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de

ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

➤b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

- Segmento de renda fixa: 1,5%;
- Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do Cibrius mensalmente.

➤d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII.A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Retorno das Aplicações

Quadro CXLI
Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos JAN A DEZ 2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	TR+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	6,7301%	7,02%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+5%aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	CDI JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBOVESPA JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBrX - 50 JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

Fonte: Cibrius

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN n.º 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação ao parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Variável de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$79 milhões para R\$129 milhões e quotas de FIF de R\$8,6 milhões para R\$31,5 milhões, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentou um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de **Promover o bem-estar social dos seus destinatários.**

e) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/N.º 014, de 04/02/2011, o Parecer da auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da **BDO Trevisan Auditores Independentes**, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

“1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados;

e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o **Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$596.267 milhões**, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, **existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE)**. Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB, entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB referente à cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1.ª instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela CONAB.
5. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, em 31 de dezembro de 2009, o instituto possui registrado no **exigível contingencial o montante de R\$189.749 milhões**, dos quais R\$174.892 milhões referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC**. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

f) - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC n.º 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$ 924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional n.º 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000 atualizada até 31/08/2010 corresponde a R\$799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Quadro CXLII

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos

Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Quadro CXLIII

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

- A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade;

- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora CONAB, referente ao custo do serviço passado a contratar;

- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e conseqüentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;

- Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora CONAB) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI N.º 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da CONAB (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios n.º 693/MAPA/SE

de 26/09/2003 e n.º 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da CONAB, consubstanciada no Ofício CONAB/PRESI/N.º 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício n.º 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela CONAB e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a CONAB, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora CONAB encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI N.º 412, de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício n.º 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, CONAB/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício N.º 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora CONAB sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício n.º 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE N.º 2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);
- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em -0,34% de rentabilidade real;
- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;
- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.
- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios

já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/N.º 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano CONAB, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de joia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7.º da Lei n.º108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas

variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados de R\$693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017).

Quadro CXLIV

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
Patrimônio					270936139,57
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	(583.501.918,94)

20.2. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2.º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especial de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2009, que deram origem aos Relatórios Audin n.º 01/2010, n.º 02/2010 e n.º 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditorias Especial de Gestão- Audin n.º 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados aos longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

A)Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de no mínimo quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

R-1 – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

B)Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

C)Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foi oferecida as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foi subscrita, pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente -, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 -Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

R-8 - As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

D) O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.9.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.

E) Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 -Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

F) Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.

R-14 -Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

G) Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis.

H) No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre às que não alcançaram as metas de rentabilidade

fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

I) **Por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).**

Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

J) **Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.**

R-21 - Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

K) **A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.**

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não pare nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 02/2010

Exercício de 2003

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto CONAB de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais,

porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevaletes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº. 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do Cibrius levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: *“Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”*.

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevaletes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.).

11. Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

Quadro CXLV
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO DE 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	TR+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	10,9300%	7,56%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
IMÓVEIS	-18,85%		-26,85%
Fundo Imobiliário	5,26%		-5,11%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	INPC+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	17,00%	1,98%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
IMÓVEIS	-18,85%		
Fundo Imobiliário	5,26%		
EMPRÉSTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 03/2010
Exercício de 2002

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB “*que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto CONAB de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001*”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.4 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.5 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e

dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações *contábeis relativas ao exercício de 2002* “representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social’.

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevaletentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

6. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

7. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

-x-